

Critérios de Pesquisa:

Período: 01/10/2021 a 31/10/2021

Indexação: "Reforma Administrativa" or "PEC 32/2020"

Documento 1/79

86.2021.B	Sessão Outro Evento	01/10/2021-09:04
Publ.: DCD - 10/2/2021 -	BENEDITA DA SILVA-PT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Convite à sociedade brasileira para participação nas manifestações a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, programadas para o dia 2 de outubro de 2021.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, amanhã, dia 2 de outubro, nós teremos grandes atos Brasil afora, atos pela garantia de mais vacinas, já que o Governo Bolsonaro ignorou, no primeiro momento, o oferecimento da Pfizer e pediu apenas 10% das doses do consórcio da COVAX.

Nós vimos as manifestações antidemocráticas do Governo Bolsonaro, mas nós estamos em defesa da democracia e contra qualquer tipo de ameaça ou golpe. Nós estamos contra esta violência digital praticada contra as mulheres neste País e estamos junto com a população. Estamos contra a violência digital política, contra a violência doméstica, contra toda e qualquer ação que este Governo tem feito contra o povo brasileiro.

Nós estaremos presentes nos atos de amanhã pelo Brasil afora. Estou convidando todos e todas, para que não deixem de participar. A participação será muito importante. Coloquem a máscara, mantenham distância e usem álcool em gel.

Nossa luta, meus amigos, será contra a carestia e a favor da vida; contra a PEC 32 e a favor da estabilidade do servidor público; contra Bolsonaro, que tem se comportado como um genocida, como alguém que não atende a este País - é preciso lembrar que nós temos pessoas que ainda não tomaram a primeira dose da vacina. Nossa luta é contra toda e qualquer ação de despejo urbano ou rural que está acontecendo no Brasil; contra as multas que estão sendo cobradas por causa de atrasos no pagamento de aluguéis no País. Aliás, esta é uma ação que

está sendo combatida pela nossa Governadora Fátima Bezerra, do Rio Grande do Norte, a quem queremos cumprimentar nesta manhã.

Quero dizer, neste momento, que não dá mais para viver com o Governo Bolsonaro. Por isso, eu convido este País a dizer basta. Nós temos que garantir as vacinas! Nós temos que garantir comida no prato do povo! Nós temos que garantir emprego para a população brasileira!

Sr. Presidente, como eu não estou visualizando o relógio, peço que mostre o tempo da minha intervenção.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Eu concedi mais 30 segundos para V.Exa. concluir, Deputada.

A SRA. BENEDITA DA SILVA (PT - RJ) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Neste momento, em defesa da democracia e contra qualquer ameaça de golpe, como eu já disse, quero parabenizar nossa Governadora Fátima Bezerra - a única mulher eleita Governadora -, do Rio Grande do Norte, pelas ações que tomou em defesa do seu povo, reconhecendo que as pessoas estão desempregadas e, por isso, precisam de segurança e de apoio.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 2/79

86.2021.B	Sessão Outro Evento	01/10/2021-09:32
Publ.: DCD - 10/2/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Anúncio da realização de manifestações no País contra o Governo Jair Bolsonaro. Aproximação da nefasta marca de 600 mil mortes no Brasil pela Covid-19. Vinculação entre a maioria dos óbitos decorrentes do coronavírus e o negacionismo do Presidente da República com relação à doença viral. Cenário de fome, inflação e desemprego reinante no País. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Reajuste nos preços do gás de cozinha, de combustíveis e de tarifas de energia elétrica. Repúdio à gestão do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Amanhã

o Brasil vai às ruas. O Brasil vai às ruas para protestar contra um Governo que é um governo da necropolítica, da política da morte.

É um Governo que desdenha da dor do povo brasileiro. A dor do povo brasileiro que chora quase 600 mil mortes pelo coronavírus, que seriam mortes em grande parte evitáveis se nós tivéssemos um Governo que não achasse que *"tudo é isso mesmo"*, que *"eu não sou coveiro"*, que *"isso é uma gripezinha"* e que estabeleceu um processo negacionista que, em verdade, apenas atuava como biombo para um profundo processo de corrupção, desvendado pela CPI da COVID.

Ali nós vamos ver que atestados de óbito foram adulterados, que seres humanos foram usados como cobaias para a implementação de práticas terapêuticas ineficazes e também para práticas terapêuticas que provocaram danos à vida das pessoas.

Nós vamos às ruas. Nós vamos às ruas para protestar contra a fome, para protestar contra a inflação, para protestar contra os ataques cotidianos à própria democracia. Este é um Governo que, desde o seu primeiro momento, tensiona, tensiona e elege inimigos imaginários. Nós vamos às ruas para protestar contra a tentativa de capturar o Estado, através da PEC 32, e colocá-lo como refém dos interesses privados e dos governantes. Nós vamos às ruas. Nós vamos às ruas para protestar contra este nível de desemprego, para protestar contra o preço do gás, contra o preço do combustível, contra o preço da energia.

Nós vamos às ruas para protestar. Mas vamos fundamentalmente às ruas em defesa de direitos, em defesa de liberdade, em defesa da democracia, até porque a democracia é chão básico para os direitos, e os direitos carregam a democracia para todos os cantos deste País e transformam-na numa democracia de alta intensidade, e não de baixa intensidade.

Nós vamos às ruas para protestar contra este Governo da morte, mas nós vamos fundamentalmente às ruas por amor a este Brasil, por amor à sua bandeira, por amor ao povo brasileiro, por amor aos nossos povos originários, por amor a uma Constituição, que foi escrita não apenas com a tinta da caneta, mas também com a tinta do urucum, com a tinta do jenipapo, com os interesses deste Brasil, que precisa viver a sua dignidade e a sua grandeza.

Nós vamos às ruas por todas as lutas. São vários partidos políticos, vários movimentos sociais. Todas as lutas, todas as cores, todos os corpos estaremos nas ruas amanhã para dizer que nós não vamos permitir que a faixa presidencial esteja no peito estufado do sexismo, do machismo, da LGBTfobia, do racismo, do capacitismo. Ou seja, nós vamos pela liberdade de existência, pela liberdade de amar. Nós

vamos para fazer valer o discurso do Senador Fabiano Contarato, que disse: "*Eu tenho um sonho (...)*", repetindo Martin Luther King.

Nós temos o mesmo sonho: que as pessoas sejam vistas porque são pessoas, que as pessoas não possam ser julgadas ou subalternizadas pela raça, pela etnia, por sua orientação sexual, por sua identidade de gênero. Enfim, que as pessoas possam ser vistas como pessoas.

Por isso nós vamos às ruas, nós vamos às ruas pelo direito de ser, pelo direito de amar, pelo direito à cidade, que é negada às mulheres, que é negada aos beijos livres, às demonstrações de afeto.

Nós vamos às ruas porque nós temos um sonho, esse sonho que foi dito pelo Senador Fabiano Contarato, que fez uma belíssima fala - e nós o parabenizamos - de enfrentamento contra todos aqueles que querem aprisionar o afeto, que querem impedir que as famílias possam existir, e família é construção de afeto, é construção de felicidade. Famílias! Existem inúmeras famílias que precisam ser respeitadas.

É porque temos um sonho de um Brasil justo e solidário, de um Brasil democrático, de um Brasil de direitos, que nós estaremos nas ruas amanhã, dia 2 de outubro, para dizer "não" à política da morte.

Documento 3/79

86.2021.B	Sessão Outro Evento	01/10/2021-09:36
Publ.: DCD - 10/2/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA	DOSBREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Anúncio da realização no País de manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro. Escalada do desemprego, da inflação e reajuste nos preços de combustíveis e de alimentos no Brasil. Congelamento do salário mínimo. Contrariedade à privatização de empresas estatais. Vinculação entre a morte de brasileiros em decorrência da Covid-19, por volta de 600 mil, e a política genocida do Presidente da República. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, caros colegas Parlamentares, amanhã será um dia de muita mobilização em todo o Brasil. Nós vamos às ruas do Brasil, com álcool em gel, máscaras, com todo o cuidado necessário, mas vamos às ruas, elevando a nossa voz contra a política econômica ultraliberal de Guedes e Bolsonaro - política que tem produzido a fome, são mais

de 20 milhões de brasileiros passando fome; política neoliberal que tem promovido desemprego, são quase 15 milhões de brasileiros desempregados e mais 6 milhões de desalentados; política econômica cruel, que está elevando a inflação, o preço dos alimentos, o preço dos combustíveis; política econômica que congela o salário mínimo.

Nós estaremos nas ruas amanhã elevando a nossa voz também contra as privatizações, a entrega do nosso patrimônio público. Os Correios, a ELETROBRAS, a CODESA aqui no Espírito Santo, são tentativas absurdas de entregar o nosso patrimônio para a iniciativa privada. São empresas lucrativas e que contribuem com o desenvolvimento econômico e social.

Estaremos nas ruas contra a prática genocida, a prática de enfrentamento da pandemia com insensibilidade, com corrupção e que já provocou a morte de quase 600 mil brasileiros.

Estaremos nas ruas elevando a nossa voz contra a PEC 32, essa PEC absurda que quer penalizar os servidores públicos, o serviço público e a maioria da população pobre, que necessita desses serviços.

Estaremos nas ruas contra todas as arbitrariedades desse Governo, mas estaremos nas ruas também em defesa da vida, da democracia, da educação pública, do Sistema Único de Assistência Social e do Sistema Único de Saúde.

É preciso que nós elevemos a nossa voz contra o aumento dos preços, mas também é preciso que nós elevemos a nossa voz contra a homofobia, como fez ontem o Senador Fabiano Contarato no Senado Federal, na CPI da COVID. Temos que elevar a nossa voz contra esses que praticam crime, porque homofobia é crime, como já foi definido pelo STF.

Quero parabenizar o Senador Contarato pela sua coragem, pelo seu testemunho, pela sua ousadia de enfrentar aqueles que são machistas, racistas, sexistas, homofóbicos, autoritários.

O Senador Fabiano Contarato é um orgulho para o povo do Espírito Santo e para o povo brasileiro.

Obrigado pela sua coragem e pelo seu posicionamento ontem e ao longo da sua trajetória como Senador da República no nosso País.

Nós vamos continuar nas ruas gritando contra todo tipo de preconceito, porque eles falam em defesa da família, em defesa de Deus e agem contra o povo, agem contra a família e agem contra os ensinamentos de Jesus Cristo.

Peço, Sr. Presidente, que o nosso pronunciamento seja publicado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 4/79

86.2021.B	Sessão Outro Evento	01/10/2021-09:40
Publ.: DCD - 10/2/2021 - PROFESSOR ISRAEL BATISTA-PV -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Convite aos professores e estudantes brasileiros para participação nas manifestações contra o Governo Jair Bolsonaro, em frente ao Museu da República, na Esplanada dos Ministérios. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Congratulações ao Senador Fabiano Contarato.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF. Sem revisão do orador.) - Presidente Eduardo Bismarck, que bom vê-lo mais uma vez sempre firme nos trabalhos da Presidência, conduzindo com genialidade as nossas sessões.

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Obrigado.

O SR. PROFESSOR ISRAEL BATISTA (PV - DF) - Presidente Eduardo, eu quero convidar os meus amigos, os professores, os estudantes, os brasileiros de forma geral para se encontrarem comigo em frente ao Museu da República amanhã a partir das 15 horas. Eu vou me atrasar um pouquinho, porque vou dar aula até 15 horas, mas até 15h30min estarei lá.

Quero chamar todo mundo, porque o Brasil precisa dar um basta a este Governo que desrespeita os educadores, a este Governo que desrespeita os servidores públicos propondo a nefasta PEC 32, que vem para destruir tudo que conquistamos para a administração pública na Constituição de 1988. Este Governo precisa ter um fim, porque nós não suportamos mais os falsos moralistas ocupando a principal cadeira da República. São falsos moralistas, Sr. Presidente, e hipócritas que se dizem homens de bem, que gostam tanto da família tradicional brasileira que têm duas. Esses homens de bem gostam tanto da moralidade que, se vocês entrassem no grupo de WhatsApp deles, ficariam vermelhos de vergonha de tanta sacanagem que trocam entre si - desculpe o termo, Presidente, porque não é digno desta tribuna virtual.

Sr. Presidente, o Brasil não merece ser governado pelos fariseus que foram insistentemente denunciados pelo nosso Senhor Jesus Cristo, esse sim um homem de bem, um homem que se preocupava com os que eram excluídos, com os que precisavam realmente de atenção.

Eu quero mandar o meu abraço ao Senador Fabiano Contarato, que ontem lavou a alma do Brasil, este nosso Brasil que tem gingado, este nosso Brasil cuja principal riqueza é a diversidade, é a capacidade de convivência entre os diferentes, mas que este Governo está tentando destruir.

Então, amanhã, minha gente aqui de Brasília e de todas as cidades brasileiras, vamos nos juntar em frente ao Museu da República, essa belíssima obra de arte do grande brasileiro Oscar Niemeyer, para dizer "não" ao Brasil da feiura. Nós queremos de volta o Brasil que é bonito.

Um abraço, Presidente.

Documento 5/79

86.2021.B	Sessão Outro Evento	01/10/2021-09:52
Publ.: DCD - 10/2/2021 -	MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS	
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Associação à luta dos brasileiros, especialmente dos servidores públicos, contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Exigência de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro. Anúncio da realização de manifestações no País a favor da democracia e do afastamento do Presidente da República, no dia 2 de outubro de 2021. Paradoxo entre os exorbitantes lucros alcançados por grandes empresas frigoríficas, e o elevado contingente de brasileiros em situação de insegurança alimentar e fome no País. Elevação dos preços de alimentos, da inflação e do desemprego no Brasil. Redução dos recursos orçamentários da saúde e da educação. Repúdio às ataques à liberdade e à democracia brasileira. Prática de crimes de responsabilidade e de corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. Deputadas e Srs. Deputados, sobretudo povo brasileiro, vivemos um tempo tão difícil! Contudo, é preciso trilhar um caminho de esperança. Esta esperança vem da participação e da cidadania.



Nos últimos dias, muitos brasileiros e brasileiras se dirigiram à Câmara dos Deputados pedindo que a Câmara não aprove a PEC 32, que destrói os serviços públicos. Eu quero me somar a todos os brasileiros e brasileiras, servidores e servidoras públicas e ao conjunto da população, dizendo não à PEC 32, porque serviços públicos de qualidade estão definidos na Constituição como um direito. Mas essa atitude de cidadania de dirigirem-se aos Deputados e às Deputadas também precisa, neste momento, mover-se para exigir do Presidente Arthur Lira que coloque os pedidos de *impeachment* em debate.

Amanhã, dia 2, estaremos nas ruas pela democracia, pelo *impeachment*. Temos que ocupar as ruas do Brasil com todos os cuidados sanitários, porque não somos negociacionistas, para fazer valer a Constituição e os direitos do povo. É preciso cobrar aquilo que é mais fundamental.

Como viver em um País onde um Presidente da República, já sem qualquer legitimidade, ocupa aquele espaço e faz explodir os preços dos alimentos? Sim, porque as quatro grandes empresas frigoríficas do Brasil tiveram, somente no último mês, um acréscimo de 20 bilhões no seu valor, mas, ao mesmo tempo, 110 milhões de brasileiros e brasileiras estão em insegurança alimentar, não comem todos os dias. O jornal *Extra* colocou na sua capa o que é o garimpo de ossos, de ter aquilo que é descartado, de um povo que busca aquilo que é descartado para o alimento dos seus próprios filhos!

Senhores e senhoras, contra a alta dos preços dos alimentos, contra a inflação que voltou, o desemprego, as mortes pela COVID-19 ou as filas em que se está agora para atender aquilo que deveria estar sendo atendido, e contra o orçamento que está sendo reduzido na saúde, na educação, contra os ataques à democracia e à liberdade, nós precisamos nos posicionar nas ruas, para que, de dentro desses atos, desses lugares, a Câmara dos Deputados escute o povo, escute o caminho do *impeachment*, escute que não aguentamos mais. Que escutem: basta de as pessoas passarem fome, morte e miséria! O caminho da esperança para o Brasil é o caminho da democracia.

A democracia, Sr. Presidente, é algo essencial e não pode ser jogada de lá e para cá, de acordo com o interesse de quem está no Governo. Temos que estar claramente colocados à luz do que está aparecendo na própria CPI. Bolsonaro faz um Governo contra o povo, um Governo corrupto e um Governo que cometeu graves crimes de responsabilidade, que ainda não estão apurados devidamente pela Câmara dos Deputados, porque os pedidos de *impeachment* estão paralisados.

Dirijam-se à Câmara! Sejam cidadãos e cidadãs!

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 6/79

86.2021.B	Sessão Outro Evento	01/10/2021-10:16
Publ.: DCD - 10/2/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Gravidade das crises econômica, política e ambiental reinantes no Brasil. Importância da participação do povo brasileiro nas manifestações a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro, no dia 2 de outubro de 2021. Necessidade de abertura, pela Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente Eduardo Bismarck, Srs. Deputados, nossa saudação a V.Exa. e a todos os Parlamentares.

Queremos hoje deixar uma reflexão para ser veiculada no programa *A Voz do Brasil* e divulgada pelos demais meios de comunicação desta Casa. Precisamos continuar construindo a história do povo brasileiro, um povo lutador, um povo que sofreu vários golpes neste País. E, nesse momento em que vivemos uma das piores crises econômicas, políticas e ambientais da nossa história, todo o movimento democrático brasileiro, todos os setores da sociedade brasileira devem estar unidos em torno de um projeto de País.

Por isso, amanhã, sábado, dia 2, é fundamental que estejam nas ruas todos os homens e mulheres que sabem o sofrimento por que passa a nossa população brasileira pelo descaso, pela vergonha, pelo desrespeito e pela falta de compromisso do atual Presidente da República, para lutar pela democracia, para lutar por um país de justiça.

É fundamental que a Câmara dos Deputados analise um processo de *impeachment* contra o Presidente Bolsonaro, dentre as dezenas de processos que lá se encontram engavetados. A custo de ouro, ele mantém a sua base aliada para continuar fazendo maldades contra o povo brasileiro e contra o nosso País.

Não à PEC 32! *Impeachment* de Bolsonaro já! Pela retomada de um País democrático, popular, que respeite a nossa juventude e que ajude

a construir uma Nação livre, justa e soberana.

Sr. Presidente, peço a V.Exa. que o meu pronunciamento seja registrado no programa *A Voz do Brasil* e nos demais meios de comunicação desta Casa.

Muito obrigado.

Documento 7/79

86.2021.B	Sessão Outro Evento	01/10/2021-10:20
Publ.: DCD - 10/2/2021 - LÍDICE DA MATA-PSB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia Mundial do Idoso. Inexistência de política nacional de atenção à pessoa idosa. Vulnerabilidade das pessoas da terceira idade diante da epidemia de coronavírus, no tocante à saúde e à questão financeiro-econômica. Repúdio ao deboche do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à população idosa brasileira. Continuidade da luta da oradora em defesa dos idosos brasileiros. Depoimento prestado à CPI da Covid pelo bolsonarista disseminador de fake news, Otávio Oscar Fakehoury. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Impacto, sobre a cadeia produtiva nacional, da política de preços de combustíveis praticada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS. Convite ao povo brasileiro para participação nas manifestações no País, a favor do afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) -
Muito obrigada, Deputado.

Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu queria registrar no dia de hoje a passagem do Dia Mundial do Idoso - fui inclusive Presidente da Comissão do Idoso.

No Brasil, em torno de 13% da população está acima dos 60 anos de idade, e, no entanto, não há nenhuma política nacional de atenção ao idoso.

Em nosso País, o idoso empobrece mais ainda. Com a última reforma da Previdência, essa situação ficou ainda mais fragilizada que antes. Diante da pandemia, os idosos estão extremamente vulnerabilizados tanto do ponto de vista financeiro e econômico quanto da saúde. A

pandemia teve forte impacto na vida das populações idosas no mundo inteiro, em especial no nosso Brasil.

Aliás, o Presidente da República e o Ministro da Economia chegaram a ridicularizar os idosos dizendo que a população brasileira queria viver até os 100 anos de idade. É interessante que são duas pessoas acima de 60 anos e se acham no direito de viver bem, de viver usando o cartão corporativo da Presidência da República. Seus filhos estão fazendo e acontecendo na Nação e desejando que os outros idosos tenham vida curta.

Quero, portanto, homenagear o Dia Mundial do Idoso e dizer que a nossa luta em defesa da população idosa brasileira continua.

Queremos uma população brasileira incluída, do ponto de vista econômico, educacional, cultural, e de todas as outras formas de garantia da sua dignidade enquanto cidadã.

Mas, Sr. Presidente, quero também falar rapidamente do espetáculo dantesco que foi ontem aquela presença do Fakhoury na CPI. Aliás, agora, os bolsonaristas protestam que não se pode levar empresário para CPI. Na cabeça deles, empresário não pode ser tocado, principalmente se for empresário ligado a eles. Só o povão é que pode sofrer sem ter dinheiro para comer, sem ter emprego, com todas as proteções de trabalho acabadas, porque para Bolsonaro e sua gente só serve Governo para proteger os ricos. Além do mais, fez ofensas graves a Senadores e, principalmente, um atestado e uma atitude desrespeitosa com os homossexuais.

Além disso, eu quero convidar todos vocês que nos ouvem, os servidores públicos ameaçados pela PEC 32, que acaba com o serviço público em nosso País; o povo trabalhador em geral; aqueles que perderam o seu emprego; aqueles que neste momento deixaram de ter a possibilidade de botar na mesa um prato de comida para seus filhos; aqueles que lutam neste País para transformá-lo num País rico, que está sendo assaltado pelos bilionários; aqueles que estão sendo desprezados pela política de preço da PETROBRAS; aqueles que lutam neste País para sobreviver com dignidade.

Vamos amanhã...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eduardo Bismarck. PDT - CE) - Pode concluir, Deputada.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA) - Muito obrigada, Presidente.

Portanto, quero fazer um convite a todos os que estão insatisfeitos com essa situação que vive o nosso País, com essa política do preço da PETROBRAS que indexa o preço do petróleo vendido aqui, da gasolina, do combustível, ao preço do petróleo lá, e tira o emprego, tira a comida da mesa do trabalhador brasileiro.

Para todos vocês, nós precisamos fazer aquilo que a população entende como necessário: tirar Bolsonaro da Presidência da República. E amanhã todos nas ruas, para exigir "Fora, Bolsonaro!", "impeachment já!", uma nova política econômica para este País, que dê dignidade e direitos ao trabalhador brasileiro, que não permita que a política de preço da PETROBRAS impacte na conta, na vida do cidadão. É muito bom colocar uma política de gás, um bônus de gás para aqueles que mais precisam. Mas é preciso colocar na mesa do cidadão comida. E isso não vai acontecer com esse preço do combustível da PETROBRAS que impacta toda a cadeia produtiva do nosso País.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

Documento 8/79

87.2021.B	Sessão Outro Evento	04/10/2021-09:20
Publ.: DCD - 10/5/2021 - JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Realização de grandes manifestações no País pelo afastamento do Presidente Jair Bolsonaro e contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Escândalo da manutenção de contas em paraísos fiscais, pelo Presidente do Banco Central e pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes. Necessidade de investigação do Governo Jair Bolsonaro pelo Ministério Público Federal, pela Procuradoria-Geral da República e pelo Poder Judiciário. Necessidade de abertura, pela Presidência da Casa, de processo de impeachment contra o Presidente da República.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Presidenta Benedita, querida companheira, colega e grande mulher, que preside esta sessão e orgulha o Parlamento brasileiro, quero parabenizar todos os movimentos populares, os movimentos sindicais, os partidos que têm compromisso com a democracia e foram às ruas no último sábado no Brasil inteiro. Todas as forças populares, em Sergipe, no Brasil e em

outros países, mais uma vez fizeram um grande ato pela democracia, pelo processo de *impeachment*, pelo afastamento de Bolsonaro, contra a PEC 32 e por um País que respeite a vida. Este Governo não tem compromisso com a vida, não tem compromisso com a soberania nacional.

Agora há pouco, ouvimos o meu colega e amigo Deputado Reginaldo Lopes falar sobre algo que é um escândalo. O Governo Bolsonaro tem um Ministro da Economia e um Presidente do Banco Central que colocam dinheiro em paraíso fiscal. Bolsonaro nunca nos enganou. Por isso, nunca teve coragem de ir a um debate. O Brasil está desgovernado.

Precisamos, mais do que nunca, que o Ministério Público Federal, que a Procuradoria-Geral da República e que o Poder Judiciário façam as investigações necessárias relacionadas a este Governo corrupto. É preciso que o Presidente da Câmara tenha o mínimo de compromisso com a soberania nacional e com o Brasil e abra o processo de *impeachment*, para que haja, no menor prazo possível, o afastamento do Presidente Bolsonaro.

Sra. Presidenta, peço que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e pelos meios de comunicação desta Casa. Demonstrei neste discurso o nosso carinho, o nosso apoio a todas essas mobilizações, em especial as do último sábado, no Brasil e no mundo. E espero que façam imediatamente a investigação sobre a existência, em paraísos fiscais, de recursos das duas maiores autoridades do Brasil na área econômica: o Ministro da Economia e o Presidente do Banco Central. Manifestamos o nosso repúdio a isso.

Investigação já e afastamento de Bolsonaro!

Muito obrigado.

Documento 9/79

88.2021.B	Sessão Outro Evento	05/10/2021-14:20
Publ.: DCD - 10/6/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Falta de condições morais do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para combate a supostos privilégios dos servidores públicos. Vinculação entre o registro de 600 mil mortes no País pela Covid-19,

e o posicionamento inarredável do Presidente Jair Bolsonaro a favor do tratamento precoce da doença à base de hidroxiclороquina. Prática de corrupção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Presidente, hoje eu vim à tribuna para fazer uma pergunta que me foi encomendada por servidores públicos e por aqueles que defendem o serviço público: qual Deputado ou Deputada tem coragem de votar na Proposta de Emenda à Constituição nº 32, da "deforma administrativa", depois que o principal Ministro dessa "deforma", que é o Paulo Guedes, que, aliás, é o principal Ministro do Governo genocida, aprontou com o crescimento do dólar para ganhar 14 milhões em mil dias de governo, mais de 14 mil reais por dia? Ele vai dizer que o servidor público só quer privilégio?

Sr. Paulo Guedes, V.Exa. foi convocado para vir explicar isto aqui: como é que V.Exa., que detém a propriedade de ditar os rumos da economia, tem coragem de fazer com que o dólar aumente tanto? Defende o crescimento do dólar, diz que o dólar alto é bom, consegue faturar milhões em mil dias de governo e consegue culpar os servidores públicos. Sr. Ministro Paulo Guedes, há 19 milhões de desempregados no Brasil. A PEC 32, da "deforma administrativa", V.Exa. diz que serve para acabar com o privilégio dos servidores públicos. O que V.Exa. considera privilégio? O salário de uma professora, de R\$2.880,00, por 40 horas semanais de trabalho? Isso é privilégio, Paulo Guedes? Ou privilégio é ganhar 14 mil reais por dia com especulação com *offshore* fora do Brasil, com o absurdo de movimentações que V.Exa. fez e que está escondendo?

Isso é conflito de interesses, é crime, sim. Não adianta tentar esconder o que foi feito pelo Ministro Paulo Guedes. Isso tem nome: é corrupção. Essa corrupção vem no bojo de um governo que é genocida. Os "bolsonaristas" não gostam que se diga, mas é preciso dizer em alto e bom som: 600 mil mortes. Isso é genocídio de quem pregava por aí cloroquina como remédio para curar o povo brasileiro.

Há denúncias contra o Ministro Paulo Guedes, que cada vez mais se coloca como um dos principais corruptos deste Governo. É muita corrupção. Ele fazia especulação até com funerárias, segundo a denúncia contra ele. Ele fez investimento em funerárias enquanto a COVID se espalhava.

Será que o Governo Bolsonaro ainda tem coragem de manter em debate a PEC 32, da "deforma administrativa"?

Será ele tem coragem de culpar os servidores e o serviço público brasileiro, que salvaram vidas, com o Sistema Único de Saúde, e que educam crianças, da creche até a universidade?

Aliás, hoje faz aniversário a nossa Constituição, e eles querem destruí-la.

Esta é a pergunta que não quer calar: qual Deputado e qual Deputada vai ter coragem de dizer que a PEC 32 é a PEC que vai acabar com os privilégios?

O Sr. Paulo Guedes tem que vir aqui, para escutar o que é privilégio: 14 mil reais por dia com especulação em dólar. É muita cara de pau deste Ministro e deste Governo genocida.

Documento 10/79

88.2021.B	Sessão Outro Evento	05/10/2021-14:28
Publ.: DCD - 10/6/2021 -	ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, sobre a valorização e a política remuneratória dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Defesa de rejeição do Veto Parcial nº 44, de 2021, aposto ao Projeto de Lei do Congresso Nacional nº 3, de 2021, acerca das diretrizes de elaboração e execução da Lei Orçamentária de 2022, especialmente do dispositivo da proposição sobre o reajuste salarial dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Falta de condições éticas para a permanência do Sr. Paulo Guedes no cargo de Ministro da Economia. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) -
Muito obrigada por vossa compreensão, Presidente.

Estou aqui na Presidência da Comissão de Cultura, mas não poderia deixar de usar este tempo, o das nossas Breves Comunicações, para dizer ao povo brasileiro que esta semana os agentes comunitários de saúde estão em Brasília para reivindicar os seus direitos. Reivindicar direitos significa também estabelecer um pacto de serviços e de defesa da saúde, da saúde pública, do Sistema Único de Saúde em nosso País. Os agentes comunitários de saúde são exatamente um exército civil em defesa do SUS e querem a aprovação da Proposta de Emenda

à Constituição nº 22, querem a garantia da derrubada do veto e querem a sua estruturação, ao fim e ao cabo, como profissionais do Sistema Único de Saúde. É por isso que eles vêm lutando, conseguindo em etapas, durante anos de luta e de caminhada aqui para o Congresso Nacional.

Por último, Sr. Presidente, eu quero dizer que fiz parte da Comissão Especial da Reforma Administrativa. Discutimos profundamente a Proposta de Emenda à Constituição nº 32. Todo o Brasil sabe: ela não estrutura nenhum plano de metas para assistência ao povo do nosso País, para que nós tenhamos um Estado à altura das necessidades de um país continental. Ao contrário. O Ministro Paulo Guedes quase nada conhece do Estado brasileiro. Pode conhecer de *offshore*, pode conhecer de paraísos fiscais, onde lucrou milhões durante a pandemia. Aliás, hoje, o Ministro Paulo Guedes, que foi convocado pela Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público desta Casa, está num dilema moral. Se ele tiver responsabilidade consigo mesmo, tem que pedir demissão do cargo. Ele não tem condições, estofa ético, para hoje compor um ministério que é especial, que é o coração da economia no nosso País.

É necessário entender que a PEC 32 é fruto deste tipo de raciocínio: fecha tudo, privatiza tudo. E o povo? Vai ter quem tiver para pagar. Quem tiver dinheiro para pagar vai ter saúde. Quem tiver dinheiro para pagar vai ter creche. Isso não é exagero, está no texto, está no pior relatório dos seis relatórios que foram apresentados na Comissão Especial. Evidentemente, os Deputados estão refreando, não estão aceitando votá-lo. A base do Governo está refratária a ele.

Eu lhe peço, em nome dos servidores públicos que represento honrosamente nesta Casa, Presidente Arthur Lira: cancele a PEC 32, cancele essa PEC, porque ela não representa as necessidades do Estado brasileiro, ela não representa os professores, os trabalhadores do SUS e todos os servidores públicos do nosso País e muito menos indica para um futuro melhor para o Estado nacional.

Obrigada, Presidente.

Documento 11/79

88.2021.B	Sessão Outro Evento	05/10/2021-14:28
Publ.: DCD - 10/6/2021 -	CÉLIO MOURA-PT -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário



Transcurso do 33º aniversário de promulgação da Constituição Federal e de criação do Estado de Tocantins. Escândalo da manutenção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, e pelo Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, de empresas offshore em paraísos fiscais. Exigência de retirada de pauta da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Falta de condições éticas para a permanência dos Srs. Paulo Guedes Roberto Campos Neto em seus respectivos cargos.

O SR. CÉLIO MOURA (PT - TO. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado, Sr. Presidente.

Sras. Deputadas e Srs. Deputados, hoje a nossa Constituição Cidadã faz 33 anos. Hoje também é o aniversário do meu querido Estado do Tocantins, cuja criação completa 33 anos. Brasileiros e brasileiras de vários Estados do País estão naquela terra linda, trabalhando e fazendo o Tocantins crescer.

Fui um dos lutadores pela criação do Estado do Tocantins. Particpei de todas as lutas libertárias. O Tocantins era parte do norte de Goiás. Hoje, é um Estado forte, que cresce a cada dia. Sem sombra de dúvida, os trabalhadores e trabalhadoras, os homens e mulheres que lá vivem são os responsáveis por esse desenvolvimento.

Sr. Presidente, não poderia deixar de falar sobre o escândalo do caso Pandora Papers. O Ministro da Economia, o tubarão da economia Paulo Guedes, através de uma empresa *offshore*, tem dinheiro em paraísos fiscais. Enquanto isso, o povo brasileiro faz sopa de osso. Dezenove milhões de brasileiros passam fome. O Ministro da Economia e o Presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, têm dinheiro em *offshore*, no exterior. Isso é vergonhoso, Sr. Presidente! É inadmissível vivenciar uma situação como essa. Ele é o Ministro abutre do Presidente da morte. Enquanto um lucra com a morte, o outro finge que não vê.

Sr. Ministro Paulo Guedes, chegou a sua vez de pedir para sair. O senhor não merece mais a confiança do povo brasileiro. É inadmissível que haja no Brasil 15 milhões de desempregados e muita gente passando fome. Enquanto isso, o Presidente do Banco Central e o Ministro da Economia investem o seu dinheiro em paraísos fiscais.

Sr. Presidente, para concluir, quero dizer que precisamos exigir que seja retirada de pauta a PEC da Morte, a PEC 32, que trata da reforma administrativa. O Presidente do Banco Central e o Ministro da Economia brasileira perderam a moral para lutar contra o serviço público.

Não à PEC 32 e sim à democracia neste País!

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Documento 12/79

88.2021.B	Sessão Outro Evento	05/10/2021-14:32
Publ.: DCD - 10/6/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Desestruturação do Estado brasileiro pelo Governo Jair Bolsonaro. Vinculação entre a aproximação da marca de 600 mil mortes no País pela Covid-19, e à recusa do Presidente da República à aquisição de vacinas em tempo hábil. Prática dos crimes de genocídio e corrupção pelo Presidente Jair Bolsonaro. Prática de corrupção pelo clã Bolsonaro e pelos Ministérios da Saúde, do Meio Ambiente e da Economia. Escalada da fome e do desemprego no País. Desestruturação do Programa Minha Casa, Minha Vida; do Programa Bolsa Família e do Programa de Aquisição de Alimentos - PAA.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputadas e Deputados, eu venho aqui para denunciar o desmonte que se quer fazer, por meio da PEC 32, do Estado brasileiro.

O Governo, desde o golpe, na verdade, vem desmontando o Estado brasileiro, entregando-o ao capital financeiro.

O Estado é importante para os grandes, para as grandes mineradoras, para os grandes ruralistas. Para eles, o Estado é máximo, não é mínimo, não. O Estado tem sido mínimo para a classe trabalhadora.

O número de mortos em decorrência da COVID no Brasil é de quase 600 mil porque este Governo cruel e covarde não quis adquirir vacina a tempo. Quando se permitiu comprar a vacina, foi por corrupção. Então, é corrupção. Além de o Governo ser genocida, é um Governo corrupto. Na família Bolsonaro, no Ministério da Saúde, corrupção; no Ministério do Meio Ambiente, corrupção; agora no Ministério da Economia, corrupção. E ele era a salvação do Centrão, a salvação da extrema Direita, a salvação de todos, exceto da Esquerda e da Minoria aqui. A salvação era Paulo Guedes! Era um consenso quase universal, exceto da Esquerda, de poucos partidos, como o PT, o PCdoB, o PSB, o PDT,

o PSOL, a REDE - a UP não tem representante aqui, mas eu quero citá-la.

Presidente, isso é um escândalo, é uma vergonha! Agora aniquila o Estado o corrupto Paulo Guedes, que é quem manda, inclusive no Centrão, pela PEC 32! Essa PEC atinge quem? Quem toca este Brasil. Nas áreas da saúde, da educação, da assistência, da fiscalização, em todas, quem executa as políticas públicas na ponta, no dia a dia? São os servidores, os servidores federais, os estaduais, os distritais, os municipais. São esses que executam as políticas lá na ponta. E agora se retiram direitos adquiridos. Por quê? Qualquer gestor público poderá declarar que um cargo é obsoleto e vai fazer parceria. Com quem? Certamente com empresas ligadas ao poder econômico e político da região.

Portanto, não à PEC 32! É importante que o povo brasileiro se rebele, como já fez no último dia 2, quando foi às ruas dizer "não" à PEC 32, "não" a um Governo corrupto, "não" a este Governo genocida, Sr. Presidente.

Milhões de brasileiros estão passando fome, milhões de brasileiros estão desempregados, e agora se quer acabar com as políticas e os programas! Onde está o Minha Casa, Minha Vida? Tornou-se o Casa Verde e Amarela, mas não tem dinheiro nenhum. Agora se desestrutura todo o Bolsa Família e o Programa de Aquisição de Alimentos! É uma vergonha! Com a PEC 32, ataca-se o servidor público, que se dedicou, investiu em sua formação profissional, e agora fica refém de um gestor, muitas vezes, corrupto.

Muito obrigado.

Documento 13/79

88.2021.B	Sessão Outro Evento	05/10/2021-14:56
Publ.: DCD - 10/6/2021 -	ZÉ NETO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Necessidade da promoção de Estado indutor do desenvolvimento e de inclusão das camadas menos favorecidas na Peça Orçamentária. Importância do combate à fome e ao desemprego no País. Lucros auferidos pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, em meio à epidemia de coronavírus. Necessidade de investigação, pela Justiça e pelo Ministério Público, da tentativa do Presidente Jair Bolsonaro de promoção de golpe de Estado. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma

administrativa.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, a palavra é hipocrisia. E essa hipocrisia tomou o Brasil, tomou o Brasil. Essa última agora de Paulo Guedes é a cara desse Governo, desse Governo e daqueles que proporcionaram um golpe na Presidenta Dilma num Brasil que tinha 6,4% de desemprego, num Brasil que tinha 32 milhões de déficit fiscal, num Brasil em que tínhamos condição total de tocar em frente, corrigir em âmbito fiscal alguma coisa e continuar sendo respeitados pelo mundo.

Nós estamos vivendo agora talvez o desfecho de um capítulo, um capítulo péssimo da história brasileira e que não vai ficar por aqui, e o pior é isso. Qual é o rastro desse capítulo de mentiras, de corrupção e de ver o tempo todo as retóricas cínicas daqueles que, por interesses espúrios, ou por engano, ou por ignorância, ou talvez por serem subalternos do fisiologismo, não conseguem assumi-lo?

Nós precisamos, Sr. Presidente, de um Estado indutor do desenvolvimento, de um Estado que coloque os pobres no Orçamento, porque, quando colocamos os pobres no Orçamento, damos à nossa economia de base a condição de se desenvolver, nós damos à nossa economia de base a condição de crescer, a condição de ver realmente o Brasil prosperar.

Não pode o Brasil prosperar com tanta fome, não pode o Brasil prosperar com tanto desemprego, não pode o Brasil prosperar com tanta hipocrisia, não pode o Brasil prosperar com um Ministro da Fazenda que lucra 14 milhões numa crise gerada por ele próprio, não pode o Brasil prosperar vendo o que nós estamos vendo.

Nesses últimos dias, o Presidente baixou a bola, murchou, porque tomou uma rebordosa no dia 7 de setembro. A pessoa quer dar um golpe. *"Eu vou dar um golpe!"* E aí tomou uma cacetada.

Agora, é preciso que a Justiça, o Ministério Público e todas as instituições vão adiante, para saber exatamente o que se deu, o que se passa e o resultado final do que ele vem fazendo com a família dele e com os comparsas, que infelizmente entregam o destino do povo brasileiro.

Quero lembrar, para não perdemos o caminho: não à PEC 32! Não à entrega do Estado brasileiro!

88.2021.B Sessão Outro Evento 05/10/2021-15:00

Publ.: DCD - 10/6/2021 - FREI ANASTACIO RIBEIRO-PT -PB

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES
COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Congratulações aos participantes nas manifestações realizadas em João Pessoa, Estado da Paraíba, contra o Governo Jair Bolsonaro e à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Lucros obtidos pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, com aplicações financeiras em paraísos fiscais. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro Paulo Guedes dos seus respectivos cargos.

O SR. FREI ANASTACIO RIBEIRO (PT - PB. Sem revisão do orador.)
- Sr. Presidente, colegas Parlamentares, telespectadores da *TV Câmara*, eu registro aqui os parabéns a todos e todas que participaram da manifestação sábado passado em João Pessoa, na Paraíba.

Milhares de pessoas foram às ruas, para protestar contra a situação econômica, social, política implantada pelo Governo Bolsonaro. O povo protestou contra a fome, contra a carestia, contra o desmonte da saúde, da educação e dos programas sociais e também protestou contra a PEC 32. O povo saiu às ruas para dizer que este Governo desastroso chegou ao fim com o seu Ministro Paulo Guedes. Ninguém suporta mais este Governo da fome, da miséria e da morte.

Sr. Presidente, agora, está explicado por que o Ministro Paulo Guedes diz que a economia do Brasil está boa. Ela está muito boa para ele, que lucra milhões, em paraíso fiscal, talvez usando informações privilegiadas da economia no Brasil. Enquanto a fome e a miséria avançam, pessoas enfrentam filas, no lixo, em busca de osso para comer, quase 17 milhões de brasileiros estão passando fome, quase 117 milhões estão sem condições de se alimentar direito, Paulo Guedes ganha milhões e a família do Presidente da República esbanja dinheiro, comprando mansões.

Esse é apenas um dos cenários deste Governo desastroso.

Fora, Bolsonaro e seu Ministro Paulo Guedes!

Muito obrigado.

Sumário

Votação, pela Comissão de Trabalho, de Administração e Serviço Público, de requerimento de convocação do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para esclarecimento da denúncia de manutenção de empresa offshore em paraíso fiscal. Elevação dos preços do gás de cozinha, de combustíveis e de alimentos no País. Empobrecimento da população brasileira. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de afastamento do Presidente Jair Bolsonaro e do Ministro da Economia dos seus respectivos cargos.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, a situação do Ministro Paulo Guedes é tão crítica que não aparece um Deputado aqui para defendê-lo. Inclusive, o Deputado que me antecedeu, um ardoroso defensor do bolsonarismo, sai da tribuna sem falar uma palavra em defesa do Ministro Paulo Guedes.

Hoje, na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público, nós votamos um requerimento. E eu fui a favor da convocação do Ministro Paulo Guedes para se explicar na Comissão aqui em Brasília. Também lá não houve um Deputado para defendê-lo, porque está provado que essa política de dolarização da economia empobrece a nossa população. Cada vez que o dólar sobe, sobe o preço do gás, sobe o do petróleo, sobe o do arroz, sobe o do feijão, e a população cada vez mais empobrecendo.

Há fila para comprar osso no mercado, no açougue, para poder sentir gosto de carne na comida. É um absurdo! Enquanto isso, o Ministro Paulo Guedes e o Presidente do Banco Central, os dois responsáveis pela economia do País, por definirem a política econômica, definem uma política econômica que favorece o enriquecimento próprio. O Ministro Paulo Guedes está ganhando 14 mil por dia. Imaginem, em mais de 1.000 dias do Governo Bolsonaro, o quanto ele já ganhou aplicando recursos lá fora em paraísos fiscais! Nós exigimos que Paulo Guedes venha aqui se explicar. Se fosse um Governo sério, ele já teria sido convidado para sair, já teria sido demitido.

Por isso, fora, Bolsonaro! Fora, Paulo Guedes! Não à PEC 32!

Enquanto isso, este Governo, que está desmoralizado, quer bancar a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, a PEC da Reforma Administrativa, para destruir o Estado brasileiro, para acabar com o

serviço público em nosso País. Não! Nós vamos derrotar a PEC 32, para que ela não seja aprovada aqui na Câmara dos Deputados.

Fora, Bolsonaro! Fora, Paulo Guedes!

Documento 16/79

116.2021	Sessão Comissão Geral	05/10/2021-12:24
Publ.: DCD - 10/6/2021 -	PATRÍCIA PELATIERI---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Inocuidade do estabelecimento de Estado mínimo para solução das graves mazelas sociais brasileiras.

A SRA. PATRÍCIA PELATIERI - Bom dia a todas e a todos.

Quero iniciar cumprimentando o Deputado Roberto de Lucena pela iniciativa.

Daqui não consigo saber exatamente a quantidade de Deputados e Deputadas que participam ou estão presentes a esta Comissão, mas eu espero que vocês, Deputados e Deputadas preocupados com esta questão tão importante, consigam sensibilizar seus colegas para este assunto, que é o assunto, do nosso ponto de vista. Na verdade, discutir a fome nos dá a possibilidade de discutir o País que nós estamos construindo, o legado que nós como sociedade brasileira estamos deixando e aquilo que nós podemos construir no futuro.

Falar no final sempre é mais fácil e mais complicado porque muita coisa já foi dita. Os indicadores estão aí, são claros, a nos comprovar as mazelas pelas quais o Brasil passa hoje, e a fome é uma delas, mas eu quero tratar de três pontos basicamente.

Quero reforçar que a pandemia não é a causa, mas ela aprofunda essas desigualdades, ela aprofunda a desigualdade, principalmente, de segmentos mais vulneráveis da população. Eu quero chamar a atenção para o impacto nas mulheres que a pandemia trouxe, inclusive por suas características. Digo isso porque os efeitos, não só da pandemia, mas também dessas medidas fiscais contractionistas que impactam o mercado de trabalho, são permanentes. Portanto, discutir soluções é discutir soluções mais estruturais.

Quero chamar a atenção também para outra ponta da fome, da

miséria, que o Deputado Valmir acabou de trazer, que é a questão da ponta da pirâmide. Num período onde, de um lado, houve aumento da fome, de outro, houve concentração da riqueza. Vinte e dois brasileiros entraram ou retornaram à lista de pessoas com pelo menos 1 bilhão de dólares em patrimônio, segundo a revista *Forbes*.

No primeiro trimestre de 2021, depois de 1 ano de pandemia, o lucro líquido de 262 empresas somou 83 bilhões, um valor muito maior do que o de 2018, já descontada a inflação. O lucro dos bancos, embora tenha caído em 2020, em comparação a 2019, atingiu 79 bilhões. Para nós termos ideia da dimensão disso, informo que o gasto com o auxílio emergencial, que socorreu, salvou não só milhares de pessoas, mas também a economia do País de uma queda ainda mais brutal, ficou perto de 290 bilhões. Isso nos dá uma ideia da dimensão dessa desigualdade.

Segundo ponto: eu quero dizer que não há solução para a fome ou para o desemprego, para todos aqueles indicadores que aqui foram colocados, sem a presença do Estado. Então, essa política de redução do Estado - e vocês estão aí debatendo a reforma administrativa; e é disso que trata - não é a solução. Não será a iniciativa privada que vai dar conta de solucionar esses problemas tão graves do País. Não haverá solução também, se a ponta da pirâmide, se esses super-ricos não contribuírem para pagar essa conta.

Então, nós precisamos - e acho que a Câmara dos Deputados é um espaço privilegiado para isto - debater com muita seriedade a superação das teorias econômicas convencionais que colocam o equilíbrio fiscal acima de tudo. É preciso uma mudança estrutural que recoloca o Estado no seu papel principal, para dar conta da reconstrução e da ampliação da nossa infraestrutura física e social, que a política de austeridade levada a cabo durante tantos anos desconstruiu. O resultado é este que nós estamos vivendo: um país rico com uma população miserável.

Obrigada.

Documento 17/79

116.2021	Sessão Comissão Geral	05/10/2021-12:44
Publ.: DCD - 10/6/2021 -	ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate da fome, mazela social agravada pela crise socioeconômica decorrente da Covid-19. Reinclusão do Brasil no Mapa da Fome. Desestruturação do

Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Repúdio à atuação do Ministro da Economia, Paulo Guedes. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Necessidade de revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre o congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF) - Deputado Roberto de Lucena, eu queria parabenizá-lo pela iniciativa. Estamos discutindo hoje um fenômeno que voltou a existir no Brasil.

Eu lembro que Luiz Inácio Lula da Silva, na sua primeira campanha, dizia: *"O meu Governo será um Governo exitoso se as pessoas puderem comer três vezes ao dia"*. Lula desnaturalizou a fome, que, por muito tempo, neste País, com tantas histórias, reinvenções e invenções de casas grandes e senzalas, com tantas novas colonialidades, com tantas ressignificações de uma lógica colonialista, era encarada como algo natural. Era encarada como algo natural. A fome era naturalizada. Lula desnaturalizou-a e disse: *"Nenhum ser humano tem que conviver com a fome"*.

Lula veio na esteira da grande campanha que foi feita por Betinho, que dizia: *"Quem tem fome tem pressa"*. Betinho, ao voltar do exílio, foi semeando uma lógica de solidariedade, estimulando as pessoas a se organizarem para enfrentar a fome e para retirar da miséria o povo brasileiro.

Vivenciamos, portanto, um Brasil sem fome, em que foi desnaturalizada a fome. Isso foi tecido pelo Governo de Luiz Inácio Lula da Silva, quando se valorizou o salário mínimo, quando se fez o Programa Bolsa Família, o Programa Fome Zero. Não era apenas o Bolsa Família. Foram sendo puxados os fios de vida que estão sob os escombros de uma sociedade em que há tantas desigualdades e tantas discriminações. Ali se foi tecendo um Brasil sem fome.

A fome voltou a existir no Brasil. Disse bem o Deputado Padre João que ela começou a ser reconstruída no dia 17 de abril de 2016, quando aqui se aprovou um golpe. Esta Casa, a maioria dos seus Parlamentares deixou a digital em um golpe que, hoje, se expressa na insegurança alimentar, na própria fome; em um Governo que é centrado no arbítrio e nos seus próprios interesses, não nos interesses do povo. Uma de suas primeiras ações foi tentar desconstruir todos os conselhos, inclusive o Conselho Nacional de Segurança Alimentar.

O Brasil tem hoje um Ministro da Economia que lucrou, nesses 1.000 dias de Governo, 16 mil reais por dia - por dia! Lucrou 16 mil por dia. Ele feriu, atacou o Código de Conduta, que diz que as autoridades que exercem funções relevantes não podem fazer aplicações,

investimentos que dependam de ações governamentais. E esse Ministro, que despreza o povo brasileiro, que quer penalizar o servidor público, lucra com a fome do povo brasileiro; esse Ministro quer taxar juros e dividendos - estamos de acordo -, mas não os seus negócios; esse Ministro trabalhou e está trabalhando com mudanças relativas a remessas, com investimentos fora do Brasil, para se beneficiar.

Nós estamos vivenciando questões relativas à PEC 32, à Emenda Constitucional nº 95 e ao desprezo com que se trata o povo brasileiro.

Documento 18/79

89.2021.B	Sessão Outro Evento	06/10/2021-13:12
Publ.: DCD - 10/7/2021 - PADRE JOÃO-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. PADRE JOÃO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, obrigado.

Mais uma vez, vimos ressaltar aqui a perversidade e a crueldade da PEC 32.

Todos que têm compromisso com o serviço público, com as políticas públicas, com os usuários, sejam da assistência, sejam da educação pública de qualidade, sejam da saúde, sabem o que temos de dizer nas ruas e em todos os cantos: não à PEC 32! Não à PEC 32! Nós somos responsáveis por fazer valer o Estado brasileiro, e o Estado se faz presente através das políticas e, para tê-las, tem que ter orçamento.

Mas não resolve ter políticas, programas e orçamento se não tiver servidor, se não tiver quem executa na ponta essas políticas ou programas. A PEC 32 fere de morte quem é essencial para o Estado: o servidor público, seja o municipal, seja o estadual ou distrital, seja o federal. Às vezes o servidor municipal diz: "*Não, isso é uma PEC federal*". Isso tem a ver com todos os servidores públicos e atinge toda a população - toda a população!

Por isso a campanha está correta: "Quem votar não volta". O povo brasileiro, Deputada Professora Rosa Neide, já decidiu: o Bolsonaro não volta. Ele não volta porque é cruel, porque não tem respeito com a

Pátria e porque não tem respeito com a família, porque são milhões que passam fome, são milhões que estão desempregados.

Agora, o povo brasileiro também tem que tomar a consciência de que quem apoia essas crueldades do Executivo não pode voltar porque o Estado não retomará a economia. O Estado brasileiro não tem como retomar uma economia que garanta o combate às desigualdades, que garanta a inclusão. Não há como retomar este País pós-pandemia se não tivermos um Congresso comprometido com o povo, comprometido com as políticas públicas.

Por isso, parablenzo os sindicatos que estão nas ruas, nos aeroportos, em todos os cantos. Eles estão agindo corretamente.

Quem votar na PEC 32 não pode voltar porque não estará em sintonia com o próximo Governo para tirar o desconto de tamanho abandono. É preciso que tenhamos um Congresso - Câmara e Senado - comprometido com o povo brasileiro, comprometido com a soberania e comprometido com a segurança alimentar.

Presidente, peço a V.Exa. que este pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 19/79

89.2021.B	Sessão Outro Evento	06/10/2021-13:28
Publ.: DCD - 10/7/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA	DOSBREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, referente ao estabelecimento do Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, e à concessão de aposentadoria especial e exclusiva à categoria. Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares, população brasileira que nos acompanha pela *TV Câmara*, também quero nesta tarde falar sobre a importância dos agentes comunitários de saúde.

Eu fui Prefeito durante 8 anos e pude acompanhar de perto o trabalho fundamental desenvolvido por esses profissionais, que se encontram

desvalorizados, muitos desmotivados, mas estão demonstrando uma capacidade grande de mobilização, de resistência e de perseverança.

É preciso que esta Casa dê um sinal concreto de apoio a esses profissionais da saúde, que estão se mobilizando em todo o Brasil, estão aqui em Brasília. Ontem eu estive com uma delegação do Espírito Santo, representada por vários Municípios, e queremos pedir o apoio dos demais Parlamentares para que possamos aprovar a PEC 14.

Precisamos aprovar medidas que melhorem o salário, que garantam direitos e, acima de tudo, deem dignidade aos agentes comunitários de saúde, que nesta pandemia têm feito um trabalho extraordinário.

Então, é preciso que nós tenhamos sensibilidade. Nós não podemos, como estamos vendo por parte de alguns, virar as costas, Deputada Benedita da Silva, para os agentes comunitários de saúde. São eles que cuidam da saúde de milhões de brasileiros e que fortalecem o Sistema Único de Saúde no nosso País.

Portanto, eu quero dizer aqui para todos os agentes comunitários de saúde que estou alinhado com eles nessa luta para aprovar todas as medidas que são necessárias para a valorização desses profissionais fundamentais para a saúde no nosso País. Registro, portanto, o meu respeito, o meu carinho e, acima de tudo, o meu compromisso com esses profissionais da saúde do Brasil e do meu Estado, o Espírito Santo.

Para encerrar, Sr. Presidente, quero dizer que a mobilização em torno da PEC 32 é cada vez maior, e, se esta Casa não abrir os olhos, vai acontecer o que os servidores e lideranças de todo o País estão dizendo: quem votar não volta. É isso que nós estamos ouvindo de todos os servidores públicos deste País, porque o que se pretende com a PEC 32 é aprovar uma proposta que vai desmontar o serviço público e prejudicar milhares de servidores públicos que ganham baixos salários. Não vai haver combate aos privilégios. E o pior é que a população, que precisa da saúde e da educação, ficará prejudicada.

Então, "não" à PEC 32.

Sr. Presidente, peço que este pronunciamento seja publicado no programa *A Voz do Brasil* e nos órgãos de comunicação desta Casa.

Sumário

Atuação de Parlamentares e do Governo Jair Bolsonaro contra a educação brasileira. Redução dos recursos orçamentários destinados ao setor. Protesto contra o pretendido calote nos precatórios relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério - FUNDEF. Inadmissibilidade de desvinculação de recursos do setor educacional. Contrariedade à divisão dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia. Defesa de manutenção do piso salarial nacional dos docentes brasileiros. Razões do posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. IDILVAN ALENCAR (PDT - CE. Sem revisão do orador.) - Boa tarde, Presidente e todos os que nos assistem.

Eu fui eleito pelo Estado do Ceará, com mais de 150 mil votos, para defender a educação deste País. Eu achei que seria uma tarefa fácil, porque, nos discursos, todo mundo defende a educação, mas vi que eu estava enganado. Na prática, isso não acontece. Eu estou vendo o Governo Bolsonaro contra a educação, querendo destruí-la, e infelizmente muitos Parlamentares também estão contra ela ou a veem com indiferença.

Eu nem queria falar sobre o que já foi feito. Houve redução do orçamento do MEC, do FNDE. Cada Ministro é pior do que o outro. Não queriam aprovar o FUNDEB. A reforma previdenciária acabou com a aposentadoria especial. Mas é sobre as ameaças de agora que eu quero falar: querem dar um calote nos precatórios do FUNDEF, querem desvincular os 25% de aplicação na educação, querem dividir os institutos federais só para indicar nomes. O reajuste do piso dos professores já tinha deixado de ser pelo reajuste do FUNDEB para ser pela inflação.

Mas a pior ameaça de todas é a reforma administrativa. A PEC 32 é terrível e já foi aprovada na Comissão Especial. Eles queriam acabar com a estabilidade do servidor público, aí fizeram uma coisa que dá no mesmo: ampliaram a possibilidade de contratação de temporários. Na prática, o efeito é o mesmo: substituir concurso público por contrato temporário. E, achando pouco a maldade, colocaram uma adicional, que é o fato de se poder reduzir em 25% o salário de qualquer servidor público e a jornada, só no que tiver no parâmetro da responsabilidade fiscal. Isso é terrível!

Há pessoas que acham que só os servidores públicos têm que se preocupar. Não! João, você, que está estudando no ensino médio e pensa em fazer um concurso, esqueça, porque agora vai ser um apadrinhado, um amigo do Prefeito, que vai ocupar essa posição. Dona Maria, sua tia trabalha na escola? Então, cuidado, porque ela pode ter uma redução de 25% do salário.

Eu venho aqui convocar toda a sociedade brasileira para dizermos "não". Isso é o fim do Estado brasileiro. Nós temos que apostar no serviço público. Eu me sinto indignado com este momento que estamos passando em relação à educação pública e ao serviço público deste País.

Obrigado.

Documento 21/79

89.2021.B	Sessão Outro Evento	06/10/2021-14:16
Publ.: DCD - 10/7/2021 - JOSÉ RICARDO-PT -AM		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Apoio à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 22, de 2011, sobre a responsabilidade financeira da União, corresponsável pelo Sistema Único de Saúde - SUS, na política remuneratória e na valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, relativa ao estabelecimento do Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, e à concessão de aposentadoria especial e exclusiva à categoria. Participação em audiência pública destinada ao debate da concessão de bolsas de estudo a estudantes indígenas e quilombolas. Presença, no Distrito Federal, de participantes na Jornada Nacional de Luta pela Moradia. Extinção do Programa Minha Casa, Minha Vida. Não construção de novas moradias pelo Programa Casa Verde e Amarela. Realização, pela Casa, de Comissão Geral para debate do recrudescimento da fome e da insegurança alimentar no País. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Manutenção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de aplicações financeiras em paraísos fiscais. Elevação dos índices inflacionários e dos preços do gás de cozinha, de combustíveis e de energia elétrica no País.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado,

Sr. Presidente. Quero saudar todos os colegas Parlamentares.

Esta semana, aqui, na Câmara dos Deputados, nós tivemos a presença de vários segmentos da sociedade, movimentos sociais lutando e reivindicando políticas públicas e também denunciando o descaso do Governo Federal em várias áreas importantes para a vida da população.

Os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias ainda estão aqui, mobilizados, cobrando a aprovação da PEC 14/21, da PEC 22/11, para garantir piso salarial, garantir salário justo, garantir a valorização desses profissionais, que nem sempre são valorizados nos Estados e Municípios.

Nós também tivemos aqui uma audiência com a presença de estudantes indígenas e quilombolas. Estavam reivindicando a política de permanência no ensino superior, ou seja, os recursos para ajudar que os estudantes indígenas e quilombolas possam continuar fazendo seus cursos, exercendo esse direito do acesso à educação, que está sendo negado no Governo atual com o corte de recursos para essa área.

Também aqui, em Brasília, movimentos de moradia estiveram presentes na Jornada Nacional de Luta por Moradia. A denúncia é que nós temos sete milhões de famílias sem casa própria, famílias pobres que têm o direito constitucional a ter moradia, habitação, mas que é negado hoje pelo Governo Federal, porque este acabou com o Programa Minha Casa, Minha Vida; e o programa anunciado, o Casa Verde e Amarela, até hoje não construiu casas. Aliás, dia 13, agora, na Comissão de Desenvolvimento Urbano, teremos uma audiência, para se cobrar do Ministro, para se saber se há ou não há recursos para construir casas para a população que precisa.

Além disso, esta Casa realizou a Comissão Geral debatendo o tema da fome. A fome, que voltou ao Brasil, já tinha acabado. No Governo Dilma e Lula, o Brasil saiu do Mapa da Fome. Agora há 19 milhões de pessoas passando fome e 120 milhões de brasileiros e brasileiras na insegurança alimentar, porque simplesmente cortaram as políticas para garantir o mínimo de dignidade. Há falta de empregos, falta de oportunidades e a volta da miséria, infelizmente, para muitas famílias.

E ainda há, nesta Casa, a PEC 32, que quer tirar direitos dos servidores públicos, acabando com a estabilidade e com o concurso público. Enquanto isso, o Ministro da Economia está ganhando o seu dinheiro em paraísos fiscais, em vez de cuidar da economia do Brasil, que está com a inflação altíssima, com o custo de vida alto, assim como está alto o preço do gás de cozinha, dos combustíveis, da

energia. E a população, sem capacidade de pagar as contas.

Portanto, é necessário realmente que a população seja ouvida. Mas não acreditamos mais neste Governo, só num próximo Governo que olhe para a população, que olhe para quem está passando fome, como ocorreu nos Governos Lula e Dilma, que deram prioridade à população que sempre esteve marginalizada e esquecida neste País.

Eu gostaria, Sr. Presidente, que V.Exa. divulgasse no programa *A Voz do Brasil* o nosso discurso.

Documento 22/79

89.2021.B	Sessão Outro Evento	06/10/2021-14:32
Publ.: DCD - 10/7/2021 -	ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Desconexão entre o cenário de fome reinante no País e a manutenção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de aplicações financeiras em paraísos fiscais. Falta de condições éticas para a permanência do Sr. Paulo Guedes à frente da Pasta da Economia. Elevação dos preços dos alimentos, de combustíveis e do gás de cozinha. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Imediato afastamento do Ministro da Economia e do Presidente do Banco Central do Brasil.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Presidente Marcelo Ramos, quero cumprimentar todos os colegas Deputados e Deputadas e quem acompanha esta sessão.

Quero tratar aqui da imoralidade do Ministro Paulo Guedes e desse Governo que tentou passar uma imagem de ético. Esse Governo não tem compromisso com o povo mais pobre, com o povo mais humilde e está pouco se preocupando com as necessidades reais do nosso povo.

Como pode, Deputado Joseildo Ramos, o povo estar lutando para pegar um osso?

Recebi uma mensagem agora há pouco de uma pessoa de Rio Claro, no Estado de São Paulo, a respeito de um supermercado que está vendendo osso. Olhem que absurdo! E o Ministro Paulo Guedes, que toma medidas na política econômica, com milhões em paraísos fiscais,

lucrando com o aumento do dólar.

Se esse Governo tivesse seriedade, se esse Governo tivesse compromisso, se esse Governo fosse moral, Deputado Carlos Zarattini, o Ministro Paulo Guedes estava fora, urgentemente, fora do Governo. Ele não tem condição nenhuma de continuar. Isso sem falar da sua incompetência, que é notória. Eu duvido que tenha aqui alguém capaz de defender uma política pública proposta pelo Ministro Paulo Guedes, uma que seja.

Se o feijão está caro, Deputado Frei Anastacio, o que ele vai propor? O arroz caro? A gasolina cara? O gás de cozinha caro? O povo passando fome? As reformas destrutivas? Agora querem aprovar a PEC 32, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020. E estão com medo dos servidores, porque sabem que a proposta é ruim.

Qual boa medida o Ministro Paulo Guedes fez para o País? Ele fez medidas boas para o interesse dele. Ganhou muitos milhões a mais nas contas escondidas, assim como o Presidente do Banco Central. Os dois tinham que estar fora do Governo. Enquanto o Presidente do Banco Central, que conta com a autonomia, a independência aprovada por este Parlamento, estava tomando decisões e lucrando, lucrando, lucrando, o povo estava passando fome. O povo na miséria, e eles ganhando com o descaso dessa política, com o desastre dessa política. Talvez, apenas os dois estejam contentes com tudo o que está acontecendo no Brasil, além de mais algumas outras pessoas que também têm conta em paraísos fiscais. A maioria do povo, infelizmente, está desempregada, sem renda, voltou para a rua, voltou a pedir, está com dificuldade de comprar no mercado, está passando fome, pedindo nas esquinas e nos faróis.

O Ministro Paulo Guedes tinha que estar fora do Governo, urgentemente! Não serve de nada para a nossa população, praticou uma imoralidade brutal e tem de estar fora do Governo.

Documento 23/79

89.2021.B	Sessão Outro Evento	06/10/2021-14:40
Publ.: DCD - 10/7/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Escândalo da manutenção de aplicações financeiras no exterior pelo Ministro da economia, Paulo Guedes. Apoio à

Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, relativa ao estabelecimento do Sistema de Proteção Social e Valorização dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias, e à concessão de aposentadoria especial e exclusiva à categoria.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, venho dizer que nós estamos enfrentando talvez o ataque mais estruturante a algo que prevê a nossa Constituição como direito.

Nossa Constituição assegura a proteção social, o bem-estar social e os direitos - direitos de as pessoas viverem como pessoas, como seres humanos; direitos que não podem ser confundidos com favores. A Constituição brasileira rompeu essa lógica, essa lógica colonialista, essa lógica de subalternização dos seres humanos, que fez por muito tempo uma confusão deliberada e cruel entre direitos e favores.

Mas o ataque mais profundo e estruturante que nós estamos vivenciando neste momento à Constituição se traduz na PEC 32 - Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020 -, porque retoma o Estado de compadrio, flexibiliza o concurso público e estabelece contratos por prazo determinado. Essa é uma das crueldades que sai da cartola de Paulo Guedes, este foi dito que seria o "Posto Ipiranga".

Eu fico imaginando o dono de um posto que tem o poder de estabelecer o preço do combustível que vai vender. É isto o que nós estamos vivenciando neste Brasil: um Ministro da Economia que deixa de investir no Brasil, investe em atividades fora do País, sem pagar tributos para o Brasil, sem que tenha compromisso com esta Nação, e que investe em dólar.

Todas as vezes que o dólar sobe, o seu lucro também sobe. E ele lucrou por volta de 14 mil reais por dia no Governo de Bolsonaro, a partir da cotação do dólar.

Mas não foi só isso. Ele mudou regras do Conselho Monetário Nacional para favorecer esse tipo de investimento; diz que quer taxar lucros e dividendos - e nós queremos taxar -, mas os seus negócios não serão taxados; fala em CPMF, mas esse imposto sobre operações financeiras também não vai atingir o seu lucro. Isso é um escândalo, isso é um escárnio! Chega de escárnio neste País! Chega de escárnio!

Enquanto isso, lutam os agentes comunitários de saúde e os agentes de combate às endemias para não terem a precarização do seu trabalho, para que possam ter direito ao reajuste, para que possam ter aposentadoria digna, para que siga a tramitação da Proposta de Emenda à Constituição nº 14, de 2021, que é uma reivindicação de

Documento 24/79

118.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	-06/10/2021-15:20
Publ.: DCD - 10/7/2021 -	ZÉ NETO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Presença no plenário dos Defensores Públicos Igor e Ana Jamille, do Estado da Bahia. Apresentação aos Líderes partidários, pelos Defensores Públicos, de sugestões à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa,

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, quero aqui aproveitar este 1 minuto para saudar o Dr. Igor e a Dra. Ana Jamille, defensores públicos da Bahia, que estão aqui, neste momento, conversando com as Lideranças partidárias, ouvindo-as, trazendo sugestões com relação à PEC 32, à manutenção das prerrogativas dessa importante instituição do nosso País, que é a Defensoria Pública, que faz um trabalho extraordinário em todo o Brasil.

Então, queria fazer esse registro, Sr. Presidente, e agradecer a V.Exa. a deferência, por ter atendido o meu pedido para que eles pudessem adentrar o plenário para conversar com algumas Lideranças.

Quero dizer à Defensoria Pública da Bahia e de todo o Brasil que nós não mediremos esforços para manter as prerrogativas e ampliá-las para que tenhamos a cada dia uma Defensoria forte, que possa atender os mais humildes em todo o nosso País.

Documento 25/79

118.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - CD	06/10/2021-15:40
Publ.: DCD - 10/7/2021 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	ENCAMINHAMENTO DE VOTAÇÃO DISCURSO

Sumário

Encaminhamento da votação do Requerimento nº 1.943, de 2021, de convocação do Ministro da Economia, Paulo Guedes, para esclarecimento da manutenção de empresas offshore no exterior.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, colegas Deputados e Deputadas, isso é um requerimento de convocação. E não adianta o Líder do Governo querer marcar a data para o Ministro vir. Ele vai ser convocado. Quem marca a data de quem é convocado é o poder que convocou. Então, o Presidente Arthur Lira e a Mesa, com certeza, vão convocá-lo no melhor período para quem convocou, que é o Parlamento. Essa é a primeira questão. Nada de prepotência: "*O Ministro vem tal dia*". O Ministro vem no dia que ele for convocado. Por isso, nós não aceitamos que este requerimento fosse transformado em convite. Ele é, portanto, um requerimento de convocação.

Segundo, Presidente, ao rico tudo é permitido e ao pobre, a fome, o osso. E o Ministro especula com o dólar em contas secretas no exterior - porque eram secretas, tanto que ele escondeu do povo -, isso pode.

O Ministro, em mil dias de Governo, ganhou 14 mil reais por dia -- 14 mil reais por dia! Como é que se explica isso ao povo? E ganhou sem fazer nada! Isso porque aquelas contas dele estavam em dólar no exterior. Sem fazer nada, 14 mil reais por dia! Um foguete de sucesso! Isto sim é um "V": 14 mil por dia em mil dias!

Ontem, o dólar subiu mais, até por causa da crise que ele vive arrumando. A conta, que de ontem para hoje... Sabem quanto o Paulo Guedes ganhou, pessoal? Ganhou 760 mil reais de ontem para hoje! Explique isso ao pobre, que passa fome, que está comendo osso. Explique isso a 19 milhões de desempregados. Esta conta não fecha.

E olhem que é o Ministro que fala que servidor público é privilegiado, que o servidor público tem privilégio. Ele é o principal Ministro do Bolsonaro que quer a PEC 32/20, a "deforma" administrativa. Quer retirar qualquer direito do servidor, do atual e do futuro, até a estabilidade.

Eu pergunto: algum Deputado vai votar numa proposta de emenda à Constituição que retira direito das professoras, dos professores, dos trabalhadores da saúde, dos que são carreira típica de Estado? Querem cortar, segundo o Paulo Guedes, privilégio, e ele quer colocar uma granada no bolso do servidor. Algum Deputado ou alguma Deputada vai ter a coragem de votar contra o serviço público brasileiro, com um Ministro que ganha 14 mil reais por dia, especulando com o dólar?

Ao pobre nada é permitido; ao rico, tudo. Isso tem que acabar.

Documento 26/79

118.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD	17:36
Publ.: DCD - 10/7/2021 -	FERNANDA MELCHIONNA-PSOL -RS	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 255, de 2021, relativo à aprovação do texto da Convenção sobre o Crime Cibernético, celebrada em Budapeste, em 23 de novembro de 2001, ressaltados os destaques. Leitura de manifesto contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. FERNANDA MELCHIONNA (PSOL - RS. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Presidente, a Oposição vota "sim".

Quero ler, neste momento, manifesto que recebi do Dr. Rodolfo Laterza, a quem agradeço, e cumprimentar cada uma das entidades policiais que, junto com o Presidente da Comissão de Segurança Pública e Combate ao Crime Organizado, assinaram esse manifesto, que diz um claro "não" à PEC 32.

O manifesto diz o seguinte:

A PEC 32 perdeu sentido e credibilidade até perante quem a defendia.

As disposições nela contidas irão gerar caos institucional, insegurança jurídica e prejuízos totais à segurança pública (...).

O relatório da PEC 32 infelizmente é permeado de contradições e não pode ser aprovado.

Por isso manifestamos à Nação brasileira posição contra a PEC 32 , intitulada Reforma Administrativa sob pena de danos irreversíveis ao país.

(...)

A sociedade e a segurança pública irão observar a posição de cada parlamentar a favor ou contra esta PEC, que sequer confronta os reais privilégios que criam distorção no serviço público do país.

(...)

ADEPOL BR - Associação dos Delegados de Polícia do Brasil

FENEME - Federação Nacional de Entidades de Oficiais Militares Estaduais

FENASPEN - Federação Nacional dos Agentes Penitenciários

COBRAPOL - Confederação Brasileira dos Trabalhadores Policiais Civis

CONASSE - Conselho Nacional de Entidades Representativas de Trabalhadores e Servidores do Sistema Socioeducativo

FENASSE - Federação Nacional dos Trabalhadores do Sistema Socioeducativo

FENAGUARDAS - Federação Nacional das Guardas Municipais

ADPF - Associação Nacional dos Delegados de Polícia Federal

FENADEPOL-PF - Federação Nacional dos Delegados de Polícia Federal

Não conseguiram criar divisão...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 27/79

118.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD 17:36
Publ.: DCD - 10/7/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Defesa de exoneração do Ministro da Economia, Paulo Guedes, diante da manutenção de empresa offshore em paraíso fiscal. Violação do Código de Conduta da Alta Administração Federal pelo Ministro da Economia. Descompasso entre o enriquecimento do Ministro Paulo Guedes com aplicações financeiras no exterior, e o quadro de fome e carestia reinante no País. Responsabilidade do Ministro da Economia pela desestruturação do

sistema de previdência social, pela Privatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e pela Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Acerto da convocação do Ministro Paulo Guedes pela Câmara dos Deputados.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, o Ministro Paulo Guedes não pode continuar no cargo que ocupa, não pode continuar sendo Ministro.

A denúncia de que tem dinheiro em paraíso fiscal é gravíssima. Ou ele está ali sonogando imposto ou está ali fazendo lavagem de dinheiro. Não há outra explicação para que esse dinheiro esteja em paraíso fiscal. O que o Ministro Paulo Guedes praticou "*é ilegal, é imoral ou engorda*". Vou explicar.

É ilegal porque viola, no Brasil, o Código de Conduta da Alta Administração Federal. Como Ministro, ele jamais poderia ter dinheiro em paraíso fiscal. Jamais! E ele não o declarou, ele o escondeu, ele o escamoteou. Então, o Ministro Paulo Guedes está cometendo uma ilegalidade.

É imoral porque ele é o responsável maior pela economia no Brasil. Inclusive é ele que controla, em certa medida, o valor do dólar, ele controla a política de preços da PETROBRAS. Portanto, todas as vezes em que aumenta o dólar, ele fica mais rico. É uma imoralidade se ter um Ministro que se beneficia da própria política do Governo! Ele está enriquecendo com a pobreza do povo. O povo está pagando o gás de cozinha em dólar; o povo está pagando a gasolina em dólar; o povo está pagando o *diesel* em dólar. E isso está contaminando toda a economia brasileira. O Ministro está cada vez mais rico, enquanto o povo está cada vez mais pobre. Por isso, o que ele fez é imoral.

E, o que é mais grave, engorda. Engorda o bolso do Ministro. Ele já embolsou mais de 14 milhões de reais com essa operação de *offshore*, com esse esquema criminoso de dinheiro em paraíso fiscal. Mais de 14 milhões, sem enfiar um prego numa barra de sabão! Todo dia em que há aumento do dólar, ele fica mais rico, com o dinheiro que está acumulando lá fora, num paraíso fiscal.

Ora, o que ele está praticando, além de ilegal, é imoral, e está engordando, de maneira criminosa, o bolso dele próprio. Portanto, é um Ministro que não tem absolutamente nenhuma condição moral de continuar no cargo.

Como se não bastasse - não podemos nos esquecer disto -, esse é o

Ministro que desdenhou do povo brasileiro, que disse que era normal o aumento do dólar, que as empregadas domésticas não poderiam viajar para o exterior, que o filho do porteiro não tinha nada que entrar em universidade. Ele debochou da população brasileira, de maneira acintosa, desrespeitosa. Agora se revela com essas práticas criminosas, que devem ser repudiadas por todos nós de maneira veemente!

Não podemos endossar essas práticas, sobretudo em se tratando de Paulo Guedes, que apresentou ao Congresso Nacional uma proposta que acabou com a previdência pública. Hoje, mais de 2 milhões de brasileiros e brasileiras estão na fila, esperando um benefício do INSS, e não o conseguem. A responsabilidade é do Governo Bolsonaro, por intermédio desse Ministro, que é o Ministro Paulo Guedes.

Ele também trouxe para cá a privatização da ELETROBRAS, desmontando uma estrutura econômica fundamental, estratégica para o País. Aliás, nem os Estados Unidos da América foram capazes de privatizar o próprio setor energético, que até hoje é público naquele país. E ele promoveu a privatização dessa empresa no Brasil.

Ele também trouxe para cá a privatização dos Correios, destruindo o serviço postal nos Municípios menores, pelo Brasil afora.

O Estado do Maranhão vai ser brutalmente prejudicado pela privatização dos Correios, que é o único estabelecimento federal que existe na grande maioria dos Municípios, oferece inclusive serviços bancários, por meio do Banco Postal. Ele está simplesmente privatizando o sistema de serviço postal no Brasil, a Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos.

Por fim, mandou para cá a PEC 32, que acaba com o serviço público. Ele disse, lá atrás, que ia fazer isso, ia colocar uma granada no bolso do servidor público. Chamou o servidor público de parasita! E agora descobrimos quem é o verdadeiro parasita. O verdadeiro parasita é o Sr. Paulo Guedes, que está lá ganhando dinheiro fácil em paraíso fiscal, enquanto o povo está aqui vivendo o seu inferno astral, enfrentando o desemprego, a fome, a inflação que ninguém suporta mais. Ninguém aguenta mais!

Se esse Ministro tivesse vergonha na cara, ele nem esperaria a demissão, ele renunciaria logo, porque não tem mais moral para continuar no cargo que ocupa.

É por isso, Sr. Presidente, que eu queria dizer aqui, desta tribuna, que a decisão mais acertada desta Casa hoje foi a de ter aprovado a convocação do Ministro Paulo Guedes. Ele tem que vir aqui para, no mínimo, prestar contas, no que diz respeito a essa imoralidade e essa

ilegalidade que ele está cometendo à frente do Ministério da Economia. Isso, para mim, não é nenhuma surpresa. Ele é um despreparado, um desqualificado, uma pessoa completamente descompromissada com o interesse público. Agora se mostrou também um desmoralizado. Essa é a realidade, infelizmente, da economia, do Ministério da Economia no Brasil.

Muito obrigado pela oportunidade, Presidente.

Documento 28/79

118.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -06/10/2021- CD 18:24
Publ.: DCD - 10/7/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	DISCUSSÃO DISCURSO

Sumário

Discussão da Proposta de Emenda à Constituição nº 391, de 2017, acerca do disciplinamento da distribuição, pela União, de recursos ao Fundo de Participação dos Municípios - FPM. Repúdio à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Milton Santos disse que não pensamos o universo a partir do universo: pensamos o universo a partir de um lugar, a partir de um espaço, a partir de um território. O território é muito mais do que uma área geográfica; o território é onde se constrói a trama das relações, onde se tecem as tranças dos direitos, as tranças dos saberes, as tranças do afeto. E, quando nós falamos em Municípios, estamos falando de uma territorialidade que precisa ser respeitada, uma territorialidade onde a vida acontece. É no Município que a vida acontece, é no Município que as políticas públicas se efetivam, é no Município que as pessoas constroem as suas relações.

É isto o que Paulo Freire diz, que não nascemos prontos, vamos nos fazendo. E eu digo que nós também nem saímos daqui prontos. Vamos nos construindo e nos fazendo, como um fruto dessa trama ou dessas tranças de relações que caracterizam e reconhecem a nossa própria humanidade.

Por isso, estamos discutindo uma PEC que valoriza os Municípios, que estabelece um percentual que chega por volta de 5 bilhões de reais a mais para que os Municípios possam efetivar as políticas públicas. A maior parte dos servidores e servidoras do nosso País estão nos Municípios, estão ali nos Municípios. A maior parte das construções da

saúde básica e do ensino fundamental estão também no Município e são fruto do próprio Município.

Esta proposição, portanto, representa uma democratização dos recursos.

Reconhecer o chão que se pisa, reconhecer que nós somos frutos deste chão onde nós pisamos todos os dias e onde nós nos fazemos humanos em nossos recortes culturais e identitários.

Portanto, nós estamos aqui discutindo este aumento de recursos, e o aumento de recursos irá beneficiar fundamentalmente os pequenos Municípios, que não têm uma vida tão pujante, para que possam ter a sua própria arrecadação a partir da sua própria atividade produtiva e da sua atividade concreta. Nesse sentido, essa proposição também ajuda a diminuir as desigualdades que existem nas diversas localidades deste Brasil, que tem como vertente estruturante - um dos maiores problemas a serem enfrentados - a própria desigualdade sobre os mais profundos e mais vastos pontos de vista.

Esta proposição, que fortalece os Municípios e estabelece recursos para os Municípios, concluída, como eu disse, representará um acréscimo por volta de 5 bilhões de reais ou um pouco mais, que se transformarão em políticas públicas. E são as políticas públicas que reafirmam a nossa condição de viver com dignidade. Essa dignidade está na nossa Constituição.

E a Constituição está sofrendo o seu mais profundo e estruturante golpe, com a PEC 32, em que, como disse bem o Deputado Pedro Uczai, não há a lógica de democratizar, não há a lógica de enfrentar as desigualdades, não há a lógica de valorizar territórios onde as políticas públicas acontecem. A lógica que está na PEC 32 é a de colocar o Estado a serviço do governante, com a flexibilização do concurso público e com o tempo ou com a precarização de diversas relações, inclusive com contrato por tempo determinado de até 10 anos.

A lógica da PEC 32 é enfrentada com essa proposição, que teve um belíssimo relatório do Deputado Júlio Cesar, que é municipalista de alma, como é também o Deputado Pedro Uczai e tantos outros Parlamentares que entendem a importância do próprio Município, que buscam um processo de democratização dos recursos públicos, para que atinjam um Brasil esquecido, um Brasil invisibilizado, um Brasil profundo, onde a vida acontece.

Por fim, quero apenas lembrar que essa PEC 32, que ataca tanto os servidores, atacará fundamentalmente os servidores municipais, que são a maioria dos servidores do nosso País, que enfrentam toda a

sorte de pandemias todos os dias, em defesa da vida.

Documento 29/79

119.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária -07/10/2021- CD 14:36
Publ.: DCD - 10/8/2021 - GONZAGA PATRIOTA-PSB -PE	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA
	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. GONZAGA PATRIOTA (PSB - PE. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Meu querido Presidente, essa pandemia me afastou tanto desta Casa! Eu estive olhando agora a PEC 32 e voltei a Getúlio Vargas, ao tanto que ele fez pelos trabalhadores, e acabaram quando da reforma trabalhista. Olhei depois a reforma da Previdência, que retirou muitos direitos de aposentados. E, lendo atentamente a PEC 32, chamada de reforma administrativa, é como se o servidor público não fosse de servir, mas fosse de atrapalhar.

Por isso, Presidente, sou totalmente contra. Hoje eu vou a uma *live* exatamente para dizer que ninguém aguenta essa reforma administrativa.

Documento 30/79

91.2021.B	Sessão Outro Evento	13/10/2021-15:48
Publ.: DCD - 10/14/2021 - HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aplausos ao Arcebispo da Arquidiocese de Aparecida, Dom Orlando Brandes, pelo sermão proferido contra a corrupção, a política armamentista, a cultura de ódio e a propagação de fake news. Incentivo do Presidente Jair Bolsonaro à aquisição e porte de armas de fogo e ao comércio de novos tipos de agrotóxicos no País. Contrariedade à privatização da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT e das Centrais Elétricas Brasileiras S/A - ELETROBRAS. Posicionamento contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

Recrudescimento da fome e do desemprego no País.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais Parlamentares presentes nesta sessão, população brasileira que nos acompanha pela TV *Câmara*, quero, nesta oportunidade, parabenizar D. Orlando Brandes, que no dia 12 fez uma homilia que deve ficar registrada na história do nosso País. D. Orlando Brandes falou sobre a realidade brasileira, disse que, para a Pátria ser amada, não pode ser armada: "*Para a Pátria ser amada, tem que ser uma pátria sem ódio*". Seguiu dizendo D. Orlando: "*(...) uma república sem mentiras e sem fake news*". Ele completou a reflexão dizendo: "*Para ser uma pátria amada, tem que ser uma pátria sem corrupção e com fraternidade*".

Eu quero saudar essas palavras de D. Orlando Brandes. A CNBB tem tido uma postura muito importante, de fé, de vida e de defesa dos direitos fundamentais da pessoa humana, e Dom Orlando Brandes anteontem fez uma homilia que reflete a realidade vivida pelo nosso País.

Em vez de o Governo incentivar políticas de inclusão, incentiva o uso de armas, flexibiliza o porte e a posse de armas. Em vez de o Governo combater a fome, Deputada Erika Kokay, estimula e flexibiliza a adoção de novos tipos de agrotóxicos, que tiram a vida das pessoas. Aliás, o Brasil virou o campeão mundial entre os países que autorizam o uso de agrotóxicos proibidos em muitas nações do mundo. No Brasil, em vez de termos um presidente e um governo preocupados com a paz e com a fraternidade, temos um governo que estimula o ódio e as *fake news*.

É um governo que, em vez de cuidar dos direitos, apresenta medidas e propostas para privatizar os Correios, a ELETROBRAS, para aprovar a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, da reforma administrativa, que retira direitos dos servidores públicos, que propõe o desmonte do serviço público e do Estado Democrático de Direito. Este é um país que hoje está indo para o caos, porque os preços disparam, o desemprego e a fome disparam, e o Governo não trata dos principais assuntos, para salvar a vida do nosso povo, não trata da vacina. O nosso Governo não trata das necessidades do nosso povo.

Sr. Presidente, quero concluir dizendo que as palavras de Dom Orlando Brandes ecoam em todas as regiões do nosso País, porque os homens e mulheres de bem sabem, aqueles que estão preocupados com o nosso povo, que a Pátria amada que eles tanto apregoam não passa de uma *fake news*, porque quem quer a Pátria amada cuida dos seus filhos.

Sr. Presidente, peço que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* o

meu pronunciamento.

Documento 31/79

91.2021.B	Sessão Outro Evento	13/10/2021-17:16
Publ.: DCD - 10/14/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Não comparecimento do Ministro da Economia, Paulo Guedes, à Casa para esclarecimento de suas especulações financeiras. Descompasso entre a alta lucratividade auferida pelo Ministro da Economia e o cenário de fome reinante no País. Corte de recursos orçamentários do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações. Descaso do Presidente Jair Bolsonaro com as áreas de educação, ciência, pesquisa e tecnologia. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sr. Presidente. Hoje estou participando virtualmente da nossa reunião. Parabenizo-o pela presidência dos trabalhos.

Eu esperava ver aí hoje o Ministro Paulo Guedes, que, parece-me, fugiu para o exterior.

Aliás, bolsonaristas em apertos sempre fogem. E ele, depois de não conseguir explicar como lucrou 14 milhões em mil dias, apenas subindo o preço do dólar, mandou-se para o exterior.

Mas ele pode tirar o cavalinho da chuva, nós não vamos desistir de escutá-lo! Como é que alguém, especulando com a subida do dólar, consegue lucrar 14 mil reais por dia, com a fome do povo brasileiro? O povo agora está comendo osso, o pessoal passa fome. São 20 milhões de brasileiros! E Paulo Guedes, fugitivo, deveria estar aí hoje na Câmara, justificando ou tentando explicar como ele fica tão rico, com o povo brasileiro entrando na miséria como se fosse um parafuso. O V dele é o V, infelizmente, da desgraça do nosso povo, e não o V da vitória.

Mas, Sr. Presidente, hoje nós estivemos também com outro Ministro, o Ministro astronauta, o que perdeu 690 milhões que deveriam ser aplicados na ciência e que o Governo Bolsonaro cortou. Aqui em Minas Gerais, há expectativa de que 50 milhões de reais sejam investidos num centro nacional de vacinas, para vacinas contra malária, contra COVID-19 e outras doenças. E simplesmente o Ministro nos disse, hoje

de manhã, que isso corre o risco de não acontecer.

Portanto, este é um Governo que não prioriza a ciência, como não prioriza a educação e a tecnologia. Aliás, a este Ministro eu disse que, infelizmente, o seu Ministério está mandando para o espaço a ciência, a educação e a tecnologia. E infelizmente, também, parece que o Ministro vive no mundo da lua, pois disse que não sabia. E há algo pior: disse que o Presidente Bolsonaro também não sabia do corte. Então, é um desgoverno!

Eu queria colocar aqui o repúdio completo ao que é este Governo do Sr. Jair Bolsonaro e de seus Ministros. Há um fujão e um lunático. Ninguém aguenta o Governo Bolsonaro! É preciso que nós mantenhamos a nossa pressão e a nossa luta.

Termino, Sr. Presidente, chamando atenção agora dos nossos servidores públicos e dos que defendem o serviço público, para que fiquem atentos, porque infelizmente o Governo parece que não desistiu da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, que é a PEC da "deforma" administrativa. A proposta leva à privatização...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Ricardo Silva. PSB - SP) - Deputado, pode concluir. Ligue apenas o seu microfone mais uma vez. Pode concluir o raciocínio.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Pois não, Sr. Presidente, eu já termino.

Digo que estão de olho no dinheiro do SUS e no FUNDEB, do Serviço Único de Saúde e do Fundo de Desenvolvimento e Manutenção do Ensino Básico. Querem colocar a mão nesse dinheiro, para repassar a entidades privadas.

Por isso é que o povo está nas ruas, vaiando o Bolsonaro, como fizeram agora, no dia 12, lá em São Paulo. "*Fora, Bolsonaro!*" é o que nós escutamos pelo Brasil afora.

Documento 32/79

120.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 13/10/2021-
CD 20:52

Publ.: DCD - 10/14/2021 - PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC

CÂMARA

DOS ORDEM DO DIA

COMO LÍDER



Sumário

Natureza falaciosa da atribuição aos Governadores Estaduais, pelo Presidente Jair Bolsonaro, da responsabilidade pela elevação dos preços de combustíveis, em face de suposta majoração da alíquota do ICMS. Inocuidade do Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020, como instrumento de redução dos preços de combustíveis. Responsabilidade da política de dolarização de preços adotada pela empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, pelos sucessivos reajustes nos preços de combustíveis. Responsabilidade do Governo Jair Bolsonaro pelo quadro de pobreza, fome e desemprego vigente no Brasil. Reinclusão do País no Mapa da Fome. Não concessão, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de anistia de dívidas aos beneficiários do Fundo de Financiamento Estudantil - FIES. Protesto contra a privatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - ECT, da Caixa Econômica Federal e do Banco do Brasil S/A. Razões do posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Orientação de bancada na votação do substitutivo oferecido pelo Relator da Comissão de Finanças e Tributação ao Projeto de Lei Complementar nº 11, de 2020, relativo à alteração da sistemática de cobrança do ICMS incidente sobre combustíveis, ressaltados os destaques.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sr. Presidente.

Colegas Parlamentares, nós sabemos que a ideia de que mudar o cálculo do ICMS fará o preço da gasolina baixar não é verdadeira. É uma falácia, Sr. Presidente. E quem não se lembra de outras falácias usadas para aprovar projetos que nós avisamos que não iam dar certo? Aliás, votamos contrariamente a eles. Aprovaram a cobrança da bagagem, a cobrança da mala, com o discurso de que isso ia reduzir o preço da passagem. Reduziu? Não, a passagem continuou cara, e o passageiro está pagando por sua bagagem. Quem não se lembra desta outra falácia: "*se for aprovada a reforma trabalhista, vai aumentar o número de empregos no Brasil*"? Mais uma mentira. Aumentou o número de empregos no Brasil? Pelo contrário: em torno de 15 milhões de brasileiros estão desempregados. Pela primeira vez no Brasil, a população economicamente ativa está em sua grande maioria desempregada. Então, tudo foi uma falácia, tudo foi um discurso mentiroso.

Infelizmente, o Presidente da República mente quando diz que a culpa de o Brasil estar pagando hoje a gasolina mais cara de todos os tempos é do ICMS dos Governadores. Não é verdade isso. Nós estamos no décimo mês do ano, e a gasolina já aumentou 12 vezes. Quantas vezes aumentou o ICMS nesse período? Nenhuma. Eu vi a

carta assinada por 20 Governadores. Foi divulgada no dia 20 de setembro e afirma que, apesar de o preço da gasolina ter registrado um aumento superior a 40% nos últimos 12 meses, nenhum Estado aumentou o ICMS incidente sobre os combustíveis nesse período. Será que 20 Governadores do Brasil estão mentindo? É claro que não! E nós sabemos - nós vivemos nos Estados e sabemos - que o ICMS não aumentou. O que aumenta é o preço do combustível, mais de uma vez por mês.

Por que, Sr. Presidente? Por que está sendo cobrado em dólar. A política da PETROBRAS hoje é dolarizada. Então, Sr. Presidente, esse projeto não vai resolver o problema da carestia do combustível no Brasil. E, depois que aumenta o preço do combustível, aumenta o preço de tudo: do gás de cozinha, da cesta básica, da energia. O fato é que esse projeto não ataca o real problema do combustível no Brasil, que é a dolarização. E para quê? Para atender os brasileiros? Não, os brasileiros estão caindo em desgraça no Governo Bolsonaro. É para atender os acionistas da PETROBRAS, que fazem essa cobrança. E o Governo do Presidente Bolsonaro não tem coragem de reagir. Então, Sr. Presidente, não há saída se não for atacado o problema.

Por que um cidadão no Acre, lá no interior do Estado, lá no Município de Taumaturgo, para abastecer o seu motorzinho, colocá-lo na popa de um barco e trazer o seu produto para vender na cidade - a banana, a macaxeira, o buriti, o açaí -, tem que pagar 9 reais pelo litro da gasolina, a preço dolarizado, se esse coitado não vende os seus produtos em dólar e não recebe em dólar de ninguém? Por que o cidadão brasileiro que vive de um salário mínimo tem que abastecer sua moto com a gasolina a preço do dólar?

Quem ganha em dólar no Brasil? Ninguém neste País ganha em dólar. Quem está ganhando em dólar são os acionistas da PETROBRAS. São esses que o Governo do Presidente Bolsonaro está ajudando. Aliás, é bom lembrar que o Guedes também está se beneficiando. Na virada da noite para o dia, o Guedes ganha em torno de 300 mil com o aumento do dólar, com as suas empresas em paraísos fiscais. São esses que o Governo Bolsonaro tem ajudado, são aqueles que já ganham muito, porque os pobres deste País estão cada vez mais pobres. O desemprego chegou a 15 milhões de brasileiros. Há 20 milhões de brasileiros passando fome. Mais de 100 mil brasileiros acordam de manhã e não sabem se vão conseguir ter as três refeições por dia.

O Governo do Presidente Bolsonaro botou o Brasil de volta no Mapa da Fome. A juventude brasileira está endividada. Eu tenho tentado, por diversas vezes, aprovar o projeto de lei que acaba de vez com a dívida do FIES. Por que o Governo do Presidente Bolsonaro não se sensibiliza e anistia a dívida dos jovens brasileiros desempregados que

fizeram o financiamento do FIES, já que ele gosta de anistiar a dívida de banqueiros, a dívida de fazendeiros? Se ele ajuda os grandes, por que não ajuda a nossa juventude? Porque esse Governo não tem compromisso com o País, não tem compromisso com os mais pobres.

Bolsonaro nunca fez reunião com empresários, trabalhadores, sindicatos, para discutir como vamos superar o desemprego. Ele não consegue discutir por que a indústria brasileira tem perdido espaço no País e fora do País. Esse Governo só fala de privatização: privatização da PETROBRAS, privatização dos Correios. Fala-se de privatização do Banco do Brasil, fala-se em privatização da Caixa Econômica. Querem aprovar no Plenário desta Casa uma reforma administrativa que privatiza inclusive as creches. A empregada doméstica só consegue um trabalho porque ela deixa seu filho numa creche pública.

Esse é o Governo do Presidente Bolsonaro. Ele mentiu quando disse que ia fazer um Governo para os pobres. Ele está fazendo um Governo para os ricos.

Sr. Presidente, eu reafirmo aqui que esse projeto de lei é uma falácia. Daqui a 15 dias, nós vamos discutir e vamos ver aqui o preço do combustível aumentando de novo, mesmo com essa mudança que vamos tentar fazer no ICMS, porque o projeto não ataca o real problema. Mas, para que não nos digam que nós da Oposição não quisemos contribuir com uma saída - eu, particularmente, opinei dentro do meu partido -, o PCdoB está votando "sim" ao projeto. Mas nós vamos cobrar de V.Exas. que estão aí acreditando em Bolsonaro, dizendo que vai baixar o preço do combustível porque vai haver mudança no cálculo do ICMS. Isso não é verdade!

Então, Sr. Presidente, colegas Parlamentares, a Oposição vai liberar esta votação, porque temos opiniões diferentes dentro da Oposição, mas insisto em dizer que o projeto de lei é uma falácia. Igual falácia é a reforma administrativa, que dizem que é para atacar os supersalários, mas, na verdade, não toca em uma única categoria que tem supersalários no Brasil.

A reforma administrativa ataca os pequenos salários. É preciso olhar o povo e, para olhar o povo, é preciso mudar a política dolarizada que a PETROBRAS tem hoje de que o preço do combustível tem que seguir os aumentos do dólar.

A Oposição libera a bancada.

Muito obrigada, Sr. Presidente.

121.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 14/10/2021-
CD 12:28

Publ.: DCD - 10/15/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO

Sumário

Contrariedade à adoção da tese do marco temporal na demarcação de terras indígenas. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Discussão da Medida Provisória nº 1.054, de 2021, sobre a abertura de crédito extraordinário para o Programa de Proteção e Promoção dos Direitos dos Povos Indígenas.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Na verdade, esta Casa aprovou uma proposição para que fossem preservados os direitos dos povos indígenas durante a pandemia e que ali nós tivéssemos um conjunto de políticas públicas que pudessem assegurar aquilo que está na nossa Constituição.

Quando a Constituição Federal escreve sobre os territórios indígenas, eu digo que ela o faz com caneta, mas também com a tinta do urucum, com a tinta do jenipapo, com essa mesma tinta que estava nos corpos indígenas, lutando contra o marco temporal.

O marco temporal significa consolidar o crime contra os povos indígenas, a quem a Constituição Federal, na sua lógica de proteção social e reconhecimento do genocídio que os povos indígenas sofreram neste País, assegura o direito de existência.

Lembro muito a fala de um cacique que dizia: "*Será que alguém acha que podemos ser nós mesmos se não tivermos o território, se não pudermos caçar, pescar, se não estivermos em diálogo com as matas, com os encantados, ou se não estivermos no solo e no território onde estão os nossos ancestrais?*".

Então, a Constituição assegura isso. E é essa Constituição que se quer retalhar, ferir e destruir na sua lógica de proteção social com a PEC 32. Essa PEC quer colocar o Estado brasileiro não a serviço do povo, mas também a serviço dos governantes e da iniciativa privada. Esse é o maior crime estruturante contra a Constituição brasileira que o Brasil está vivenciando.

A expressão da crueldade de um Governo é esta PEC 32, que acha que a pobreza é natural, que a fome é natural. Este Governo ostenta uma faixa presidencial e estufa o peito de fascismo, da negação do outro, considerando que o povo não é povo. Ao mesmo tempo, estufa o peito e atenta contra a própria verdade, porque o que nós estamos

vivenciando é o negacionismo estrutural, o negacionismo da própria realidade, onde este Governo todo tempo elege inimigos imaginários e tenta se isentar das suas próprias responsabilidades, como tem feito com o preço do combustível, porque a responsabilidade é do Governo, que, em verdade, tenta imputar a Estados e Municípios.

Eu diria que essa medida provisória vai se esgotar no próximo dia 19, se não me falhe a memória. Portanto, ela está completando 4 meses. Durante esse tempo, nós tivemos 235,3 milhões de reais previstos para diversas ações, de segurança sanitária, cestas básicas, dignidade aos povos indígenas. Foram empenhados 32,2 milhões de reais e pagos 1,6 milhões de reais. Trata-se do mesmo raciocínio do veto. A partir da decisão do Supremo Tribunal nós temos essa proposição, que tem o nosso acordo.

Documento 34/79

92.2021.B	Sessão Outro Evento	14/10/2021-10:12
Publ.: DCD - 10/15/2021 - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Professor e do Dia do Servidor Público. Homenagem ao funcionalismo e aos educadores brasileiros. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Imediato afastamento do Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) -
Obrigado, Presidente.

Amanhã é o Dia do Professor e da Professora, e eu queria aqui deixar uma homenagem. E também o dia 28 é o Dia do Servidor Público e da Servidora Pública. A homenagem é, portanto, ao professor, à professora, ao servidor e à servidora.

Inicialmente, eu gostaria de lembrar Paulo Freire. Paulo Freire disse: *"Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda"*. Cora Coralina também homenageou as professoras. Cora Coralina disse: *"Obrigada por me ensinar como ler e escrever, por me ensinar a distinguir entre o que é errado e o que é certo, por me permitir sonhar e voar como uma pipa. Obrigada por ser minha amiga, mentora e luz"*.

Amanhã é o Dia do Professor e da Professora, e dia 28 é o Dia do

Servidor Público e da Servidora Pública. Mas a homenagem que a nossa Câmara dos Deputados e Deputadas pode fazer tanto à educação quanto ao conjunto do serviço público brasileiro é derrotar a PEC 32. Esperamos que Deputados e Deputadas tenham consciência do papel que têm os educadores e educadoras e os servidores e servidoras públicos para o nosso País.

Vamos lembrar o SUS - Sistema Único de Saúde durante a pandemia. Mas, ao fazê-lo, vamos lembrar que, no dia 28, todos os que trabalham no SUS precisam ser homenageados.

Eu repito, Presidente, a grande homenagem é derrotar a PEC 32. Esta proposta, chamada pelo Governo de reforma administrativa, é, na verdade, uma deforma.

Ela destrói o serviço público e passa a substituí-lo pelo serviço da iniciativa privada, que é caro e visa o lucro. Portanto, nada tem a ver com a prestação daquilo de que o nosso povo precisa, de serviços básicos de educação, de saúde, de vigilância em relação ao meio ambiente, de cuidar bem da parte administrativa dos nossos serviços públicos. Tudo isso faz parte, portanto, daquilo que é prestado gratuitamente. Isso é preciso permanecer.

E a PEC faz o contrário. Ela ataca também levemente servidores e servidoras, como se fossem culpados da crise do Governo Bolsonaro - aliás, a pior crise social e de fome por que o País passa nos últimos tempos.

Por isso, fica aqui a nossa homenagem amanhã às professoras e aos professores e, no dia 28, aos servidores públicos.

Que esta Câmara dos Deputados e Deputadas rejeite a PEC 32!

Fora, PEC 32! Fora, Bolsonaro!

Documento 35/79

92.2021.B	Sessão Outro Evento	14/10/2021-10:24
Publ.: DCD - 10/15/2021 - BIBO NUNES-PSL -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Recebimento de mensagens contrárias à

reeleição do orador pelo apoio à proposição.

O SR. BIBO NUNES (PSL - RS. Sem revisão do orador.) - Grato, digníssima Presidente Adriana Ventura. É uma honra estar nesta sessão.

Eu recebo diariamente centenas de mensagens por WhatsApp de pessoas tentando influenciar a minha votação na Câmara dos Deputados.

Sinceramente, até aceito, mas não tentem me convencer do que eu já estou convencido. Há muitos pedidos com relação à votação da PEC 32, mas não há só pedidos, na maioria, há ameaças de que se eu votar a favor da PEC 32, se eu votar a reforma administrativa como está, não me elegerei mais.

Eu quero dizer a esse pessoal que me manda essa mensagem que não perca mais tempo.

Vocês não votam em mim e eu não quero que votem em mim, entenderam? Vocês não votam em mim e eu não quero que votem em mim, porque vocês pensam diferente.

O funcionário público que trabalha corretamente, é sério, justo, atencioso jamais terá problema algum. Agora, aquele funcionário público que passou no concurso e se acha não demissível, que trata mal a população, como eu já fui muitas vezes maltratado - não estou generalizando -, tem que ser demissível também, como qualquer funcionário na vida privada.

Mas dizem que não há fundo de garantia. Então, que se coloque o fundo de garantia. Agora, ninguém pode ter a segurança total no seu trabalho se não for competente. É necessário competência, trabalhar para dignificar o seu emprego, tanto no setor privado quanto no público.

Então não adianta me mandarem essas mensagens, porque eu vou pelo lógico. Eu penso que quem trabalha sempre se dá bem. Agora, não deve haver aquela história de que quando faltam 10 minutos para as 18 horas, a pessoa quer ir embora; quando vai atender o cidadão, vai com má vontade. Eu vejo demais isso. Não estou generalizando. A imensa maioria dos funcionários públicos são bons, mas há também os ruins. E quem é bom não se preocupa em ter estabilidade no emprego, porque quem é bom, quem trabalha vai continuar no emprego e sempre será valorizado.

Depois falarei sobre a PEC 5 também.

Não tentem me influenciar. E deixo aqui o meu protesto, porque não têm sido colocadas propagandas contra mim dizendo: "*Não votem no Bibó Nunes, porque ele vai votar a favor da PEC 32, da PEC 5, etc.*". Peço que coloquem mais, por favor, porque é um orgulho vê-los me criticar. Eu tenho minhas convicções e estou sempre firme com elas.

Grato, nobre Presidente.

Documento 36/79

92.2021.B	Sessão Outro Evento	14/10/2021-10:40
Publ.: DCD - 10/15/2021 - MARIA DO ROSÁRIO-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOSBREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Professor. Desestruturação da educação pública e ataques aos docentes brasileiros, ao longo dos últimos 5 anos. Congelamento salarial dos professores no Estado do Rio Grande do Sul. Cumprimento dos preceitos constitucionais relativos ao piso salarial, à liberdade e às condições de trabalho dos educadores brasileiros. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. MARIA DO ROSÁRIO (PT - RS. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados e Sras. Deputadas, eu quero me referir ao Dia do Professor e da professora.

Este dia 15 de outubro de 2021 é uma data de luta pelos direitos de todos os estudantes, pelo direito à educação e pelo respeito aos educadores e educadoras. Ao longo dos últimos 5 anos, o que nós vivemos no Brasil foram o desmonte da educação pública, o ataque aos educadores e educadoras, o ataque à liberdade de ensinar, o desrespeito à atividade docente, ao trabalho educacional e, principalmente, às condições de vida dos educadores e educadoras.

Esses profissionais, que oferecem tanto às crianças e adolescentes e mesmo aos adultos, em todas as etapas da educação, na verdade vivem a diminuição dos seus salários, a dificuldade causada pelo congelamento dos salários. É o caso do Estado do Rio Grande do Sul, onde há 7 anos os educadores e educadoras têm os seus salários congelados.

No âmbito federal, observamos, através das ações deste Governo

nefasto, a tentativa permanente de atacar disciplinas humanas, como a história, a filosofia, um conjunto de disciplinas que foram estabelecidas pela humanidade justamente para reflexão.

No ano em que comemoramos e registramos o centenário de Paulo Freire, nós queremos liberdade para aprender e ensinar, a possibilidade de avançarmos pedagogicamente no Brasil em um projeto de educação que assegure a todas as pessoas o direito de aprender e de construir conhecimento. Queremos que a Constituição seja cumprida e que professores e professoras sejam respeitados no que se refere à garantia do piso salarial nacional, à liberdade e às condições de trabalho.

O piso salarial nacional vem sendo atacado todos os dias por esse Ministério da Economia e, muitas vezes, por alguns dentro do Parlamento. A liberdade de agir e atuar na escola está sendo atacada da mesma forma. Os professores percebem que suas crianças e adolescentes vivem a fome nas suas casas e que eles próprios, assim como seus colegas professores e professoras, já não têm o mesmo para oferecer para os seus filhos, diante de um país que está desmoronando pelas políticas neoliberais. A única coisa que o País oferece agora, através do Governo Bolsonaro, é a PEC 32, que desmonta os serviços públicos. Nós precisamos nos solidarizar, precisamos apoiar os educadores e educadoras. E esse apoio, neste momento, vem pelo caminho de dizer "não" à PEC 32.

Todo o apoio aos professores e professoras! Dizemos "não" à PEC 32! Um abraço a todos os trabalhadores em educação, a todas as trabalhadoras em educação!

Que fique registrado, inclusive nos órgãos de comunicação da Casa, que nós devemos muito a cada professor e professora, a cada educador e educadora. Mas não se trata apenas de homenagem; trata-se de um reconhecimento que se faz por via de um salário adequado, da garantia do piso salarial nacional, da garantia de reposições salariais e da garantia de melhores condições de trabalho.

Muito obrigado, Sr. Presidente. Peço que divulgue no programa *A Voz do Brasil* esta homenagem e este protesto contra a PEC 32.

Documento 37/79

92.2021.B	Sessão Outro Evento	14/10/2021-12:00
Publ.: DCD - 10/15/2021 - CELSO MALDANER-MDB -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO



Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2021, sobre a alteração da composição do Conselho Nacional do Ministério Público. Transcurso do Dia do Professor. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Implementação do piso salarial e da jornada de trabalho dos professores de nível superior, no Estado de Santa Catarina. Concessão de incentivo pecuniário ao alunato catarinense para retorno às salas de aula.

O SR. CELSO MALDANER (MDB - SC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, demais colegas Parlamentares, nós estamos preocupados com os assuntos que estão sendo pautados na Câmara Federal. Praticamente, nós acabamos com a improbidade administrativa, porque agora só incorrerá em crime de improbidade administrativa quem tem intenção de roubar. Então, praticamente, nós acabamos com a improbidade. Com isso, vai aumentar a corrupção no País.

Agora há a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2021. Com ela, vamos tirar mais ainda a autonomia do Ministério Público. Então, essa é a nossa preocupação com a PEC 5/21, que está na pauta para ser votada. Eu diria que temos que respeitar a independência dos Poderes. Não acho propício votar neste momento a PEC 5/21.

Quero aproveitar este minuto para cumprimentar os nossos mestres, os nossos professores, já que amanhã é o Dia do Professor. Se nós votarmos a PEC 32/20, não teremos nem o direito de cumprimentar os professores, nossos mestres, que se dedicam a dar continuidade à educação das nossas crianças.

Aqui, em Santa Catarina, um bom exemplo na educação foi lançado, com a implementação do piso salarial de 5 mil reais por 40 horas de jornada, para o professor que tiver curso superior. Foram 75 mil inscrições no último processo seletivo. Nunca houve tanta inscrição aqui em Santa Catarina. Então, o salário dos professores que têm curso superior será de 5 mil reais pela jornada de 40 horas. E, para trazer os alunos de volta, cada aluno vai receber, aqui, em Santa Catarina, 568 reais por mês, durante 12 meses. Essa é uma iniciativa para retomar as aulas e trazer de volta aqueles alunos que abandonaram as salas de aula em função da pandemia e de outros motivos.

Então, eu acho que esse é um bom exemplo na educação para todo o Brasil.

Parabéns aos nossos professores!

Sr. Presidente, eu gostaria que fossem registradas no programa A Voz

do Brasil as nossas colocações.

Era isso o que eu tinha a dizer.

Documento 38/79

122.2021	Sessão Comissão Geral	19/10/2021-10:52
Publ.: DCD - 10/20/2021 -	FERNANDO PIGATTO---	---
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Atuação do Conselho Nacional de Saúde - CNS durante a epidemia de coronavírus. Empenho do CNS na revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, sobre o congelamento, por 20 anos, dos investimentos públicos na área social, e na rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Realização da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental. Anúncio de realização Conferência Nacional de Saúde.

O SR. FERNANDO PIGATTO - Bom dia, Deputado Pedro Uczai!

Bom dia a todas as pessoas que nos acompanham!

Eu queria dizer que o Conselho Nacional de Saúde - CNS é sempre atuante, mas principalmente neste período de pandemia. Nós instituímos um comitê de acompanhamento e monitoramento da pandemia da COVID-19, em abril de 2020, e produzimos inúmeros documentos para os órgãos do Executivo, do Legislativo, do Judiciário, mas também para a sociedade brasileira, com foco no combate à pandemia: 9 cartas abertas à sociedade, 8 campanhas, 41 notas técnicas, 7 moções, 89 recomendações e 22 resoluções, até o dia 23 de setembro.

Fizemos inúmeras atividades ao vivo, fizemos vários debates, participamos de audiências públicas, lutamos pela revogação da Emenda Constitucional nº 95, de 2016, lutamos também por recursos extras, com o "orçamento de guerra", no ano passado, e também para que ele fosse mantido este ano, o que infelizmente acabou não acontecendo.

Lutamos por vacinação no SUS, que é dever do Estado, com posicionamentos pela ampliação do Plano Nacional de Operacionalização da Vacinação contra a COVID-19; por uma coordenação adequada das ações do Governo para acelerar a vacinação; contra a mercantilização da vacina; pela quebra de

patentes; por garantia de recursos para a vacina; e por prioridade no acesso à vacina aos trabalhadores e trabalhadoras. Lutamos pelo auxílio emergencial de 600 reais até o final da pandemia; por *lockdown* nacional, junto com outras medidas; e pela proteção dos trabalhadores e trabalhadoras em saúde no Brasil, que é o país que mais mata trabalhadores e trabalhadoras em saúde.

Queremos aqui nos solidarizar com todas as famílias e vítimas da COVID-19. Ouvimos depoimentos ontem na CPI e tantos outros no decorrer desse período. Perdemos também amigos, pessoas queridas, Conselheiros e Conselheiras de Saúde em todo o Brasil. Atuamos fortemente para a instalação da CPI no Senado e a subsidiamos com documentos. Se esses documentos tivessem sido levados em consideração pelo Governo Federal, com certeza não teríamos a situação calamitosa e criminososa que estamos vivenciando neste País. Entregamos à CPI o Plano Nacional de Enfrentamento à Pandemia da COVID-19, da Frente pela Vida, que teve a participação do CNS, e entregamos um manifesto em defesa da vida, do SUS e da democracia. Vários documentos nossos foram citados.

E nós continuamos agora no ritmo da 5ª Conferência Nacional de Saúde Mental, que, infelizmente, o Ministério da Saúde não assumiu a tarefa de fazer até agora. Mas nós estamos fazendo essa conferência, que terá etapas municipais, estaduais, distrital e nacional. Acontecerá de 17 a 20 de maio do ano que vem.

Também lançamos a Conferência Nacional de Saúde, que vai acontecer em 2023. Nós a lançamos no dia 5 de outubro, nos 33 anos da Constituição Federal, que fala sobre o tema "*Garantir direitos e defender o SUS, a vida e a democracia. Amanhã vai ser outro dia!*".

O Conselho Nacional de Saúde também se reuniu com familiares e associações de familiares das vítimas da COVID-19. Daí tiramos várias ações - e, entre elas, algumas que já foram inclusive citadas aqui -, em comum acordo com a Associação Vida e Justiça.

Nós precisamos proteger as pessoas que foram vítimas da COVID-19. O SUS precisa ser fortalecido. Nós precisamos acabar com a Emenda Constitucional nº 95, de 2016. Nós precisamos fazer tramitar a PEC 36 no Senado Federal. E nós precisamos, em memória daquelas pessoas que perdemos, pela tristeza, pela dor e pelo sofrimento, não deixar que sejam esquecidas as vítimas da COVID-19. Nós precisamos, cada vez mais, unir esforços no nosso País para fazer com que o SUS e as políticas públicas sejam respeitadas.

Por isso, também, registro a nossa veemente contrariedade à PEC 32, que está tramitando nesta Casa e que nós queremos que seja rejeitada pelos Parlamentares. Ela não é admissível, quando precisamos cada

vez mais dos serviços públicos! O Sistema Único de Saúde, apesar de atacado, apesar de tentarem destruí-lo, apesar de tentarem torná-lo cada vez mais privatizado, deu a resposta e salvou milhões de vidas durante a pandemia da COVID 19. Agora, junto com outras políticas públicas, seria atacado por essa PEC 32. Portanto, manifestamos a nossa solidariedade.

Muita força a todas as famílias vítimas da COVID-19! Um forte "abraSUS" a todos! Sigamos na luta!

Vitória! Vitória!

Documento 39/79

122.2021	Sessão Comissão Geral	19/10/2021-12:56
Publ.: DCD - 10/20/2021 -	JOSÉ RICARDO-PT -AM	
CÂMARA DOS DEPUTADOS	COMISSÃO GERAL	COMISSÃO GERAL DISCURSO

Sumário

Debate de políticas públicas em apoio e defesa dos direitos das vítimas da Covid-19. Reconhecimento dos trabalhos realizados pelos profissionais da saúde no enfrentamento da epidemia de coronavírus. Fortalecimento financeiro do Sistema Único de Saúde - SUS e do Sistema Único de Assistência Social - SUAS. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM) - Sr. Presidente da Mesa, Deputado Pedro Uczai, inicialmente, eu queria parabenizá-lo pela iniciativa de realizar esta sessão muito oportuna, para tratarmos da situação das vítimas da COVID-19, do descaso do Governo Federal e de muitos Governos Estaduais e, ao mesmo tempo, debatermos o que fazer em relação às sequelas que permanecem, que estão presentes na vida de tanta gente.

Quero manifestar minha solidariedade às famílias de mais de 600 mil pessoas que morreram e a quase 22 milhões de pessoas que foram contaminadas pela COVID no Brasil.

Aqui no Estado do Amazonas, nós tivemos 13.756 mortes até ontem, a maioria na Capital, Manaus, embora, em termos de contaminação, a maior parte dos casos tenha ocorrido no interior do Estado. É interessante que a Capital, mesmo com toda estrutura de saúde, com hospitais especializados, tenha tido um número de mortes maior do que o interior do Estado. Isso mostra realmente a inoperância do

Governo do Estado também.

Indígenas também foram vítimas da COVID-19. Uma denúncia da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira - COIAB diz que 932 indígenas faleceram em razão da COVID-19 e mais de 38 mil casos foram registrados. Há um descaso muito grande no atendimento à população indígena. Inclusive, está sendo denunciado na CPI um documento da Frente Amazônica de Mobilização em Defesa dos Direitos Indígenas que faz o relato de várias dessas situações de descaso do Governo do Estado e do Governo Federal em relação aos indígenas da Região Amazônica que foram vítimas da COVID.

É certo que deve haver um programa público de apoio às pessoas que ficaram com sequelas, que conseguiram se recuperar. É preciso dar a elas apoio físico e psicológico. Isso é papel do poder público.

Temos que apurar as responsabilidades das entidades médicas e dos profissionais médicos que aplicaram medicamentos sem nenhuma eficácia. Isso tem que ser também apurado.

Também temos que reconhecer o trabalho dos profissionais de saúde. Eu apresentei um projeto de lei, ainda em 2020, para que se pagasse o adicional de insalubridade de 40% sobre o salário. É importante reconhecermos o empenho e o trabalho de todos os profissionais da área de saúde. Há propostas para também indenizar as famílias de vítimas, principalmente as de trabalhadores de saúde.

Quero dizer que a pandemia mostrou a necessidade de investimento na saúde pública, no SUS, mas também na área de assistência social, no SUAS. É necessário, enquanto a pandemia vai reduzindo, reforçar e investir no Sistema Único de Saúde e no Sistema Único de Assistência Social. O Governo está fazendo o contrário ao cortar recursos do Orçamento para a saúde e para a assistência social. Nós não podemos aceitar isso, como não podemos aceitar a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, que enfraquece o serviço público justamente nessas áreas tão importantes para a população.

Então, vamos apurar isso. Deve haver penalizações pela irresponsabilidade de tanta gente.

Obrigado, Sr. Presidente.

Sumário

Transcurso do Dia do Professor e do Dia do Servidor Público. Saudações ao funcionalismo e aos docentes brasileiros. Defesa de arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, eu ocupo a tribuna hoje para comemorar duas datas: uma, que já passou, ocorreu na semana passada, que foi o Dia do Professor. *(Pausa.)*

Presidente, eu vou recomeçar. O tablado aqui deu uma afundada. Será que eu estou tão pesado assim?

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Leite. DEM - SP) - Peço que se restitua o tempo do Deputado. Vamos reiniciar.

Com a palavra o Deputado Rogério Correia.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Obrigado, Presidente.

Eu ocupo a tribuna hoje para comemorar duas datas. Uma delas, que já passou, ocorreu na semana passada, é o Dia do Professor. Eu não tive a oportunidade de vir à tribuna parabenizar os professores e professoras pelo seu dia, os educadores e as educadoras. É uma data importante para homenagear a categoria, pela qual nós temos todo o carinho. Eu, como professor, sei da importância que têm esses educadores e educadoras, principalmente agora no centenário de Paulo Freire.

E a segunda data, que ocorrerá na semana que vem, é o Dia do Servidor Público, o dia do funcionário público, que também se dedica ao povo brasileiro e que, muitas vezes, em especial nesse Governo Bolsonaro, é injustiçado. Há muito tempo, lá nos idos de Collor de Mello, tacharam de "marajás" os servidores públicos.

E, a partir daí, nesse modelo ultraliberal, querem sempre fazer com que o povo acredite que o serviço público é o problema do Brasil, quando, na verdade, é a solução: é o serviço público o responsável pelo SUS; é o serviço público o responsável pelo ensino gratuito da creche até a universidade.

Na semana que vem é o Dia do Servidor Público, e aqui, na Câmara dos Deputados, tramita ainda a Proposta de Emenda Constitucional nº 32, de 2020, que nós chamamos de "deforma" administrativa. O pedido que eu faço ao Presidente Arthur Lira é para que ele se convença de

que essa votação precisa ser cancelada. Não há na Câmara 308 votos favoráveis a essa PEC. Se ela vier para o Plenário, vai ser rejeitada, especialmente se for votada na semana que vem.

Imagina, Deputado Joseildo Ramos, um presente de grego como esse para servidor público: a PEC 32/20 ser aprovada na semana em que ele comemora o seu dia. Já imaginou isso? É surreal a Câmara dos Deputados pautar e aprovar, nessa semana, uma PEC que retira direitos dos atuais servidores também - não é verdade que os atuais servidores não perdem com a PEC. Perdem até o emprego: a estabilidade acabará, o contrato passará a ser temporário, a carreira não existirá mais e o serviço público será repassado à iniciativa privada. É a transição para o fim da prestação do serviço público no Brasil.

A PEC 32 tem que ser cancelada.

Sr. Presidente, quero parabenizar pela sua força os servidores públicos que eu vi hoje no aeroporto de Brasília, mas que estão nos aeroportos de todo o País, mobilizando-se e denunciando a PEC 32.

É um movimento extremamente bem organizado, democrático, que merece de todos nós...

(Desligamento automático do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Alexandre Leite. DEM - SP) - Deputado Rogério Correia, conclua, por favor.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG) - Sr. Presidente, na Câmara dos Deputados, esse movimento tem sido por nós muito admirado.

Quero apenas reiterar ao Presidente Arthur Lira que esqueça essa PEC. Ela não é digna da Câmara dos Deputados e não deve ser aqui aprovada.

Muito obrigado.

Documento 41/79

93.2021.B	Sessão Outro Evento	19/10/2021-16:44
Publ.: DCD - 10/20/2021 - REINHOLD STEPHANES JUNIOR-PSD -PR		
CÂMARA	DOS BREVES	BREVES
DEPUTADOS	COMUNICAÇÕES	COMUNICAÇÕES
		DISCURSO

Sumário

Repúdio à matéria de capa da revista ISTOÉ, sobre a comparação do Presidente da República ao ditador nazista Adolf Hitler. Anúncio de voto contra a Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2021, sobre a alteração da composição do Conselho Nacional do Ministério Público. Importância de aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Tramitação nas Comissões da Casa da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre o pagamento parcelado de precatórios. Apoio ao Programa Auxílio Brasil lançado pelo Governo Federal.

O SR. REINHOLD STEPHANES JUNIOR (PSD - PR. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente Alexandre Leite.

A grande mídia perdeu a credibilidade e o respeito dos brasileiros. Não existe mais jornalismo, existe militância político-partidária. Tendenciosos manipulam e mentem sobre qualquer assunto relativo ao Governo ou ao Presidente Bolsonaro.

A revista *IstoÉ* que neste final de semana foi às bancas é obra-prima dessa vergonha. Na capa, está o Presidente como se fosse o Hitler, um genocida que matasse as pessoas.

É nojento o que acontece no Brasil hoje. Eu espero que eles sejam acionados pela Justiça e que paguem por essa atitude, que atenta contra a democracia, a liberdade e o respeito ao povo brasileiro. O maior cargo do Brasil está sendo atacado de forma vil e mentirosa.

Nesta Casa, Presidente, temos projetos de lei muito importantes para votar. Hoje está na pauta a PEC 5, que altera a composição do Conselho Nacional do Ministério Público, aumentando o número de membros e mudando as funções. Acredito que esta PEC polêmica vai passar, mas eu não vou votar a favor dela.

Temos a PEC 32 na Casa, que trata da reforma administrativa, uma PEC importantíssima, que tem que vir para a pauta. O serviço público tem que ser melhorado e aprimorado. A sociedade precisa disso.

Também temos a PEC 23, que está hoje sendo votada nas Comissões e que trata dos precatórios. Estados e Municípios têm que pagar 90 bilhões de reais, e não têm dinheiro. Essa PEC prevê que 15% desse valor seja pago e 85% seja prorrogado em até 9 anos, sendo que só para os precatórios acima de 66 milhões de reais e que atinjam mais de 2,5% da Receita Corrente Líquida dos Municípios e Estados brasileiros.

Nós temos também o programa Renda Brasil, que vai substituir o Bolsa

Família. Eu falo do Bolsa Família, e meu pai era Ministro da Ação Social do Fernando Henrique Cardoso. Ele criou o vale-escola, o vale-gás, o vale-creche, que depois foram unidos e chamados de Bolsa Família.

O programa Renda Brasil é muito melhor, e o valor vai ser maior. Hoje cada cidadão recebe 89 reais em média; agora vão receber 350 reais. E ainda existe uma negociação com o Congresso para melhorar esse valor. Esse programa não vai tratar somente de 15 milhões de brasileiros, mas vai chegar a 25 milhões ou 30 milhões de brasileiros.

Então, esta Casa tem muita coisa importante para fazer. E a imprensa tem que ajudar o País e não atrapalhar.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 42/79

94.2021.B	Sessão Outro Evento	20/10/2021-16:12
Publ.: DCD - 10/21/2021 - ENIO VERRI-PT -PR		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Protesto contra a terceirização dos serviços educacionais no Estado do Paraná. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. ENIO VERRI (PT - PR. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, eu quero agradecer a oportunidade, cumprimentar os colegas Parlamentares que estão aqui presentes e fazer uma análise sobre o meu Estado do Paraná.

É incrível como o desrespeito à história faz com que os prejuízos à população se multipliquem.

No seu governo, o ex-Governador Jaime Lerner optou por terceirizar a educação, em especial os agentes educacionais.

Fez a licitação, a empresa ganhou e foi um problema atrás do outro. Havia especialmente problemas trabalhistas: as empresas recebiam os repasses do Estado do Paraná e não pagavam os servidores, parcelavam o pagamento. Em suma, ficava mais caro o molho do que o peixe.

Infelizmente, o atual Governador Ratinho Júnior, sem respeitar a história, comete o mesmo erro. Ao invés de contratar servidores públicos por concurso público, que é o correto - servidores de carreira, com possibilidade de cobrança da qualidade do serviço que prestam -, ou então, pelo menos, fazer o Processo Seletivo Simplificado, o chamado PSS, o que ele faz? Comete o mesmo erro que Jaime Lerner: abre uma licitação e contrata empresas que vão terceirizar o serviço.

Disso resulta, primeiro, que os servidores contratados terceirizados ganham menos e têm uma carga horária de trabalho muito maior. Hoje, com frequência, os salários são pagos em atraso e o vale-alimentação é parcelado. O custo final é muito maior: o trabalhador ganha menos, recebe mal, as condições de trabalho pioram, e o Governo desembolsa mais dinheiro para pagar esse tipo de serviço em troca, com certeza, de deixar o setor privado feliz. Só que a felicidade do setor privado é à custa da queda de qualidade no atendimento da educação, em especial no que se refere aos agentes educacionais.

É importante lembrar que o Estado não está lá para atender os ricos. Quem é rico não precisa do Estado. Quem precisa do Estado são os mais pobres. Quando se reduz o tamanho do Estado, como faz a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, está se reduzindo, na verdade, a qualidade do trabalho prestado aos mais pobres.

Então, quando se fala em reforma administrativa, como quer a proposta do Governo apresentada a esta Casa, com a PEC 32, eu já conheço este filme no Estado do Paraná: redução do Estado, sem incentivo nenhum para os trabalhadores, sem estabilidade e utilização política dos cargos. Isso não ajuda a construção de um Estado mais justo, desenvolvido e preocupado com as pessoas. Concretamente, o que nós temos é um discurso bonito e uma prática muito pobre.

Documento 43/79

126.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	26/10/2021-14:04
Publ.: DCD 10/27/2021 -	- ALICE PORTUGAL-PCDOB -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Natureza da criminosa da declaração do Presidente Jair Bolsonaro sobre a vinculação da vacina da Covid-19 ao vírus da AIDS. Encerramento dos trabalhos da CPI da Covid. Necessidade de abertura, pelo Presidente Arthur Lira, de processo de impeachment contra o Presidente da República. Influência

do banqueiro André Esteves sobre decisões do Congresso Nacional. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, relativa à alteração da forma de pagamento de precatórios pela União. Inadmissibilidade de extinção do Programa Bolsa Família. Posicionamento da oradora contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. ALICE PORTUGAL (PCdoB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, eu gostaria de pedir licença para tirar a máscara após a desinfecção do microfone.

Nós estamos vivendo um momento extremamente grave na conjuntura nacional. O Presidente Bolsonaro, que não fala para o País, fala para as redes sociais, na última quinta-feira, em sua *live* semanal, fez uma relação entre a vacinação e a aquisição do vírus do HIV. Isso é de uma irresponsabilidade, de uma falta de critério que beira a ação criminosa! É preciso que o Congresso Nacional se posicione sobre isso.

Hoje, organismos representativos da medicina que muitas vezes até postergaram posicionamentos já esclareceram que é *fake news* dizer que quem se vacina adquire o vírus da AIDS. O Presidente Bolsonaro cria *fake news* para desestimular a vacinação no Brasil. Portanto, ele é parceiro do vírus, o que já levou mais de 600 mil pessoas a perderem a vida.

As famílias enlutadas falaram na CPI, com alguns exemplos de perdas. Os depoimentos emocionaram o Brasil. Hoje a CPI termina o seu trabalho, e é preciso que uma posição seja tomada. Não há uma posição diferente da posição de o Presidente da Câmara pôr a mão na gaveta e puxar um dos requerimentos de *impeachment* do Sr. Bolsonaro. O País está em desalinho, sem governo. Bolsonaro não governa.

E agora há uma crise brutal, com o banqueiro André Esteves falando pela economia, falando sobre sua influência sobre o Congresso Nacional, e a PEC 23, a PEC dos Precatórios, preconiza um calote, especialmente sobre professores, aposentados pela CLT, pensionistas de trabalhadores celetistas. E nós temos que dizer que calote não passará nesta Casa.

É necessário deixar claro que querem acabar o Bolsa Família. Não o introduzem a 2,7 milhões de famílias que estão fora do programa. Vão acabar o Bolsa Família. Não vão pôr nada no lugar, com a demagogia eleitoral de dar 400 reais, dando calote nos pobres. É mentira que vão socorrer os pobres! Na verdade, vão socorrer os ricos da Faria Lima, vão socorrer os investidores, vão socorrer aqueles que estão

esperando os pagamentos do Estado brasileiro, mas nos débitos da Fazenda Pública com os trabalhadores, servidores e trabalhadores em geral é que eles querem meter a mão.

"Não" à PEC dos Precatórios e "não" à PEC 32, igualmente nociva!

Obrigada, Presidente.

Documento 44/79

126.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 26/10/2021-14:24
Publ.: DCD 10/27/2021 -	ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Influência exercida por banqueiro André Esteves sobre decisões da Câmara dos Deputados e do Banco Central do Brasil. Repúdio às declarações do Ministro da Economia, Paulo Guedes, favoráveis à privatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS e à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Inadmissibilidade de desvio de recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Pedido, pela CPI da Covid, de abertura de processo de impeachment contra o Presidente Jair Bolsonaro.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, boa tarde a V.Exa., aos Deputados e Deputadas e ao povo brasileiro que assiste a esta sessão aqui na Câmara.

Presidente, este País, sob o Governo de Bolsonaro, tem hora que envergonha o mundo - não o País, mas o Presidente Jair Bolsonaro e seu Governo. Agora, o Deputado Joseildo Ramos lembrou, um sorridente banqueiro ultramilionário, às gargalhadas, em convescote entre os seus, todos certamente muito ricos, estava debochando do povo brasileiro e debochando da política. É impressionante! Diz que fala com Roberto Campos Neto - esse vem a ser o Presidente do Banco Central - que a taxa de juros está muito alta: "*É preciso baixar*". O Roberto Campos Neto se ajoelha e abaixa os juros, porque assim quer o banqueiro, um dos principais banqueiros do País, e todos dão gargalhada. Depois ele debocha da Câmara, através do Presidente Arthur Lira: "*O Presidente Arthur Lira me ligou. O que nós vamos fazer*

com essa crise?" E eles caem na gargalhada.

No final de semana, no domingo de manhã, ao lado do paspalho do Presidente Jair Bolsonaro, está lá Paulo Guedes, falando um monte de asneira, e o Presidente consentindo. Uma das asneiras que ele fala é que, para pagar um Auxílio Brasil de 400 reais, é preciso vender a PETROBRAS, e o Presidente com aquela cara de bobo. Depois, diz que é preciso aprovar também a PEC 32, destruir todo o serviço público, entregar o dinheiro do SUS para a iniciativa privada, o dinheiro do FUNDEB para as empresas privadas de educação, entregar o País para os banqueiros de André Esteves e para os capitalistas que querem agora os recursos do SUS e do FUNDEB. E o Presidente lá, escutando o seu Ministro falar essas bobagens, calado, e depois, como não poderia deixar de ser, também ofendeu o Presidente do Congresso Nacional e do Senado, porque ele julga que pode ser adversário dele nas eleições. Ou seja, este Brasil vai mal com esse Presidente.

Ainda bem - e eu peço a V.Exa. mais 30 segundos - que a Comissão Parlamentar de Inquérito do Senado vai pedir o *impeachment* desse Presidente, porque está difícil aguentar que ocorra mesmo o resto do Governo, porque com Bolsonaro, Presidente, parece que 5 anos duram 50, com destruição, desfazendo o que foi construído. Parece que ele só se preocupa com isso.

Então, a CPI do Senado merece os nossos aplausos. Esse sujeito é responsável por milhares e milhares de mortes. Dizem que 400 mil vidas poderiam ter sido salvas, não fosse a ignorância desse Presidente. Que a CPI do Senado vote o relatório, incrimine esse Bolsonaro, e que, após ele sair da Presidência, ele seja preso.

Fora, Bolsonaro!

Obrigado, Presidente.

Documento 45/79

126.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 26/10/2021-15:44
Publ.: DCD 10/27/2021 -	LEO DE BRITO-PT -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Repúdio ao ataque misógino do banqueiro André Esteves à ex-Presidenta Dilma Rousseff. Influência exercida pelo banqueiro sobre decisões do Banco



Central do Brasil e da Câmara dos Deputados. Reinclusão do País no Mapa da Fome. Elevação dos preços de combustíveis e do gás de cozinha. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre o pagamento de precatórios de forma parcelada; bem como da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa. Contrariedade à pretendida privatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, queria saudar a toda a população que nos assiste em casa, que muitas vezes não tem acesso a determinados tipos de informação de que nós dispomos.

Neste fim de semana, nós ouvimos, com perplexidade, Deputado Vicentinho, um áudio que vazou do maior banqueiro do nosso País, chamado André Esteves, contendo, dentre outras coisas, como palavras de misoginia contra a ex-Presidenta Dilma e absurdas comparações entre o golpe de 2016 e o de 1964, literalmente o seu "sincericídio".

E isso é muito comum. Quem acompanha as declarações do Ministro Paulo Guedes sabe que de vez em quando ele fala que servidor é parasita, que pobre não tem que ir para a universidade, essas coisas que ouvimos do Governo Bolsonaro.

O Sr. André Esteves disse literalmente quem é que manda no nosso País - diga-se de passagem, manda sem ter nenhum voto. Isso mostra a força que o mercado financeiro tem sobre as instituições brasileiras. Enquanto nós estamos aqui votando vários projetos, várias matérias, o Sr. André Esteves ri, inclusive, da ligação que o Presidente desta Casa, o Deputado Arthur Lira, fez para ele para saber sobre como ficaria a situação depois dos pedidos de demissão de diversos Secretários do Ministério da Economia. O Sr. André Esteves disse literalmente que ensina, dá aulas para os Ministros do Supremo Tribunal Federal a respeito da autonomia do Banco Central.

O Sr. André Esteves disse ainda que o Presidente do Banco Central ligou para ele para saber se tinha que baixar ou não a taxa de juros, inclusive manifestando a opinião de que a taxa de juros estaria muito baixa, porque, aliás, para um banqueiro, uma taxa de juros alta, de fato, é muito melhor.

É essa a realidade das votações que nós tivemos aqui. Inclusive, eles vieram aqui fazer emendas escritas à matérias como a reforma trabalhista, a PEC do Teto de Gastos, as terceirizações e as diversas propostas de emendas à Constituição que literalmente só favorecem o

mercado financeiro.

Enquanto isso, o povo está sofrendo. O Brasil voltou ao Mapa da Fome. As pessoas estão sofrendo com a alta no preço do combustível, que este ano foi de mais de 70%. Agora, está havendo mais uma alta no preço dos combustíveis, e o Governo não faz, literalmente, nada. O gás de cozinha está custando 130 reais. O preço da energia elétrica está nas alturas. E ainda querem aprovar esse calote chamado PEC 23. O Ministro Paulo Guedes diz que a solução para o nosso País é a aprovação da PEC 32, que acaba com os serviços públicos no nosso País, e a privatização da PETROBRAS. É um absurdo o que está acontecendo.

Sr. Presidente, peço o registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 46/79

126.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	26/10/2021-15:56
Publ.: DCD 10/27/2021 -	- JONES MOURA-PSD -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Agradecimento aos membros da Comissão Especial da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, pela aprovação de requerimento de destaque de interesse das Guardas Municipais.

O SR. JONES MOURA (PSD - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, depois de toda aquela confusão, de todo aquele debate da PEC 32, que estava tramitando na Comissão Especial que tratou dessa matéria, nós conseguimos, através de muita conversa, alcançando todos os Parlamentares possíveis, discutir o assunto dos guardas municipais das cidades do nosso Brasil. São quase 120 mil os policiais municipais que fazem policiamento nas cidades do nosso País.

Naquela discussão, aconteceu algo inusitado para muitos Parlamentares, muitos da classe política, muitos da imprensa, muitos da sociedade: a aprovação de um único destaque na PEC 32. Foi o destaque que colocou as Guardas Municipais na Constituição Federal. Esse destaque alterou o texto do Relator, na Comissão Especial que estava tratando da matéria, colocando os guardas municipais, de fato, porque sempre o foram no texto escrito, como servidores policiais, com

atividade de natureza policial, incluindo-os nos incisos chamados de rol das polícias, no art. 144 da Constituição Federal.

Presidente, por que eu estou citando isso aqui? Porque faltava esse registro aqui no plenário.

Primeiramente, quero dar parabéns a todas bancadas que tiveram representantes na Comissão Especial que estava tratando da PEC 32. Esses representantes bem encaminharam e votaram a favor desse único destaque aprovado, que não fez justiça, mas resolveu o problema de insegurança jurídica que tinham esses agentes policiais municipais durante as suas atividades nas cidades do nosso Brasil. Eles agem como policiais, prendem como policiais, desmantelam o crime nas suas cidades como policiais, fazem tudo como policiais, mas, na hora em que se precisava de leis que favorecessem a sociedade, os municípios, em relação à ação dos guardas municipais, isso não acontecia, por causa de problemas de interpretação jurídica.

Parabéns aos Deputados que representaram as bancadas na Comissão da PEC 32, que entendeu como uma solução para os Municípios colocar as Guardas Municipais nos incisos que tratam das polícias na Constituição Federal.

Documento 47/79

126.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	26/10/2021-16:00
Publ.: DCD 10/27/2021 -	BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Elevação dos preços de combustíveis e do gás de cozinha no País. Perplexidade ante a declaração do Presidente Jair Bolsonaro sobre a vinculação entre a vacina da Covid-19 e o vírus da AIDS. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre o pagamento de precatórios de forma parcelada. Imediato pagamento aos docentes brasileiros, pela União, de precatórios relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB. Caráter eleiçoeiro do Programa Auxílio Brasil, lançado pelo Governo Federal.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) - Sr.

Presidente, Sras. e Srs. Parlamentares, hoje o Brasil amanheceu com mais um reajuste nos preços dos combustíveis: 7% de aumento na gasolina e 9,1% de aumento no *diesel*.

Enquanto o povo sofre para pagar a gasolina, o *diesel*, o gás de cozinha, que também está custando o olho da cara, obrigando a população brasileira a voltar ao fogareiro, o Presidente Bolsonaro continua insistentemente mentindo sobre as vacinas.

A última mentira dele foi a de fazer uma conexão entre as vacinas e a AIDS, atribuindo a quem se vacinou o risco de contrair AIDS. Foi o cúmulo do absurdo essa afirmação, vinda de um Presidente da República. Foi tão absurda que o Facebook, o Instagram e o Youtube mandaram retirar esse conteúdo das suas redes. O Youtube foi além: baniu o Presidente da plataforma durante 1 semana. Deveria banir para sempre, porque as mentiras são permanentes e prejudicam o nosso País. São uma ameaça à vida humana. Todos sabem o quanto é importante a vacina para o Brasil. Está comprovado que, com o avanço da vacinação, os casos de COVID-19 diminuiriam em nosso País. É esse o caminho que nós temos que seguir.

Como se não bastasse isso, está na pauta desta Câmara Federal, desta Casa, a PEC 32, que visa destruir o serviço público - nós temos que denunciar a gravidade disso -, e a PEC 23, que é a "PEC do Calote", a PEC dos Precatórios, que visa, única e exclusivamente, criar uma "bolsa-eleição". Nunca se viu um programa tão eleitoreiro quanto esse que o Presidente da República quer implantar. É tão eleitoreiro que está limitado ao ano de 2022, que é o ano da eleição. Ele, que chamava o Bolsa Família de esmola, agora quer acabar com o Bolsa Família e criar o Auxílio Brasil, com dinheiro que vai furar o teto, que é um teto seletivo, porque só se fura para isso. Além disso, vai dar o calote inclusive nos professores e nas professoras, que deixarão de receber o seu FUNDEF, uma dívida histórica que este País, os Estados e os Municípios têm para com os seus profissionais da educação.

Por isso, fazemos esta denúncia e vamos estar aqui firmes na luta contra as medidas perversas do Governo Bolsonaro.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 48/79

127.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 27/10/2021-14:36
Publ.: DCD 10/28/2021 -	LEONARDO MONTEIRO-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES

Sumário

Associação às manifestações promovidas por entidades representativas dos servidores públicos, contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. LEONARDO MONTEIRO (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, venho aqui trazer minha solidariedade, meu apoio a todos os servidores públicos do nosso País, sejam eles de âmbito federal, sejam de estadual, sejam de municipal.

Quero também parabenizar o trabalho que tem feito a Frente Parlamentar Mista em Defesa do Serviço Público, todas as centrais sindicais, sobretudo a CUT - Central Única dos Trabalhadores, e as entidades representativas dos servidores e das servidoras do nosso País que estão, há vários dias, fazendo manifestações nos Estados, nos aeroportos, aqui na porta da Câmara dos Deputados.

Mesmo a Câmara estando praticamente fechada para o acesso do público, para as pessoas adentrarem na Casa, elas estão fazendo manifestações, mostrando para os Deputados e Deputadas o que é a verdadeira PEC 32, o que é a verdadeira reforma administrativa que esse Governo perverso está querendo aprovar aqui na Câmara dos Deputados. Quando se fala em reforma, até parece que é uma palavra que vai melhorar, reformar; pelo contrário: da mesma forma como foram as outras reformas, esta reforma administrativa é para piorar a vida do nosso País, sobretudo da população, não só dos servidores e servidoras. Essa PEC vem acabar com o serviço público no nosso País, portanto acabar com os servidores e servidoras, com os trabalhadores e trabalhadoras do serviço público. Com isso, quem será mal atendido é todo o povo brasileiro.

Portanto, cabe a todos nós conscientizarmos a sociedade brasileira do que será essa PEC 32, essa reforma na Constituição, que, se for aprovada, irá prejudicar a todos.

Estão de parabéns todas as instituições pela mobilização feita aqui em Brasília para impedir a votação da PEC 32, que trata da reforma administrativa.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

Extraordinária - CD

Publ.: DCD
10/28/2021 -

- ALENCAR SANTANA BRAGA-PT -SP

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Inexistência de motivos para comemoração do Dia do Servidor Público. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. ALENCAR SANTANA BRAGA (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Colegas Deputados e Deputadas, Deputado Vicentinho, Deputado Frei Anastacio, demais colegas, é importante dizer que amanhã é Dia do Servidor. E nós temos que celebrar aqui neste ano, Deputado Rogério e Deputado Merlong, a luta dos servidores públicos contra a PEC 32.

Há servidores que estão na porta da Câmara há praticamente 2 meses batalhando, protestando, e também nos aeroportos, Deputado Valmir, cobrando ali dos Deputados que votem contra a PEC 32.

Nós temos que celebrar este dia, celebrar a luta dos servidores. E a luta é diária, é do servidor e da servidora que estão lá na unidade de saúde, na ponta, que se arriscaram durante toda a pandemia atendendo e socorrendo as pessoas, atendendo lá na ponta, salvando vidas.

Infelizmente, muitos desses colegas trabalhadores e servidores foram contaminados, ficaram internados. Outros, infelizmente, perderam suas vidas, não resistiram e fazem parte desse número absurdo de mais de 600 mil pessoas mortas. O Brasil representa um oitavo das mortes pela COVID no mundo.

É a luta de servidores que estão lá na ponta, na sala de aula. Os professores estão se reinventando nesta pandemia para garantir a aula de maneira virtual e agora também de maneira presencial. São os servidores da área da segurança, da área social, que também atenderam e continuam atendendo nesta crise econômica, política e de dificuldade, Presidente Alexandre, com o povo sofrendo e passando fome. É o servidor da área social da Prefeitura, do Município e do Estado que está lá atendendo.

Nós temos que celebrar essa data, valorizar o servidor público, porque o Estado brasileiro serve para quê? Se não houver serviço público, para que haver Estado? Se não houver serviço público, para que haver

Prefeitura? Não há sentido algum.

A PEC 32 desmonta, destrói o serviço público. Consequentemente, destrói o Estado brasileiro. Não tem nada de reforma; pelo contrário, o que ela faz é destruir. É por isso que tem dificuldade de ser aprovada neste plenário. Os servidores estão pressionando, estão apertando, e os Deputados sabem que é ruim e estão com medo do processo eleitoral do ano que vem,

Então, parabenizo todos os servidores que estão na luta, que estão pressionando, que estão apertando.

Que nós possamos, de fato, quem tiver compromisso com o serviço público, com o servidor público, com o Estado brasileiro e, consequentemente, com o povo trabalhador mais pobre, votar "não" à PEC 32.

Documento 50/79

127.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 27/10/2021-15:00
Publ.: 10/28/2021 -	DCD - ROGÉRIO CORREIA-PT -MG	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Servidor Público. Preservação de direitos do funcionalismo consagrados na Constituição Federal. Pedido ao Presidente Arthur Lira de arquivamento da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. ROGÉRIO CORREIA (PT - MG. Sem revisão do orador.) - Presidente, quero, da tribuna, hoje, parabenizar o servidor público pelo seu dia. Quero saudar os servidores públicos, que, desde os tempos de Getúlio Vargas, recebem, no dia 28 de outubro, essa homenagem. Mas a homenagem não foi apenas a instituição do dia 28 de outubro como o Dia do Servidor Público e da servidora. Ele também instituiu uma série de direitos para o servidor público desde aquela época, inclusive com o início da execução de concursos públicos.

Na Constituição de 1988 os servidores deram um passo à frente, e a conquista foi muito importante, em especial, no art. 6º da Constituição, que diz que são direitos sociais, portanto, direito do povo, a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a

segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados. Tudo isso é colocado como obrigação do Estado e, portanto, como tarefa do servidor público, que deve garantir ao povo brasileiro, de forma gratuita e universal, esses serviços. Esse é o papel do servidor público, instituído na Constituição de 1988. Esse foi, portanto, um passo decisivo, que garantiu o concurso público e uma série de direitos do servidor e do povo brasileiro.

Agora querem fazer o desmonte dessas garantias constitucionais através da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, a chamada PEC 32, a PEC da deforma administrativa. E por que é um desmonte? Porque, se aprovada, levará ao fim da estabilidade - teremos apenas contratos temporários. Além disso, prevê o corte de 25% no salário e na jornada dos servidores públicos; determina a realização de avaliação de desempenho para efeito de demissão; prevê o repasse para empresas privadas dos recursos do SUS e do FUNDEB. É o fim da prestação de serviços.

É preciso derrotar a PEC 32. Esse é o grande presente de que os servidores e as servidoras públicas precisam nesse dia 28. Por isso, eu venho à tribuna solicitar ao Presidente Arthur Lira que desista dessa PEC. O Governo não tem os votos para aprová-la, e nós não podemos colocar aqui dentro o Governo e o mercado para retirar direitos dos servidores públicos.

A PEC 32 tem que ser derrotada, e esse será o grande presente que daremos aos servidores públicos nesse dia 28.

Obrigado.

Documento 51/79

127.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 27/10/2021-15:12
Publ.: DCD 10/28/2021 -	VALMIR ASSUNÇÃO-PT -BA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do aniversário natalício do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Atenção dispensada às camadas menos favorecidas, criação do Programa Minha Casa, Minha Vida, do Programa Luz para Todos, fortalecimento da agricultura familiar e geração de empregos na gestão do ex-Presidente da República. Transcurso do aniversário natalício do pai do orador. Comemoração

do Dia do Servidor Público. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. VALMIR ASSUNÇÃO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, no dia de hoje, eu venho parabenizar duas pessoas muito importantes na minha vida e na minha luta.

A primeira é o Presidente Lula, porque hoje é o dia do aniversário dele.

O Presidente Lula foi o melhor Presidente da história deste País. O Presidente Lula criou oportunidade para as pessoas mais pobres deste País. O Presidente Lula criou programas muito importantes, como o Programa Luz Para Todos e o Minha Casa Minha Vida, e, ao mesmo tempo, fortaleceu a agricultura familiar, criou mais de 20 milhões de empregos, valorizou o salário mínimo. O Presidente Lula é uma referência internacional para todos aqueles que lutam por democracia.

Por isso, neste dia tão especial, quero dar os parabéns ao Presidente Lula e desejar a ele vida longa. Ele sabe que é a esperança do nosso povo, da nossa gente. E essa esperança vai, a cada dia que passa, se concretizando cada vez mais no sentimento e no coração das pessoas.

E eu também quero parabenizar o meu pai, que completa no dia de hoje 90 anos. Ele é pai de oito filhos e tem uma neta, juntamente com minha mãe, D. Rosa.

Meu pai deu uma educação para seus filhos que permite a todos eles se orgulharem dele. O Sr. Ionério mora em Itamaraju, no extremo sul da Bahia. Não estarei lá hoje porque estou aqui cumprindo minha função, mas também quero parabenizá-lo, dizendo a ele que também tenha vida longa. Um dos orgulhos que ele tem na vida é fazer aniversário no mesmo dia do Presidente Lula - também não é para qualquer um fazer aniversário no mesmo dia do Presidente Lula.

São essas duas lideranças - uma familiar, muito familiar, o meu pai Ionério, e o Presidente Lula - que quero parabenizar neste dia tão especial, que é o dia do aniversário.

Sr. Presidente, para concluir, também quero saudar os servidores públicos, porque dia 28 de outubro é o Dia do Servidor Público. Quero saudá-los, parabenizando os servidores públicos que, durante este período, têm ido aos aeroportos, às ruas, às praças, em todos os lugares, dizer que os Deputados não podem, de forma nenhuma, aprovar a PEC 32 - Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020. Ao mesmo, quero chamar a atenção dos servidores públicos que não estão nesta luta e que têm de estar nesta luta. Não se pode, de

forma alguma, destruir o serviço público, porque é o serviço público que atende a população brasileira, é o serviço público que chega às pessoas que mais precisam da educação, da saúde. Precisamos valorizar os servidores públicos deste País.

Por isso, vamos dizer "não" à PEC 32, Sr. Presidente!

Documento 52/79

127.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 27/10/2021-15:20
Publ.: DCD 10/28/2021 -	LEO DE BRITO-PT -AC	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do 76º aniversário natalício do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Homenagem aos servidores públicos brasileiros. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Saudações aos funcionários do Poder Legislativo.

O SR. LEO DE BRITO (PT - AC. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, povo brasileiro que nos acompanha, quero inicialmente, neste pronunciamento, parabenizar o melhor Presidente da história do País, o nosso companheiro Luiz Inácio Lula da Silva, pelos 76 anos de vida, com muito vigor, com vontade sempre de servir ao nosso País. Ele saiu, com aprovação recorde, da Presidência da República no ano de 2010.

Quero, como servidor público, professor da Universidade Federal do Acre, desde 2007, fazer uma saudação especial às servidoras e aos servidores públicos do nosso País. São eles que, no dia a dia, estão nas escolas ensinando às crianças e aos adolescentes, nas universidades fazendo pesquisas; estão ajudando na segurança pública do nosso País; estão atuando na assistência social; estão cumprindo o papel do poder de polícia e de fiscalização nos diversos órgãos do Estado; estão na saúde fazendo do Sistema Único de Saúde uma referência mundial; estão cumprindo o papel fundamental de levar bons serviços públicos para a cidadã e o cidadão brasileiro. E eles tiveram um papel fundamental nesta pandemia. Muitos inclusive ficaram pela COVID-19: profissionais da saúde, da segurança pública, da educação.

Então, eu quero fazer esta homenagem superespecial aos servidores

públicos e às servidoras públicas do nosso País. Ao mesmo tempo, quero lamentar que, neste momento em que eles cumprem um papel tão importante para o nosso País, o Governo Federal tenha mandado um verdadeiro presente de grego a eles: a PEC 32, a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020. Quero saudar também os servidores do Poder Legislativo brasileiro, que contribuem tanto para o nosso trabalho aqui.

A PEC 32, que quer destruir as carreiras do serviço público, encaminhar os recursos do SUS e do FUNDEB para o setor privado, desmontar o Estado brasileiro, reduzir salários com redução de jornada, literalmente vai ser a PEC do apadrinhamento político.

Presidente, eu fico feliz de ver hoje os placares relacionados à PEC, dando conta de que o Governo não tem os 308 votos necessários para a sua aprovação aqui no plenário, tampouco no Senado.

E os Deputados aqui já sabem: quem votar na PEC 32 não volta.

Viva o servidor público! Viva o serviço público no Brasil! E vamos em frente. Precisamos dos servidores públicos, para que nós possamos fazer do Brasil um país cada vez melhor.

Presidente, eu peço o registro do meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 53/79

127.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	27/10/2021-15:32
Publ.: DCD 10/28/2021 -	ZÉ NETO-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do aniversário natalício do ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva. Defesa de retorno do líder petista ao poder. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, relativa à alteração da forma de pagamento de precatórios pela União. Inadmissibilidade de privatização da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal. Corte, pelo Governo Federal, de recursos destinados ao custeio de bolsas de estudo.

O SR. ZÉ NETO (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, hoje é o aniversário do nosso Presidente Lula. A ele desejo saúde, determinação e discernimento para continuar sendo o que é: essa grande liderança que novamente enche de esperança o povo brasileiro e nos remete a ter mais energia para seguir resistindo. Essa é, sem nenhuma dúvida, nossa grande tarefa e nosso grande presente ao nosso líder Lula.

Com Lula, nós vamos fazer com que o Brasil volte a ter um caminho de recomposição da sua soberania. Com ele, nós vamos trazer novamente os diálogos necessários para não acontecer o que está acontecendo hoje nesta Casa. Não votaram a PEC 32 - Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, porque não tiveram voto. Mas, se pudessem, já tinham passado por cima de todos os servidores públicos deste País. Se pudessem, já tinham entregado a PETROBRAS toda. Se pudessem, já tinham entregado a Caixa Econômica toda. Se pudessem, já tinham entregado o Banco do Brasil. Se pudessem, já tinham passado por cima de tudo o que se investe em ciência e tecnologia.

Ainda hoje, por exemplo, estamos aqui brigando para que o Governo devolva o dinheiro dos programas de bolsas estudantis, cujo corte afetou quase 60 mil jovens de escolas e faculdades públicas em nosso País. Esse é o dinheiro que essa juventude tem para garantir, no dia a dia, o mínimo sustento. Grande parte dessas bolsas era de 400 reais, recursos para que as universidades públicas federais do País tenham capacidade de levar adiante tecnologia, ciência, pedagogia e outras áreas de conhecimento.

Portanto, Presidente Lula, hoje, no seu aniversário, nós do PT, de outros partidos, da sociedade e das organizações que queremos um Brasil melhor podemos lhe dizer que a nossa grande tarefa vai ser cumprida. Nós vamos sim resistir. Nós vamos sim nos misturar cada dia mais com nosso povo. Nós vamos sim calçar o chinelo da humildade e caminhar, para levar novamente o Brasil à condição de ter respeito internacional, para trazer à tela de Brasília um Brasil de verdade e não aquela farsa que dizia: "*Mais Brasil, menos Brasília*". Nunca houve uma Brasília tão triste presente na vida das pessoas, que dilacera o dia a dia e acaba com a esperança. Mas a esperança não morreu, a esperança está viva, a esperança está *on*, a esperança é vermos Lula Presidente.

Vamos resistir e lutar, porque o Brasil tem jeito.

Publ.: DCD
10/28/2021 -

LÍDICE DA MATA-PSB -BA

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Falecimento do maestro Letieres Leite, fundador da Osquestra Rumpilezz, no Estado da Bahia. Inexistência de motivos para comemoração do Dia do Servidor Público. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Defesa de retirada, do bojo da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, dos precatórios relativos ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB.

A SRA. LÍDICE DA MATA (PSB - BA. Sem revisão da oradora.) - Sr. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, brasileiras e brasileiros que nos assistem através dos meios de comunicação da Casa, primeiramente, eu queria lamentar profundamente a morte do maestro Letieres Leite, criador da Orquestra Rumpilezz, na Bahia, uma orquestra de sopro e de percussão. Letieres foi um grande arranjador musical, um grande músico e um grande cidadão baiano. Este é um momento de luto para a Bahia e para a música baiana.

Siga em paz, amigo Letieres.

Em segundo lugar, Sr. Presidente, gostaria de dizer que amanhã é o Dia do Servidor Público, esse servidor que está ocupando há 2 meses mais ou menos o espaço em frente à porta da Câmara dos Deputados, para resistir à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, a PEC da destruição do serviço público nacional, a PEC que praticamente acaba com o concurso público, a PEC que permite contratos temporários de 10 anos, a PEC que fortalece a influência política na ocupação de cargos.

Sr. Presidente, há muito pouco ou nada a comemorar no dia 28 de outubro para os servidores públicos, além da comemoração da sua própria luta, da sua própria resistência, do fortalecimento do serviço público através da sua dedicação ao combate à pandemia, da sua resistência nas escolas públicas de todos os níveis no Brasil.

Finalmente, Sr. Presidente, quero dar uma palavrinha também sobre a Proposta de Emenda à Constituição nº 23, a PEC dos Precatórios.

Durante 20 anos, os Estados e os servidores da educação lutaram por essa PEC.

Agora, em um texto que fala pouco sobre precatórios, inventa-se colocar na PEC algo que não diz respeito à Constituição Federal, que é o refinanciamento dos Estados e Municípios. Na verdade, aplica-se um calote contra aqueles a quem o Estado deve, inclusive o meu Estado da Bahia, que é o principal credor. A União deve aproximadamente 9 bilhões de reais do FUNDEF ao meu Estado, e nós não podemos admitir que ele perca isso.

Eu agradeço, Presidente, a paciência de V.Exa., mas devo registrar que nós não podemos votar pela permanência desse texto.

O que é possível e necessário é que o Sr. Relator, a quem muito respeitamos, retire da PEC os precatórios do FUNDEF, para que a educação brasileira possa realmente receber aquilo que a União lhe deve.

Muito obrigada.

Documento 55/79

127.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 27/10/2021- CD	16:24
Publ.: DCD - 10/28/2021 - BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação de requerimento de apreciação em regime de urgência do Projeto de Lei nº 6.537, de 2019, sobre a criação da Procuradoria Regional da República da 6ª Região. Transcurso do Dia do Servidor Público. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa, e da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, a respeito do pagamento parcelado de precatórios.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Sr. Presidente, o PSB orienta "sim".

Aproveito este tempo para dizer a V.Exa. e ao conjunto desta Casa que amanhã é o Dia do Servidor Público. Eu, sinceramente, não quero ouvir Deputado algum subir à tribuna pedir palminha para servidor público, porque, neste momento, o que os servidores públicos mais querem neste País não é palminha, mas é o voto contra a PEC 32.

Por isso, conclamo esta Casa: se querem homenagear os servidores públicos, de todas as áreas - da educação, da saúde, da segurança, da assistência social -, esqueçam a palminha. Botem a mão na

consciência e vamos garantir a derrota da PEC 32.

Aliás, li há pouco conteúdo na imprensa, dizendo que o Governo está abrindo o cofre para comprar votos em relação à PEC 23. Já querem fazer o rolo compressor, também, para impedir os precatórios da educação. E não aceitamos isso.

Documento 56/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 28/10/2021-09:12
Publ.: DCD 10/29/2021 -	VICENTINHO-PT -SP	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Servidor Público. Homenagem ao funcionalismo brasileiro. Conclamação aos Deputados para rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Anúncio da realização de movimento nacional contra a aprovação da propositura, no dia 20 de novembro de 2021.

O SR. VICENTINHO (PT - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, Sras. e Srs. Deputados, hoje é o Dia do Servidor Público. E por que os servidores públicos são assim chamados? Porque eles servem a comunidade, da pessoa mais simples à pessoa mais importante, digamos assim, na periferia, fazendo os atendimentos públicos nos Municípios, nos Estados e também no âmbito federal.

Registro a minha homenagem a essa categoria, que merece o nosso mais profundo respeito. Esses trabalhadores estão servidores públicos porque, em sua grande maioria, prestaram concurso. Mesmo àqueles que entraram no regime de CLT ou na condição de trabalhador temporário também registro a nossa homenagem.

A minha mensagem de hoje não é exatamente para os servidores públicos, é diretamente para as Sras. e os Srs. Deputados e também para o povo brasileiro. Por isso, peço que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil*, Sra. Presidenta.

Vamos à mensagem para os Srs. Deputados.

Tenho certeza de que os Srs. Deputados, mesmo os de direita, os bolsonaristas, os Deputados que efetivamente têm uma postura

contraditória com a nossa, sabem que votar nessa PEC 32 implica prejuízo ao povo brasileiro, implica a desfiguração do Estado como o órgão, através da Constituição brasileira, que serve de equilíbrio, que serve de porto seguro para o nosso povo. Vejamos o art. 5º, vejamos o art. 6º. Aliás, do art. 5º ao art. 17, há na Constituição os direitos e as garantias constitucionais e fundamentais para o nosso povo.

Por isso, nobre Deputado, mesmo o de direita, não é uma questão ideológica o que discutimos aqui, é o papel do Estado. Para que serve o Estado? Para os grupos econômicos? Para o capital? Ou ele serve para a Nação brasileira? Para que serve o Estado? Para proteger a nossa gente? Para atender ao nosso povo, que precisa, ou para atender aos banqueiros, à sanha capitalista, que quer comprar de graça o Banco do Brasil, a PETROBRAS, os Correios, a EBC e outras instituições importantes e estratégicas inclusive para a proteção de dados?

Por isso, Srs. Deputados, eu peço: votem. V.Exas. terão visitas nas suas casas. O povo vai às suas casas conversar com V.Exas., vai entregar cartas aos servidores, vai explicar porque é importante que não votemos favoravelmente a esta PEC. Querem discutir qualquer coisa? Vamos discutir, mas transformar o Estado em uma agência para atender aos interesses dos grupos econômicos em detrimento do povo, não.

A nossa mensagem também vai para o povo brasileiro, para você, caro amigo que nos ouve agora na *TV Câmara*, na *Rádio Câmara* e também no programa *A Voz do Brasil*. O serviço público é fundamental para você, meu amigo que precisa dele. Então, defender a estabilidade no emprego dos servidores públicos é defender a estabilidade dos serviços para a sua gente, a estabilidade dos serviços para você que pega fila, que precisa de atendimento na saúde, na educação, na segurança pública, nas informações. Você, povo brasileiro que não é servidor público, precisa de um Estado forte, estável. Nós não queremos que a Guarda Civil seja a guarda pretoriana deste ou daquele Prefeito. Nós não queremos que os Governadores ou o Presidente da República fiquem trocando servidores públicos ao Deus dará, terceirizando-os, colocando-os em contrato temporário, transformando os servidores em cabos eleitorais, contratando pessoas sem elas necessariamente terem a qualificação para a qual o servidor se propôs e fez concurso.

Nesta homenagem, eu quero dizer a você, gente do povo: venha às ruas. No dia 20 de novembro, teremos uma grande manifestação nacional. Venha, porque não há coisa mais bela do que o povo brasileiro defender os servidores públicos. Quando os servidores públicos vão à rua, vêm aqui a Brasília e se encontram, eles estão preocupados, evidentemente, com eles, mas eles estão muito mais

preocupados - olhem que coisa linda - com atender bem ao nosso povo.

Por isso, Sra. Presidenta, eu quero aqui enaltecer a unidade de todas as centrais sindicais, a unidade de todas as representações públicas deste País. Elas estão unidas, colocaram as divergências de lado para defender o Brasil de todos e para todos.

Sra. Presidenta, eu agradeço pela oportunidade e manifesto o meu carinho.

Eu agradeço aos Deputados que já estão contra a PEC. Eu sei que já há Deputado de direita contra ela, até bolsonarista, que me disse: "*Vicentinho, eu não vou votar nesta PEC*". Que assim seja.

Obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 57/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/10/2021-09:24
Publ.: DCD 10/29/2021 -	- JOÃO DANIEL-PT -SE		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações aos servidores públicos. Atuação parlamentar do orador em defesa do serviço público. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Importância da aprovação do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social. Reexame do papel da empresa Petróleo Brasileiro S/A - PETROBRAS.

O SR. JOÃO DANIEL (PT - SE. Sem revisão do orador.) - Muito obrigado.

Presidenta, eu quero hoje registrar, no plenário da Câmara, neste momento, os nossos parabéns a todos os servidores e servidoras públicas do Brasil, dizer do nosso compromisso em defesa do serviço público. É fundamental um Estado democrático ter servidores e servidoras bem remuneradas, com estabilidade no emprego, com plano de cargos e salários, para que bons serviços sejam prestados. Nós não temos dúvida de que todo país que tem bons serviços públicos é um

país em que seus governantes cuidam bem dos servidores.

Nós sabemos do papel do serviço público, em especial na área da saúde, durante a pandemia. Os trabalhadores e trabalhadoras de todas as áreas da saúde pública, do SUS, demonstraram esforço, carinho, fé e amor para com o cuidado das pessoas. Se nós não tivéssemos um SUS forte - trabalhadores e trabalhadoras dedicaram a sua vida -, muito mais milhares de pessoas teriam perdido a vida.

Lamentamos, profundamente, que o Governo Bolsonaro não goste de serviço público, não goste de servidores. A PEC 32/20 é para retirar direitos dos servidores públicos, é para quebrar a estabilidade dos servidores públicos de todos os entes federativos. Ela é para garantir que serviços sejam vendidos para a iniciativa privada, terceirizados, para que os amigos possam ter empresas e transformar em grandes negócios áreas estratégicas, como a saúde, a educação, assim por diante.

Por isso, ontem participamos de um belo ato em frente à Câmara dos Deputados, com os servidores, com as centrais sindicais, com os sindicatos. Que esta luta no Brasil inteiro possa chamar a atenção dos Parlamentares de todos os partidos para que impeçam que haja esse retrocesso!

Hoje, o Presidente desta Casa poderia dar um presente aos servidores públicos, ao serviço público do Brasil, dizendo que essa PEC maldosa do Executivo não será pautada, não será aprovada no Congresso Nacional.

Eu peço, Sra. Presidenta, que seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e demais meios desta Casa o nosso compromisso, o nosso apoio, o nosso carinho a todo movimento que luta em defesa dos servidores e servidoras públicas de todo o nosso País.

Sobre o projeto aprovado do vale-gás, de autoria do nosso companheiro de bancada, o Deputado Zarattini, nós queremos dizer que lamentavelmente tivemos que aprovar um projeto para que as famílias de baixa renda possam pagar menos pelo gás de cozinha.

Acho fundamental esse projeto, e é importante que ele seja sancionado, porque nós temos, Deputado Paulo Ramos, conhecedor dessa matéria, uma das empresas mais importantes do mundo na área de petróleo e gás, que é a PETROBRAS, mas, lamentavelmente, ela está sendo entregue aos interesses privados, àqueles que querem o desmonte do Estado brasileiro, da soberania nacional. Paulo Guedes, Bolsonaro e o time que dirige hoje a PETROBRAS são entreguistas, são aqueles que não controlam o preço, porque estão lá a serviço dos

acionistas, dos setores privados.

Por isso, é fundamental que nós possamos retomar o debate sobre o papel deste País, o papel da PETROBRAS, a soberania nacional, a reconstrução de um projeto para este País, com a PETROBRAS estatal e forte, com controle do gás e do petróleo, para que nós não tenhamos essa vergonha do aumento dos combustíveis, do aumento do gás, toda semana, levando à miséria o nosso povo brasileiro.

Muito obrigado, Presidenta. Peço que este pronunciamento seja divulgado pelo programa *A Voz do Brasil* e pelos demais meios de comunicação da Casa.

Documento 58/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/10/2021-09:28
Publ.: DCD 10/29/2021 -	- MARCON-PT -RS		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Congratulações à Casa pela aprovação do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social. Congelamento salarial dos servidores públicos no Estado do Rio Grande do Sul.

O SR. MARCON (PT - RS. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidente. Quero saudar os colegas Deputados e as colegas Deputadas. Venho à tribuna neste dia para falar sobre a PEC 32. Se esta Câmara aprovar a PEC 32, será o fim do serviço público. E quem precisa do serviço público é a população brasileira, que precisa da educação pública gratuita de boa qualidade e, da mesma forma, da saúde, da segurança pública, da assistência social, do controle interno da máquina pública, inclusive por quem conhece, por quem é operador da máquina.

Por isso, nós somos contra a PEC 32, porque ela vai enxugar o Estado, vai fazer com que seja cada vez mais difícil atender os trabalhadores, porque, se o serviço público terminar, termina o concurso, termina o funcionário. Se houver problema com os funcionários, vamos discutir essas questões individualmente. Não podemos vacilar neste momento.



Por isso, nós dizemos "não" à PEC 32. A PEC 32 fará mal ao povo brasileiro. Não precisamos disso, essa é a política do Centrão aqui da Câmara, da Direita e do Governo Bolsonaro. Bolsonaro quer acabar com o serviço público. Bolsonaro é o Presidente dos grandes, dos ricos, dos milicianos, da corrupção e da família Bolsonaro. Nós precisamos pensar para o povo brasileiro.

E venho aqui, Sra. Presidente, falar de outro assunto: o projeto de lei que esta Câmara aprovou, que foi para o Senado, onde houve modificação, voltou e ontem a Câmara o aprovou novamente, que é o Projeto Vale Gás, de autoria do nosso companheiro Deputado Carlos Zarattini, projeto este subscrito por nós e por vários Deputados da bancada do PT. É um projeto do PT. Se o Presidente Lula estivesse aqui, seria um projeto do Presidente Lula.

É por isso que este Projeto Vale Gás vai atender às pessoas carentes, às pessoas humildes, às pessoas pobres, às pessoas que estão no CADUNICO, àquelas que muitas vezes, mesmo ganhando doações de comida, não têm onde cozinhar, não têm onde cozinhar porque não têm dinheiro para comprar o gás que aumenta todos os meses ou a cada duas semanas. É o produto que mais aumentou depois do golpe que retirou a Presidente Dilma da Presidência da República. O gás teve um aumento de 280% em 5 anos. E agora, com o Governo Bolsonaro, um botijão de gás custa 10% do salário mínimo.

É impossível! É impossível que uma família que não tenha salário, que não tenha dinheiro no bolso possa comprar um botijão de gás! Então, espero que o Presidente da República sancione este projeto, e não o vete, para que o projeto possa atender à população brasileira que necessita tanto, tanto dessa contribuição para conseguir sobreviver neste momento!

Meus parabéns à Câmara! Meus parabéns à bancada do PT e ao nosso Líder, companheiro Zarattini, Deputado Federal pelo Estado de São Paulo, por este projeto que nós subscrevemos.

A outra questão que trago é o descaso do Governo do Estado com os funcionários públicos no Rio Grande do Sul. Faz 7 anos que os trabalhadores públicos estaduais do Rio Grande do Sul não têm aumento. O Governo do Estado faz de tudo para desmontar a rede pública estadual no nosso Estado querido do Rio Grande do Sul. E é bom dizer aqui, é bom dizer aqui para o presidente Eduardo Leite, Governador do Estado do Rio Grande do Sul: olhe para os trabalhadores da segurança pública, da educação, da saúde, do quadro geral do nosso Rio Grande do Sul! Faz 7 anos que eles não têm aumento, e o Governo faz de tudo para que esses trabalhadores desanimem, desanimem e tenham que ir embora! Pelo contrário, temos que resistir, temos que lutar, temos que gritar alto que o serviço público

tem que fazer parte do Estado, neste caso do Estado do Rio Grande do Sul!

Gostaria, Sra. Presidente, de solicitar que os meus três discursos sejam divulgados no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 59/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/10/2021-09:32
Publ.: DCD 10/29/2021 -	- PEDRO UCZAI-PT -SC		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Servidor Público. Posicionamento do orador contrário à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Responsabilidade do Presidente Jair Bolsonaro pelos óbitos decorrentes da Covid-19 no País. Desestruturação de políticas públicas e do Estado brasileiro pelo Governo Federal. Agravamento das desigualdades sociais brasileiras no Governo Jair Bolsonaro.

O SR. PEDRO UCZAI (PT - SC. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados, Sras. Deputadas, hoje é Dia do Servidor Público. É um dia para refletirmos sobre o Estado brasileiro, o papel das políticas públicas, sobre este Governo de plantão e principalmente sobre como repercutirá o resultado, caso aprovado neste Parlamento, da PEC 32.

Está claro para todo o povo brasileiro que o Governo Bolsonaro não cuidou da vida, não protegeu o povo no enfrentamento à crise sanitária. Pelo contrário, ele foi o grande responsável por mais de 606 mil brasileiros e brasileiras que perderam a vida, o que está consolidado e materializado no indiciamento por nove crimes contra o Presidente Jair Bolsonaro. E o País, que não cuidou da vida, não cuidou da pandemia, também não cuidou da economia.

O Governo Bolsonaro, que já havia iniciado no Governo Temer, tem uma agenda ultraneoliberal de privatizações, de desmonte da soberania nacional, de desmonte da política de proteção social, com a reforma trabalhista, a reforma previdenciária, o congelamento dos investimentos primários e discricionários por 20 anos, com a Emenda Constitucional nº 95, e o subteto, com a Emenda nº 109. Agora, a PEC 32 é a consolidação do desmonte do Estado brasileiro na concepção

da Constituição de 1988, de um Estado plural, democrático e com proteção social. Transformaram o Estado brasileiro para estar a serviço do mercado, do capital, do capital financeiro.

Se o relatório da PEC 32 for aprovado na íntegra, nós não só teremos a destruição da carreira, do concurso público, dos direitos do servidor público, não só teremos a destruição da qualidade do serviço público, em que o povo brasileiro vai ser a vítima da desqualificação desse serviço, que será transferido para o setor privado. Mais grave do que isso, essa emenda vai transformar a Constituição brasileira numa Constituição neoliberal. Isso é o grave. Isso é o mais profundo dessa mudança: o desmonte de uma concepção, o desmonte de um pensamento sobre a relação do Estado com a sociedade.

O Estado não será mais o indutor do desenvolvimento econômico, não será mais o indutor do desenvolvimento social. Desse modo, o Estado não será o protagonista da diminuição da desigualdade social. Na lógica do mercado, ocorrerá a reprodução e a ampliação da desigualdade social, ampliando o número de bilionários, de super-ricos, e aqui nós não enfrentamos esse debate de forma séria e consequente, porque temos que tributar os super-ricos, cobrar dos que ganham mais para universalizar os direitos dos pequenos deste País. Portanto, é essa a agenda do Governo Bolsonaro.

Para além do besteiro, para além dos espetáculos que o Bolsonaro faz no seu discurso e nas suas narrativas de charlatanismo, de negacionismo e de *fake news*, o que é mais profundo, com "Paulo banqueiro Guedes" e com Jair Bolsonaro, são as mudanças estruturais que estão acontecendo neste País, como o desmonte do Estado, o desmonte das políticas públicas, o desmonte da valorização do servidor público.

Então, hoje, Deputado Helder Salomão, no Dia do Servidor Público, quando parabenizamos o servidor, não estamos sendo corporativistas. Quando defendemos o servidor público, a carreira, a decência, a valorização, é porque, em última instância, estamos defendendo o povo brasileiro.

Queremos saúde, queremos SUS, queremos escola, queremos universidade pública, escola técnica federal, ciência, tecnologia! Queremos cultura, queremos infraestrutura! Queremos um País soberano, com dignidade e democracia. E isso só é possível com o Estado que atende e universaliza, a partir do princípio da equidade, de uma política universal. É disso que estamos falando quando dizemos: Parabéns, servidor público brasileiro dos Municípios, dos Estados e da União.

E a grande vitória, o grande presente dos servidores é esta Casa

derrotar a PEC 32.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 60/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 28/10/2021-09:40
Publ.: DCD 10/29/2021 -	PAULO RAMOS-PDT -RJ	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Necessidade de esclarecimento à Casa pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, da manutenção de aplicações financeiras em paraísos fiscais. Repúdio à sanha privativista do Ministro da Economia.

O SR. PAULO RAMOS (PDT - RJ. Sem revisão do orador.) - Quero agradecer à Deputada Rosângela Gomes e ao Deputado José Ricardo a gentileza.

Quero dizer, Sra. Presidente, que está na Constituição que o servidor público tem que ser concursado, tem que ser estatutário, tem que ter plano de cargos, carreiras e salários, tem que ter estabilidade e direito à sindicalização e à greve, para poder lutar e conquistar melhores serviços públicos para a população brasileira, melhores e com continuidade, porque o modelo que tentam implantar, além de aniquilar direitos do servidor, cria condições para a descontinuidade do serviço público, como já vem acontecendo com as chamadas terceirizações.

Então, vamos cumprir a Constituição de 5 de outubro de 1988, porque o povo brasileiro clama por melhores serviços públicos, o que só acontecerá com a valorização do servidor.

Portanto, proclamo desta tribuna, em alto e bom som: não à PEC 32 e não ao Ministro Paulo Guedes! Ele tem interesses outros, está disposto a suportar qualquer constrangimento à frente do Ministério da Economia, para cumprir a tarefa a que se dispôs: desmontar o Estado brasileiro, atender aos banqueiros, aniquilar a soberania nacional.

O Ministro Paulo Guedes tem uma tarefa, e sabemos a quem ele está servindo dentro do Governo Bolsonaro. O Ministro Paulo Guedes não é suspeito, ele está envolvido em várias maracutaias. Agora, foi

descoberta conta em nome dele, de empresa de sua gestão, em paraíso fiscal.

Houve um escândalo, um escândalo tão grande, que levou quatro Secretários do Ministério da Economia a pedirem demissão, a pedirem exoneração.

E esta Casa, em duas Comissões e aqui no Plenário, aprovou a convocação do Ministro Paulo Guedes para esclarecer a existência da sua conta numerada e secreta em paraíso fiscal, que ele diz que declarou à Comissão de Ética Pública, para assumir o cargo de Ministro da Economia. Da mesma forma, diz que se afastou da gestão das dezenas de empresas com as quais está relacionado, algumas com empréstimos feitos para investimento no BNDESPar, no BNDES. Na Operação Greenfield, que apura fraudes em fundos de pensão das empresas estatais dos bancos públicos, o Ministro Paulo Guedes e alguns dos seus assessores são os principais investigados.

Esta Casa aprovou a sua convocação. Eu tenho experiência em relação ao Ministro Paulo Guedes. Na CPI do BNDES, houve a aprovação da convocação do Ministro. O Presidente da CPI manobrou, manobrou, manobrou, e não convocou o Ministro para prestar depoimento sobre tudo aquilo que o envolvia dentro do BNDES. E esta importante instituição bancária de investimentos tem como Presidente um filho de um ex-sócio de Paulo Guedes, com quem ele trabalhou no BTG Pactual, do Sr. André Esteves. E este agora é consultado para opinar sobre taxa de juros.

Não sei se o Ministro Paulo Guedes será convocado para vir a este Plenário. Eu já estou duvidando até se será convocado para prestar os depoimentos na Comissão de Trabalho, Administração e Serviço Público e na Comissão de Fiscalização Financeira e Controle. Quero saber quem é que está blindando o Ministro Paulo Guedes. Qual é a força que tem para inclusive se esquivar daquilo que é decidido nesta Casa, no momento do escândalo?

Sra. Presidente, o Ministro Paulo Guedes está aí para desmontar o Estado brasileiro. Quer privatizar PETROBRAS, Correios e Telégrafos, SERPRO, DATAPREV, ELETROBRAS. Ele tem uma tarefa: é um vendilhão da Pátria e um traidor do povo.

Portanto, Sra. Presidente, hoje, em homenagem ao servidor público, pelo menos, venho a esta tribuna para dizer: fora, Paulo Guedes, fora com o desmonte do Estado brasileiro, fora com a dilapidação da soberania nacional!

O povo brasileiro precisa de um Brasil soberano, para ser socialmente

justo.

Obrigado, Sra. Presidente.

Tenho que fazer a reivindicação para publicar o meu pronunciamento nos meios de comunicação da Casa e no programa *A Voz do Brasil*. Pensei que a publicação fosse automática, mas, como eu vejo todos solicitando, obrigo-me também a fazer essa solicitação.

Documento 61/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 28/10/2021-09:48
Publ.: DCD 10/29/2021 -	- JOSÉ RICARDO-PT -AM	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Congratulações aos servidores públicos. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Continuidade da luta contra a privatização de empresas estatais. Apoio aos projetos de lei sobre o estabelecimento da jornada de trabalho e do piso salarial dos profissionais da enfermagem, dos Agentes Comunitários de Saúde e dos Agentes de Combate às Endemias. Solidariedade aos professores brasileiros, aos agentes da segurança pública e aos servidores das áreas de ciência, pesquisa e tecnologia. Defesa de recomposição salarial dos funcionários públicos do Estado do Amazonas. Importância da aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social.

O SR. JOSÉ RICARDO (PT - AM. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Sra. Presidenta! Muito bom dia, Deputada Rosangela Gomes!

Eu gostaria de saudar a todos os demais colegas Parlamentares, em especial ao Deputado Paulo Ramos, que me antecedeu.

Logicamente, hoje o assunto principal é a homenagem, a lembrança, o apoio a todos os servidores públicos, a todos os trabalhadores públicos. Nós temos que valorizar, apoiar, fortalecer o serviço público neste momento em que servidor é atacado, em que a carreira do servidor é ameaçada, porque a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, quer praticamente destruir o serviço público, quer acabar com o concurso público, quer acabar com a carreira, com a estabilidade, com a progressão, com planos que possam valorizar os servidores, com base nos quais a pessoa possa dizer que vale a pena



ser servidor e possa dedicar-se, como é o caso de professores e de professoras. Portanto, primeiro, deixo aqui a nossa saudação, as nossas parabenizações a todos os servidores que se dedicam, que lutam!

Nós temos que lembrar, primeiro, os servidores da área da saúde, que neste período da pandemia se doaram literalmente. Muitos trabalhadores da saúde também morreram, ou tiveram a doença e têm sequelas, portanto têm problemas de que têm que continuar cuidando. Foram eles e são eles e elas que estão, até hoje, cuidando da nossa saúde! Mas estão ameaçados, principalmente os servidores públicos.

Há também as terceirizações, que aí estão, prejudicando o serviço público. Lá no Amazonas, eu já denunciei há muito tempo a terceirização da saúde, que piorou o atendimento à população e precarizou a relação de trabalho. Muitas empresas terceirizadas não recolhem previdência ou FGTS, não cumprem com as obrigações trabalhistas. Aliás, pelo contrário, contratam, não pagam ou atrasam o salário, e depois demitem; ou a empresa muda de nome. Às vezes, o serviço público muda a empresa, e infelizmente aquele servidor ou aquele trabalhador fica sem direitos.

Por isso, o melhor presente que nós podemos dar, neste dia e também ao longo do nosso mandato, é continuar lutando contra essas terceirizações, contra as privatizações, a favor dos trabalhadores da PETROBRAS, dos Correios, da ELETROBRAS, da ELETRONORTE. Como eu dizia ontem, os trabalhadores da ELETRONORTE fizeram uma paralisação porque não estão sendo atendidos naquilo que foi combinado, no processo de privatização, em relação a seus direitos.

Deixo também aqui o nosso apoio aos projetos na área da enfermagem que estão tramitando nesta Casa, para garantir o piso salarial da categoria e uma jornada de trabalho justa, correta, adequada para os profissionais da enfermagem.

Registro também o nosso apoio aos projetos que definem o piso salarial e a valorização e dão condições melhores de trabalho para os agentes comunitários de saúde e para os agentes de combate às endemias, que são fundamentais no enfrentamento de doenças que ainda atingem a população.

Destaco o nosso apoio a todos os professores e professoras, a todos os trabalhadores da segurança e da área da ciência e tecnologia, que denunciavam lá do Amazonas, assim como no resto do Brasil, os cortes de recursos, a redução de funcionários de instituições de pesquisa, a falta de concurso público, como é o caso do INPA - Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia, no Amazonas. Esse instituto sofre, já há muito tempo, corte de recursos, como todas as

instituições de ensino superior, de pesquisa e os Institutos Federais. Então, deixo aqui a nossa solidariedade a esses trabalhadores. Parabéns pela luta! E não desistam! Enfim, eu queria ainda enfatizar os professores e as professoras, que estiveram esses dias também em manifestação, cobrando reajustes salariais e reposição.

Quero dizer que o Governo do Estado do Amazonas pode muito bem atualizar o salário de todos os servidores, porque nós tivemos um aumento da arrecadação, de 2019 para 2020, de 2 bilhões e 900 milhões de reais; no período de setembro do ano passado para setembro deste ano. Foram mais 2 bilhões de reais para o Orçamento Geral do Estado.

Portanto, é possível atualizar os salários, que já estão congelados há mais de 2 anos. Temos que fazer justiça com o servidor público, valorizá-lo e não aceitar a PEC 32.

Estou aqui também para me manifestar de novo na tribuna e falar para todo o Brasil que sou contra a PEC 32. Nós temos que enterrar essa PEC no Congresso Nacional, porque não podemos aceitar esse ataque aos servidores públicos e ao serviço público. Isso prejudica a sociedade, a população, que hoje está sofrendo e está perdendo.

Eu termino exaltando a importância do projeto que cria o vale-gás e parabenizando a todos pela aprovação do projeto ontem. Vai ajudar milhões de pessoas no nosso País, pessoas que não têm dinheiro nem para o gás. Esse projeto é da bancada do Partido dos Trabalhadores, do Deputado Carlos Zarattini, e contou com o nosso apoio, com o nosso voto. O projeto é muito importante neste momento em que tanta gente está sem renda, passando fome, sem dinheiro nem para comprar o gás e preparar o alimento da família. Parabéns a toda a bancada do Partido dos Trabalhadores por ter aprovado esse projeto!

Nós esperamos que Bolsonaro não vete o projeto, que possa sancioná-lo, para que, ao entrar em vigor, ajude imediatamente milhões de brasileiros e brasileiras.

Sra. Presidente, peço que divulgue o meu pronunciamento no programa *A Voz do Brasil*.

Documento 62/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/10/2021-09:52
Publ.: DCD 10/29/2021 -	- ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Propósito do Presidente Jair Bolsonaro de extinção do Programa Bolsa Família. Disseminação de fake news pelo Presidente da República. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Homenagem aos servidores públicos.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, o Governo busca aprovar nesta Casa o calote com os precatórios, que respondem a ações transitadas em julgado. Trata-se de direito líquido e certo sendo surrupiado.

E o Governo ainda busca mudar o período do cálculo do IPCA - Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo, o que lhe dará inclusive margem maior dentro do teto dos gastos, que nunca deveria ter existido. Como é possível imaginar que um país com tantas desigualdades congele as suas políticas públicas, que são os instrumentos necessários para que façamos a luta das casas grandes e senzalas, e libere as despesas financeiras? As despesas financeiras correm soltas! Aliás, há uma mesa farta onde se distribui o Orçamento brasileiro com o capital rentista, que ganha mais, todas as vezes que os juros sobem. E os juros acabaram de subir mais uma vez.

Nós estamos vivenciando um caos neste País, um caos! E o Governo quer dar um calote, dizendo que é preciso haver um míssil - e o calote é o míssil - para destruir o meteoro. O meteoro era absolutamente previsível.

Obviamente, é um Governo que nega a ciência, como nega também a própria realidade, pois constrói uma narrativa para substituir a realidade. *"A tua piscina está cheia de ratos, e tuas ideias não correspondem aos fatos"*, lembramos Cazuza.

Neste quadro, qual é a preocupação do Governo neste momento, para além do calote que quer implementar aos precatórios, já que ele deve à educação e ao FUNDEB por volta de 16 bilhões de reais? Quer dar o calote e, a partir do calote dos precatórios, com o novo cálculo do período do IPCA, o Governo vai deter por volta de 110 bilhões de reais de folga orçamentária, que disse ser para necessário para ampliar o Bolsa Família - programa que ele quer destruir, visto que irá ampliá-lo só até o final do ano que vem, só durante o processo eleitoral -, e que o programa vai custar por volta de 30 bilhões de reais. É um Governo mentiroso. É um Governo que está de costas para o povo brasileiro.

Por isso, fez uma proposta como a PEC 32. A PEC 32 não pode ser aprovada nesta Casa! Nós estamos hoje homenageando os servidores e servidoras, e devemos fazê-lo todos os dias, porque neste País, com tantas desigualdades, são os serviços públicos e as políticas públicas que conseguem resgatar a própria dignidade.

Inclusive, nós temos uma Constituição açoitada todos os dias. A nossa Constituição, que fala em proteção social e em direitos, está no pelourinho, porque por muito tempo tentaram associar direitos a favores. Direito é direito, desde a existência humana na sua plenitude. Por isso nós temos tantas políticas públicas constitucionalizadas enquanto direitos. O financiamento também está previsto na nossa Constituição, para essas políticas públicas. E os instrumentos são os servidores e as servidoras.

No dia de hoje nos cabe fazer a mais profunda homenagem a todos os servidores e servidoras, esses de que Guedes falou, em cujos bolsos queria colocar a granada. Colocar granada no bolso de servidores e servidoras é colocar granada no corpo do povo brasileiro. Imaginem colocar uma granada no bolso do jaleco branco, no bolso daquele que está dentro da sala de aula ou no bolso daquele que está buscando arrecadação necessária para as políticas públicas neste País, que está fazendo com que esse Brasil possa respirar pelas frestas, que são abertas frente aos escombros que estão postos por um Governo da necropolítica!

Por isso, neste dia de hoje, nós temos que homenagear os servidores e servidoras. E a maior homenagem que nós podemos fazer é dizer que esta Casa não aprovará a PEC 32. Não aprovará colocar o Estado para ser pisoteado pela iniciativa privada, não aprovará o Estado que rompe a imparcialidade, o Estado do compadrio, o Estado da República Velha.

Nós estamos aqui para, neste dia 28 de outubro, homenagear os servidores, que todos os dias estão aqui nesta Casa para reivindicar, não os seus direitos imediatos, mas um Brasil para o povo brasileiro, para reivindicar saúde, educação e segurança de qualidade. A maioria dos servidores e servidoras deste País estão na saúde, na educação e na segurança.

Por isso, nós estamos aqui para dizer: vivam os servidores e servidoras deste País! Nós precisamos valorizá-los, porque eles conduzem e efetivam as políticas públicas, para que nós possamos fechar o ciclo das casas grandes e senzalas.

Parabéns, servidores e servidoras, no dia de hoje e sempre!

128.2021 Sessão Extraordinária - CD Deliberativa 28/10/2021-10:00
 Publ.: DCD - IVAN VALENTE-PSOL -SP
 10/29/2021 -
 CÂMARA DOS DEPUTADOS DOS BREVES COMUNICAÇÕES BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União. Recomposição orçamentária das emendas de Relator, o chamado orçamento secreto. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Pedido à Ministra do Supremo Tribunal Federal, Rosa Weber, de provimento da ação de inconstitucionalidade das emendas de Relator, ajuizada pelo PSOL. Apelo aos Deputados de assinatura do requerimento de criação da CPI das emendas de Relator.

O SR. IVAN VALENTE (PSOL - SP. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, eu assumo a tribuna hoje para falar sobre a PEC dos Precatórios. Todos perceberam que nós não votamos a PEC dos Precatórios ontem por falta de quórum. A proposta ia ser votada hoje, na marra! Também não há quórum. Portanto, ficou para a semana que vem.

Enquanto isso, a manchete do jornal *O Estado de S.Paulo* de hoje é a seguinte: "*Congresso planeja aumento bilionário para emendas sem transparência*". São as emendas de Relator, do orçamento secreto, ou seja, compra de votos, compra de fidelidade partidária para se votar aquilo que interessa para reeleger o genocida, de um lado, e manter um brutal ajuste fiscal, de outro lado.

Sra. Presidente, ontem o Deputado Hugo Motta, Relator da PEC dos Precatórios, não nos comoveu. S.Exa. tentou sensibilizar o Plenário, dizendo que nós temos que pensar nos mais pobres, na situação da inflação, do gás. Quem é o responsável pela inflação, pelo preço da gasolina, que chega a 10 reais nos Estados, e pelo preço do gás, que chega a 130 reais? Quem é o responsável pela cesta de alimentos básicos, que está com uma inflação de 30%? É Bolsonaro e sua política, além de ser responsável pela saúde pública e pelo genocídio que praticou.

Portanto, Deputado Hugo Motta, V.Exa. votou a favor da reforma da Previdência, que tirou direitos dos trabalhadores; V. Exa. votou - e tantos outros nesta Casa, bolsonaristas inclusive - a favor da reforma trabalhista. Querem votar na PEC 32 para desmontar o Estado

brasileiro, para privatizar os serviços públicos, para retirar direito dos servidores, o que significa na prática piorar, e muito, o serviço público. E quem é penalizada? É a população mais pobre, que acessa o SUS, a escola pública, os serviços sociais.

Por isso, o que está acontecendo é que o espaço fiscal e o furo de teto do especulador financeiro Paulo Guedes tem uma razão. A razão é a seguinte: eles defenderam, a vida toda, ajuste fiscal e teto de gastos até 2036; a revisão do teto seria em 2026, mas o Guedes, esse especulador que tem dinheiro lá nos paraísos fiscais, resolveu ceder ao Bolsonaro. O que nós queremos dizer é o seguinte: na verdade, emendas de Relator é algo imoral, ilegal, inconstitucional. E vão dobrar as emendas de Relator. Então, eles querem espaço fiscal para dar 400 reais no Auxílio Brasil desestruturando o Bolsa Família, que é um sistema estruturante, que tem educação, saúde, que tem agricultura familiar por trás. Para quê? Para tentar ganhar votos.

Ao mesmo tempo, a base Parlamentar está negociando o feriado todo. Para quê? Para receber as benesses para o processo eleitoral do ano que vem.

Eu queria desta tribuna pedir à Ministra Rosa Weber que julgue procedente a ação do PSOL, pela qual S.Exa. é responsável pela inconstitucionalidade das emendas de Relator, porque hoje isso é o gás do Governo, e é para os apaniguados. Estão chamando isso até de emendas do "Pix orçamentário", emendas "cheque em branco". Ou seja, para dar tratores, motoniveladoras, para agraciar Prefeitos.

Por isso, desta tribuna, Deputado Bira, Deputado Helder, peço algo a V.Exas. Nós temos um pedido de CPI, suas emendas de Relator, e o "tratoração" aqui nesta Casa. Vamos assinar esse pedido! Vamos escancarar que a PEC dos Precatórios era para garantir a reeleição do genocida Bolsonaro de um lado e para ganhar Deputados do Centrão que estão querendo se reeleger à custa de emendas Parlamentares não transparentes, imorais, ilegais, inconstitucionais. Isso foi uma criação do Governo Bolsonaro.

Por isso, em primeiro lugar, reafirmo: Ministra Rosa Weber, por favor, julgue a ação do Partido Socialismo e Liberdade. Suspenda as emendas de Relator.

Em segundo lugar, peço a todos os Parlamentares e partidos que não estão comprometidos com essa bandalheira que assinem as emendas, que assinem a CPI do tratoração.

Quero apenas dizer que esse pedido de CPI já está protocolado. Ele precisa de 171 assinaturas. Peço assinatura de todos os Deputados da Oposição. Porque as emendas de Relator não contemplam 350

Deputados. Elas vão contemplar Líderes, i inclusive, o Presidente desta Casa, que tem...

(Desligamento automático do microfone.)

Documento 64/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/10/2021-10:04
Publ.: DCD 10/29/2021 -	- HELDER SALOMÃO-PT -ES		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Natureza arbitrária da proposta do Governo Federal de divisão da Universidade Federal do Espírito Santo - UFES. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. HELDER SALOMÃO (PT - ES. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente Rosangela, é um prazer estar nesta sessão sendo presidido por V.Exa. Quero saudar os Parlamentares e o povo brasileiro que nos acompanha pela *TV Câmara*.

É inaceitável a proposta do Governo Federal de fragmentar a Universidade Federal do Espírito Santo, Deputado Bira, sem nenhum diálogo com a comunidade acadêmica. Não houve nenhum diálogo; um projeto de cima para baixo. O Conselho Universitário, a ADUFES, o DCE, o SINTUFES e outras entidades ligadas à educação já se posicionaram contrárias à forma como este processo tem ocorrido no Espírito Santo e em outros Estados.

Em sua nota, a Associação dos Docentes da UFES diz o seguinte: *"Trata-se de uma proposta autoritária que fere a autonomia universitária."* Repito: *"Trata-se de uma proposta autoritária que fere a autonomia universitária."*

O Conselho Universitário, que também se posicionou contrário à fragmentação e à divisão da UFES, disse em sua manifestação: *"O fracionamento de instituições de ensino tradicionais, sem o devido planejamento e segurança de investimento continuado, sem clareza quanto aos seus destinos e sem a avaliação de seus impactos, traz o*

risco de desencadear perdas significativas e irreparáveis para ambas as instituições - a de origem e a unidade criada".

O Espírito Santo, senhores e senhoras, já tem uma universidade no sul do Estado, e ela se chama UFES. A universidade já existe. O Governo vai criar o que, se a universidade já está funcionando? Vamos combinar uma coisa: o Governo Bolsonaro e os seus defensores, os defensores dessa proposta absurda, não querem fortalecer a nossa UFES, querem, sim, sucatear a nossa universidade, que tem se destacado com projetos inovadores e contribuído significativamente para o desenvolvimento econômico, social e cultural do nosso Estado e do Brasil ao longo dos seus 67 anos de história.

Não podemos permitir a aprovação desta proposta do Governo, que pretende dividir a nossa Universidade Federal do Espírito Santo. É isso que eles querem. O que eles querem é dividir a nossa universidade. Não há criação de nada novo, até porque vão criar novos cargos, aumentar gastos, e nenhuma nova vaga será criada. É mais uma mentira deste Governo.

A proposta, senhoras e senhores, além de ser autoritária, é eleitoreira. É uma proposta eleitoreira, é mais uma tentativa do Governo de enganar a população. Vai aumentar gastos, como eu disse, e nenhuma vaga será criada.

Que fique claro que nós queremos, sim, novas universidades no Espírito Santo e no Brasil, mais e melhores universidades. O que não podemos aceitar é esta mentira do Governo, que quer dividir a nossa universidade. É preciso melhorar a universidade, mas o Governo quer enfraquecer e destruir as nossas universidades públicas.

Nosso mandato segue firme na defesa da educação pública de qualidade. Nós queremos a UFES forte, queremos a UFES de qualidade, uma instituição capixaba que orgulhe todos nós, mas que agora eles querem dividir e querem enfraquecer. O Prof. Reinaldo Centoducatte, ex-Reitor da nossa universidade, fez uma pergunta: "*A quem interessa a fragmentação da Universidade Federal do Espírito Santo?*" Certamente não interessa aos professores, aos alunos, à comunidade universitária, ao povo capixaba. Interessa ao Governo e seus seguidores, que querem destruir as instituições públicas no nosso País. Portanto, não à divisão da nossa universidade!

Por fim, quero aproveitar a oportunidade para dedicar o meu discurso hoje também ao Dia do Servidor Público, parabenizar os servidores públicos neste momento de tantos ataques e de tantas ameaças.

Vamos seguir firmes nesta Casa, Deputada Rosângela Gomes, na defesa dos interesses do povo brasileiro. E defender o serviço público,

as políticas públicas é defender a população que precisa de atendimento nas áreas essenciais: saúde, educação, assistência, segurança pública, agricultura e demais áreas.

Por isso, vamos dizer cada vez mais alto: não à PEC 32, porque ela significa o desmonte do serviço público no nosso País! Não à PEC 32, porque ela destrói as conquistas do nosso povo!

Viva os servidores públicos! Viva o povo brasileiro! Fora, Bolsonaro!

Documento 65/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 28/10/2021-10:24
Publ.: DCD 10/29/2021 -	- JOENIA WAPICHANA-REDE -RR	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Servidor Público. Homenagem ao funcionalismo brasileiro, especialmente aos servidores do Estado de Roraima e aos professores indígenas. Saudações aos agentes indígenas de saúde. Apoio à luta de sindicatos e associações contra a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 23, de 2021, sobre a alteração do regime de pagamento de precatórios pela União; e da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. JOENIA WAPICHANA (REDE - RR. Sem revisão da oradora.)
- Sra. Presidente, obrigada. Parabéns pela Presidência neste Dia do Servidor, um momento tão importante para o Brasil!

Eu sempre imagino como seria o nosso País sem o serviço público, sem os servidores que prestam à grande maioria da população brasileira um serviço dedicado há anos, uma vida, muitas vezes, de geração em geração.

Nós vimos, neste momento de crise sanitária que o mundo todo atravessa, a importância dos serviços públicos, principalmente na área da saúde, da segurança pública, da educação. É do que nós precisamos. Nós precisamos não diminuir os direitos adquiridos, as garantias constitucionais, mas sim fortalecer a estrutura, os direitos que já existem, para que eles possam desenvolver as atividades da melhor forma possível.



Quero fazer minha referência e também prestar minha homenagem e minha solidariedade a todos os servidores públicos do meu Estado de Roraima, principalmente os servidores públicos indígenas. Hoje, mais de 22 mil professores indígenas, Deputado Airton Faleiro, atuam diariamente nas comunidades indígenas, muitas vezes, aguardando ainda que o Estado regularize sua situação com concurso público, com a garantia dos direitos constitucionais. Muitas vezes, os professores públicos assumem a própria direção da escola, a gestão da escola. O professor que dá aula é o mesmo que limpa a escola, é o mesmo que faz a merenda escolar. Muitas vezes, é o mesmo que transporta alunos que moram longe e vivenciam muitas condições precárias.

Minha homenagem àquele professor que, muitas, vezes não tem o espaço para dar aula. Ele dá aula, em muitas escolas indígenas, com o teto caindo na cabeça das crianças, com muitas goteiras quando chove, principalmente na Amazônia, que não tem estrutura. Muitas vezes, carrega no ombro ou na cabeça, quando chove, atravessando igarapés, quando transbordam, o material escolar para as crianças, para que elas não fiquem fora dessa educação.

Quero homenagear os agentes indígenas de saúde e os agentes de saneamento básico que estão aguardando desta Casa a regularização da sua categoria. Já pedi muitas vezes aqui prioridade à Presidência para que os Parlamentares assinem o projeto lei, de minha autoria, que regulamenta essa profissão. Mas, até o momento, ainda não teve a oportunidade, Deputado Bira, de chegar aqui esta prioridade que as comunidades indígenas estão aguardando.

Quero homenagear as pessoas que estão no dia a dia nas comunidades, que fazem serviço público. São servidores públicos da FUNAI, do IBAMA, do ICMBio; os brigadistas indígenas que colocam a sua vida em risco para apagar o fogo, muitas vezes, nas florestas. Somente os indígenas têm conhecimento da área.

Quero homenagear aqueles estão nos nossos gabinetes - a minha equipe, aqui, no gabinete 231, a maioria indígena, os que conseguiram na trajetória ter um espaço de representação. Quero homenagear os afrodescendentes. O movimento negro sempre luta pela cota também, porque é difícil assumir um posicionamento se não houver um tratamento de políticas públicas específicas. Quero homenagear os professores, os funcionários. Nós precisamos investir nessa estrutura.

Minha solidariedade àqueles que deram a sua vida nesta pandemia, perderam familiares, ficaram muitas vezes isolados para poder atender à população brasileira.

É necessário esse reconhecimento. É necessário esse investimento. É necessária essa proteção do Estado brasileiro, por meio de uma

política pública de Estado, não por posicionamentos de Governo. Aham que estão fazendo o melhor, mas, no fim das contas, só fazem retroceder todas as conquistas.

Minha solidariedade a todos os sindicatos que nós temos visto esses últimos dias, a associações de profissionais que têm se manifestado contra a PEC 32, a associações de profissionais têm se manifestado contra a PEC 23, que pode tirar recursos da educação, a profissionais que planejam o melhor para o Brasil.

É necessário fazermos essa análise, neste dia, para avançarmos no sentido de proteger e valorizar o que nós temos de serviço público.

Por fim, Sra. Presidente, gostaria que essa referência aqui aos servidores públicos fosse publicada no programa *A Voz do Brasil*, para que nós possamos visualizar que existem os profissionais indígenas também.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 66/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 28/10/2021-10:28
Publ.: DCD 10/29/2021 -	ELI BORGES-SOLIDARIEDAD -TO	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Inexistência de processos judiciais contra o orador por prática de improbidade administrativa. Importância da harmonia e independência entre os Poderes da República. Elogio ao Presidente Arthur Lira. Posicionamento do orador contrário à prisão do Deputado Daniel Silveira, determinada por Ministro do Supremo Tribunal Federal. Homenagem aos servidores públicos. Defesa de rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. ELI BORGES (SOLIDARIEDADE - TO. Sem revisão do orador.)
- Sra. Presidente, inicialmente eu quero ponderar sobre a verbalização do meu querido Deputado Otoni de Paula.

Eu tenho, meu querido Deputado, oito mandatos adquiridos, e duas vertentes fortes nas minhas movimentações. Primeira, eu não carrego no meu currículo processos por improbidade administrativa - com oito

mandatos.

E a segunda vertente, Sra. Presidente, é uma frase que aprendi quando estava no Banco do Brasil, lá em Colinas do Tocantins: "*Não se chuta os pés na canoa que ajudou a atravessar o rio*".

Por essa razão, eu fiz da minha caminhada também uma perpetuação de relacionamento com aqueles que, ao longo do trajeto, demonstraram fidelidade à minha caminhada política.

Dentro dessa visão, Pastor Otoni, eu venho seguindo, agora aos 61 anos de idade. Comecei com 30 anos de idade. Glorifico Deus por isso. Quero continuar com estas máximas na caminhada: isenção como homem público e pleno exercício de gratidão por aqueles que caminham comigo.

Sra. Presidente, o ordenamento jurídico brasileiro, sobretudo a nossa Carta Magna, tem no seu esqueleto, no art. 2º, a seguinte expressão: "*São Poderes da União, independentes e harmônicos entre si, o Legislativo, o Executivo e o Judiciário*".

Dentro dessa visão, nós temos a percepção de que o Executivo é o Poder que executa, e, *a priori*, é o Poder que detém o orçamento, com pequenos pedaços para os outros Poderes. Existe o Poder Judiciário, que é o Poder que faz cumprir as leis que nós votamos aqui. E há o Poder Legislativo, que é o Poder que legisla e tem na sua força a tribuna, dentro da visão do art. 53: "*Os Deputados e Senadores são invioláveis, civil e penalmente, por quaisquer de suas opiniões, palavras e votos*".

Oi, Supremo Tribunal Federal! A democracia que se consolida neste Brasil requer a existência de um Poder cujos representantes possam ter essa liberdade para questionar ações do próprio Legislativo, do Executivo e do Judiciário, na sua liberdade de opiniões, palavras e votos.

Dentro dessa visão, Sra. Presidente, eu quero parabenizar o Presidente Arthur Lira. Eu já vi esta Casa ser invadida por policiais, por determinação de outro Poder, quando esta é uma instância que tem que ser protegida. Aguardava com ansiedade que ele tivesse uma postura como a que teve ontem.

Mantendo essa visão da nossa Constituição, tive a grandeza de votar contra a prisão do nosso colega Daniel Silveira. Entendi que ele exerceu o seu direito constitucional de, na medida em que tinha a percepção do momento que o País estava atravessando, exercitar sua liberdade de opinião, de palavras e de votos aqui.

Portanto, quero crer que a história de Daniel Silveira será marcada neste País como um momento infeliz do Supremo Tribunal Federal, mas também como um momento infeliz do Poder Legislativo, da Câmara Federal. Aqueles que votaram contra o Daniel Silveira prestaram um desserviço à democracia. E não se esqueçam de que, se nós não valorizarmos a força democrática, ontem foi o Daniel Silveira, amanhã pode ser qualquer um de nós, ou, de outra forma, esta expressão forte da tribuna aqui, de opiniões, palavras e votos, vai enfraquecendo, e a democracia vai perdendo com isto.

Sra. Presidente, registro aqui a minha gratidão a V.Exa. Eu pediria só 30 segundos, para que eu não precise voltar à tribuna, para homenagear os servidores públicos do Brasil, aqueles que têm uma rotina em que, durante o dia todo, e muitos durante a noite, se esforçam, cada um nos seus respectivos órgãos, para atender os brasileiros. Quero que recebam o abraço do Deputado Federal Eli Borges, quero que recebam o meu respeito, e registro uma prova desse respeito quando me posiciono contra a PEC 32.

Muito obrigado, Sra. Presidente.

Documento 67/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/10/2021-10:40
Publ.: DCD 10/29/2021 -	- AIRTON FALEIRO-PT -PA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Aprovação pela Casa do Projeto de Lei nº 1.374, de 2021, sobre a instituição do auxílio gás social. Transcurso do Dia do Servidor Público. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. AIRTON FALEIRO (PT - PA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidenta, quero cumprimentá-la, cumprimentar meus pares e os nossos telespectadores.

Eu escutava aqui o pronunciamento do Deputado Reginaldo, nosso mineiro, que trouxe um assunto de relevância para as pessoas entenderem o porquê do exagero dos preços do gás e do combustível.

S.Exa. tem toda razão. É o rentismo que está mandando na economia

do País. Não é mais o Estado que dá as regras do jogo.

Mas é bom dizer que foi aprovado ontem um projeto de lei de iniciativa da nossa bancada, com o apoio majoritário deste Congresso, da Câmara e do Senado, que reduz o valor do gás em 50%, ou seja, é um vale-gás para as pessoas, as famílias com renda baixa. Tomara que o Presidente da República não vete!

Sra. Presidenta, quero falar sobre o Dia do Servidor Público e da servidora pública. Esta data ocorre num momento em que devemos exaltar o papel do servidor e da servidora pública e o papel do Estado brasileiro como fornecedor dos serviços públicos básicos para o desenvolvimento da sociedade. Por outro lado, a data ocorre também num momento em que há um projeto de emenda constitucional, a PEC 32, que ameaça não só a autonomia dos servidores públicos, mas também os serviços públicos, tirando a capacidade de termos um Estado de proteção social.

Eu gostaria de chamar a atenção para uma reflexão. Sinceramente, o nosso País está num momento em que as pessoas precisam, mais ainda do que ontem, do serviço público. Deputado Reginaldo, Deputada Professora Rosa Neide, Deputado Bira do Pindaré, nas pessoas de V.Exas., chamo a atenção desta Casa, porque os servidores públicos não esperam do Governo outra atitude que não seja a destruição do serviço público e dos servidores. Eles recorrem a nós. Cabe a nós...

Hoje tinha que ser um dia que marcasse para os servidores públicos o "não" do Poder Legislativo brasileiro à PEC 32. Como diminuir a capacidade de um Estado de proteção social diante de tantas famílias, tantas pessoas desempregadas? Como diminuir a capacidade de um Estado de proteção social diante de tantas pessoas passando fome? E aí vem a história do rentismo de novo. Essa política de perseguição ao servidor público, de perseguição ao serviço público, é para que esses serviços migrem para a iniciativa privada.

Eu fico pensando: diante desta crise econômica provocada por essa política econômica errada do Governo Bolsonaro, as pessoas vão recorrer ao serviço público. Elas, na sua grande maioria, não têm capacidade de pagar, mas são as que mais precisam recorrer à iniciativa privada.

Quero, então, Sra. Presidenta, além de parabenizar os servidores públicos e as servidoras públicas pelo seu dia, parabenizá-los também pela mobilização social que estão fazendo. Estão acampados aqui em Brasília, estão mobilizados nos Estados, nos Municípios, porque esperam uma reação deste Congresso. Este Congresso tem que ter coragem de dizer "não" à PEC, porque é mentira que ela vai melhorar a

vida do País. A reforma da Previdência não melhorou, a reforma trabalhista não melhorou, e esta reforma também não vai melhorar.

Sra. Presidenta, peço, por favor, que o meu pronunciamento seja divulgado no programa *A Voz do Brasil* e nos meios de comunicação desta Casa.

Obrigado.

Documento 68/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 28/10/2021-10:48
Publ.: DCD 10/29/2021 -	BIRA DO PINDARÉ-PSB -MA	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Servidor Público. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Aumento da fortuna do Ministro da Economia, Paulo Guedes, com aplicações financeiras em paraísos fiscais. Crise econômica brasileira. Elevação dos índices inflacionários e dos preços de alimentos, do gás de cozinha e de combustíveis no País.

O SR. BIRA DO PINDARÉ (PSB - MA. Sem revisão do orador.) -
Muito obrigado, Presidente Rosangela.

Sras. e Srs. Parlamentares, Sra. Presidente, eu queria fazer referência ao Dia do Servidor Público. Os servidores e as servidoras públicas comemoram hoje, 28 de outubro, o seu dia.

Esta data não poderia passar sem que eu trouxesse, mais uma vez, um tema que nós precisamos enfrentar: a Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, a PEC da Reforma Administrativa, a PEC da destruição dos serviços públicos do País. Nós queremos aqui reafirmar a nossa posição contrária a essa PEC.

Lembro que o Paulo Guedes, Ministro do Bolsonaro, muito antes de trazer essa proposta a esta Casa, dizia, Deputado Elias Vaz, que ia colocar uma granada no bolso dos servidores - e colocou: a PEC 32. Chamou os servidores públicos de parasitas, mas, depois, nós descobrimos que o verdadeiro parasita é ele próprio, que tem dinheiro em paraíso fiscal, em *offshore*, enriquecendo-se com a política



econômica que ele comanda. Cada vez que o dólar aumenta, o Paulo Guedes fica mais rico, fica mais milionário, porque o dinheiro dele não está aqui no Brasil, está em paraíso fiscal, enquanto o povo brasileiro, os servidores públicos, a política econômica do País vivem este inferno fiscal, por absoluta escassez de recursos.

A economia está destruída, está completamente destruída. A inflação está aí. Pensávamos que a inflação era coisa do passado. Os mais jovens nem sabiam o que era inflação.

E, hoje, a inflação está na casa dos dois dígitos. O feijão está custando o olho da cara. O arroz ninguém mais consegue comprar. O gás de cozinha está sendo trocado pelo fogareiro. E a gasolina? Cadê as panelas, que tanta gente batia quando a gasolina chegava aos 4 reais? Agora está custando 7 reais! Essa é a realidade nua e crua, hoje, do nosso País.

E aí eles trazem essa proposta para cá, trazem essa proposição para discussão na Casa do Parlamento brasileiro. O que significa a PEC 32? Significa o fim do concurso público, significa o fim das carreiras públicas, significa terceirizar, precarizar, privatizar todo o serviço público em nosso País. É a destruição completa do serviço público. E quem sai perdendo com isso não são apenas os servidores, mas toda a sociedade brasileira, sobretudo aqueles que mais precisam, que dependem da educação pública, que dependem da saúde pública, que dependem das políticas de assistência social. É o povo brasileiro que vai sair perdendo com essa PEC 32.

Por isso, eu digo aqui para V.Exas. mais uma vez: não adianta nenhum Deputado vir hoje para esta tribuna bater palma, pedir aplauso para servidor público pelo Dia do Servidor Público - não adianta. O que nós queremos é que os Deputados votem contra a PEC 32. Nós temos que derrotar essa proposta neste plenário e inviabilizar completamente essa tentativa de destruição do serviço público no Brasil. É essa a melhor forma de homenagear os servidores públicos, que hoje estão se mobilizando no Brasil inteiro, se manifestando contra essa perversidade que é a PEC 32, por tudo que ela representa de destruição.

E o pior é que ela não resolve os nossos problemas. Os nossos verdadeiros problemas estão hoje aí. Todo mundo está enfrentando o desemprego, a fome, a miséria. Esses são os problemas que nós temos para enfrentar. E a PEC 32/20 não resolve nada disso; pelo contrário, só piora ainda mais a situação da população brasileira.

Portanto, eu conclamo esta Casa para que nós possamos nos unir e garantir a derrota dessa proposta. A PEC 32 já foi aprovada na Comissão, mas até agora não veio a plenário, porque eles não têm

voto suficiente para aprová-la nesta Casa.

É por isso que nós temos que insistir na nossa mobilização, nas nossas lutas. Eu tenho muita confiança de que nós seremos capazes de derrotar esse projeto e inviabilizar completamente essa tentativa de destruição dos serviços públicos em nosso País.

Portanto, eu, hoje, nesta data, quero homenagear os servidores e as servidoras públicas com esta declaração, com a reafirmação do meu voto contra a PEC 32 e, se Deus quiser, com a nossa vitória no plenário desta Casa, enterrando de vez esse projeto de destruição do serviço público no Brasil.

Muito obrigado, Presidente.

Documento 69/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/10/2021-10:52
Publ.: DCD 10/29/2021 -	JONES MOURA-PSD -RJ		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Servidor Público. Congelamento salarial e retirada de direitos da categoria. Repúdio às proposições prejudiciais ao funcionalismo.

O SR. JONES MOURA (PSD - RJ. Sem revisão do orador.) - Presidente, nós queremos enfatizar que hoje é o Dia do Servidor Público. Eu digo isso porque sou, há 25 anos, servidor público concursado da Guarda Municipal da minha Capital, o Rio de Janeiro.

E, como servidor público, eu quero, neste plenário, parabenizar os servidores públicos pelo seu dia, mas também colocar que os servidores públicos talvez estejam vivendo um dos maiores infernos que já viveram em toda a sua trajetória, em toda a sua vida.

Os servidores públicos são aqueles que estabilizam as instituições públicas, que defendem verdadeiramente a sociedade, e não os políticos que por ali passam. São os servidores públicos que defendem aquele paciente que precisa dos hospitais, aquele aluno que precisa das escolas, aquela vítima da violência que precisa da ação policial. São os servidores públicos, Presidente.



Os servidores públicos, no seu dia a dia, em vez de encontrar valorização por parte de Prefeitos, de Governadores e da Presidência da República, em vez de encontrar valorização e reconhecimento, em vez de encontrar ressarcimento de muitas coisas que lhes foram tiradas, têm encontrado congelamento, paralisação salarial, defasagem. Os servidores públicos têm encontrado, na verdade, tentativas e iniciativas para que o serviço público seja substituído pela terceirização privada, seja substituído pelo apadrinhado político.

Presidente, hoje eu subo a esta tribuna e falo com emoção não só porque sou servidor público licenciado para o mandato, mas também porque mamãe é professora, minha irmã é professora, meu irmão é professor, meu outro irmão trabalhou na Guarda Municipal, como eu. A minha família toda é de servidores.

Com certeza, nobres Parlamentares, nas suas famílias há muitos que são servidores. Se nós fomos intelectualizados, preparados, forjados, moldados para estar aqui, foi porque passamos pelas mãos dos professores, foi porque, diante da violência das nossas cidades, sobrevivemos e estamos aqui, foi porque, no momento das nossas doenças, fomos curados.

Os servidores fazem parte das nossas vidas, mas não estão sendo lembrados, não, Presidente. Nós precisamos ressarcir-los. Chega da PEC 186! Chega de reforma da Previdência! Chega de reforma administrativa, da PEC 32! Chega da Lei Complementar nº 173! Chega de proposituras que, na verdade, têm afundado, destruído, desmotivado, acabado com os servidores públicos da nossa Nação!

Presidente, eu deveria ter começado o meu discurso tão alegre, feliz: *"Sou servidor. É nosso dia. Comemoremos"*. Comemorar o quê, Presidente?

Eu quero, Presidente, já de antemão, lhe pedir que, ao estourar meu tempo, me dê mais 30 segundos, porque eu preciso exaurir esta fala ao máximo, dizendo aos servidores o seguinte: vocês são os verdadeiros "vossas excelências"; vocês são aqueles que protegem a nossa sociedade, amparam os nossos filhos, curam as nossas doenças; são vocês que mantêm verdadeiramente as instituições, denunciando as roubalheiras, que muita das vezes sobrevivem do apadrinhado político.

Eu quero concluir mandando um recado do Congresso para todos os servidores públicos. Há uma palavra que se encaixa bem nos servidores públicos neste dia: resistência. Resistam! Resistam por esta Nação, resistam pelos nossos filhos. Aqui há políticos que vão defendê-los até o fim. Resiliência!

128.2021

Sessão
Extraordinária - CD

Deliberativa 28/10/2021-11:08

Publ.: DCD
10/29/2021 -

PAULÃO-PT -AL

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS BREVES COMUNICAÇÕES

BREVES
COMUNICAÇÕES
DISCURSO

Sumário

Saudações aos servidores públicos. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Protesto contra o atraso no pagamento salarial dos servidores do Hospital Veredas comandado por aliados do Presidente Arthur Lira, em Maceió, Estado de Alagoas.

O SR. PAULÃO (PT - AL. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, colegas Parlamentares, hoje eu gostaria de reverenciar todos os servidores públicos do Brasil, no plano municipal, no plano estadual e federal; a importância do serviço público para o Brasil. Infelizmente, esse Governo genocida, aliado com o Presidente da Câmara, tenta a qualquer custo colocar a PEC 32; quer eleger os servidores públicos como inimigo; fazer um desmonte das políticas públicas, principalmente de políticas públicas que atendem a população mais pobre. Esta Casa vem fazendo a resistência. E eu tenho fé de que a PEC 32 não passará, porque é um desserviço ao povo brasileiro.

Sra. Presidente, hoje em Maceió existe um hospital chamado Hospital Veredas. Esse hospital tem em sua articulação diretores comandados pelo Deputado Arthur Lira, que recebeu milhões de recursos do Governo Federal. Repaginou todo o hospital, do ponto de vista de infraestrutura e equipamentos, mas os servidores estão sem receber seu salário. Infelizmente, os grandes meios de comunicação não dão destaque, a exemplo de Fernando Collor de Melo, que é Senador, hoje aliado de carteirinha de Bolsonaro e é dono dos principais meios de comunicação. E proibem...

Sra. Presidente, há 3 meses os servidores não recebem salário. O comando do hospital é do Deputado Arthur Lira. Isso é muito grave. Isso é um presente que ele dá para o serviço público. Por isso, neste dia 28, a bancada do PT e vários partidos, extrapolando partidos da Oposição, compreendem que esta matéria, a PEC 32, é um desserviço; é um ataque ao serviço público; é eleger os servidores como inimigos; é desmontar as políticas públicas; e prejudicar a população mais pobre.

Tenho certeza de que esta Casa fará resistência.

Gostaria, Sra. Presidente, se possível, que este pronunciamento fosse divulgado pelos meios de comunicação.

Muito obrigado pela abertura do tempo e do espaço.

Documento 71/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa 28/10/2021-11:12
Publ.: DCD 10/29/2021 -	PROFESSORA ROSA NEIDE-PT -MT	
CÂMARA DEPUTADOS	DOS BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Servidor Público. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Realização da 26ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas - COP 26, em Glasgow, Escócia. Repúdio à política ambiental do Governo Jair Bolsonaro.

A SRA. PROFESSORA ROSA NEIDE (PT - MT. Sem revisão da oradora.) - Sra. Presidente, Srs. Deputados e Deputadas aqui presentes, todos e todas que nos acompanham nesta sessão, no período de Breves Comunicações, quero dizer que hoje, Dia do Servidor Público, é um dia especial, inclusive para a Deputada Federal Professora Rosa Neide, que é servidora pública do Estado de Mato Grosso há 40 anos. Sei o quanto o serviço público no Brasil garante políticas públicas para todos e todas. Portanto, homenagear aqueles e aquelas que, lá na ponta, entregam o serviço público que o Brasil precisa para o seu povo é fundamental.

Também gostaria de dizer, neste momento, que esta seria uma data importante para o Presidente da República retirar a PEC 32/20 de tramitação nesta Casa ou para os Deputados que ainda não se decidiram dizerem publicamente à população brasileira que esta PEC constrange o serviço público no Brasil, constrange o Estado brasileiro, diz ao povo que o povo não precisa de serviço público de qualidade. Ele é mais eficiente, tem garantia, atende a todos e todas sem discriminação e não tem apego partidário, político ou eleitoral. O servidor público é aquele que, independente de quem está no governo de plantão, está à disposição da sociedade para prestar o serviço. Então, tirar do servidor público, da servidora pública o direito da prática

dos bons serviços é realmente destruir aquilo que construímos historicamente no País.

Como professora, sei o que significa termos carreira, termos concurso, termos quadros bem formados e qualificados para fazer a educação que o nosso povo merece. Assim é na saúde, na segurança pública, em todos os espaços do serviço público do Brasil.

Portanto, Sra. Presidente, acho que esta Casa deve se debruçar sobre essa questão, para que os Deputados e Deputadas que ainda não se pronunciaram possam dizer à Nação brasileira que não continuarão defendendo esse modelo previsto na PEC 32.

Por último, quero dizer também que o Brasil estará acompanhando, muito de perto, a COP, que começa na próxima semana. No mês de novembro, o mundo, com certeza, vai pensar nas mudanças climáticas. Nesse sentido, o Brasil, que já teve muito a mostrar como protagonista, neste momento tem dificuldade de dizer algo. Há muito discurso: "*Não estamos desmatando. Não estamos deixando a boa legislação que temos na gaveta*". Mas, na prática, o Brasil precisa ser olhado pelo mundo, ser chacoalhado, porque não podemos deixar que a destruição seja política pública, como é o caso desse Governo.

Muito obrigada, Sra. Presidente.

Documento 72/79

128.2021	Sessão Extraordinária - CD	Deliberativa	28/10/2021-11:16
Publ.: DCD 10/29/2021 -	AFONSO FLORENCE-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS	BREVES COMUNICAÇÕES	BREVES COMUNICAÇÕES DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Servidor Público. Saudações ao funcionalismo brasileiro. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. Deputadas, Srs. Deputados, eu queria pedir a divulgação, nos Anais da Casa e no programa *A Voz do Brasil*, do meu pronunciamento neste Dia da Servidora e do Servidor, do serviço público brasileiro, um dia de comemoração, de celebração.

Quero parabenizar todas as servidoras, todos os servidores, nos três níveis federados, em todos os Poderes da República, pelo importante serviço que prestam para a sociedade brasileira em geral, inclusive no meu Estado, nos Municípios que eu frequento, e, em particular, no Município onde eu resido, Salvador.

Quero saudar a professora, o professor, o policial militar, o policial civil, o pessoal da saúde, os agentes comunitários, os agentes de endemia, o conjunto de servidoras e servidores. Quero saudar todo o ativismo político de servidoras e servidores.

Neste dia há grandes manifestações em todo o Brasil, inclusive aqui na Esplanada dos Ministérios na luta contra a PEC 32.

Essa é a PEC do desmonte, é a PEC do ataque aos direitos das trabalhadoras e dos trabalhadores e, mais do que isso: aos direitos do povo brasileiro. Trata-se de uma PEC que altera a Constituição Federal de 1988 naquilo que ela é fundamental: na responsabilização do Estado brasileiro, ou seja, do Governos Federal, estaduais e municipais e de outros Poderes, com a prestação e provimento de políticas públicas para todo o povo, em particular para o povo que mais precisa.

O chamado princípio da subsidiariedade é um escândalo, é um crime, é dizer que na saúde, na educação, nas outras áreas, primeiro, atuará o setor privado empresarial, visando o lucro, com o dinheiro da administração pública, repassado para esse setor empresarial. Somente depois haverá a atuação da administração pública. Isso é um escândalo! Além disso, é voltar ao período anterior à Constituição Federal de 1988, quando o ingresso no serviço público era feito através de apadrinhamento político e não através do concurso público.

Então, é um ataque ao povo brasileiro e também às carreiras do serviço público.

Presidente, gostaria de agradecer a V.Exa., que me permitiu o uso da palavra, e saudar a luta de servidoras e servidores públicos de todo o Brasil.

"Não" à PEC 32!

Documento 73/79

128.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-28/10/2021-
	CD	11:20
Publ.: DCD - 10/29/2021 -	PERPÉTUA ALMEIDA-PCDOB -AC	
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Orientação de bancada na votação do Projeto de Decreto Legislativo nº 934, de 2018, acerca da aprovação do texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Indonésia sobre Cooperação em Matéria de Defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 5 de abril de 2017. Transcurso do Dia do Servidor Público. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

A SRA. PERPÉTUA ALMEIDA (PCdoB - AC. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Muito obrigada, Sra. Presidente.

O PCdoB encaminha o voto "sim".

Aproveito para saudar a luta dos servidores públicos no Brasil neste dia. O Dia do Servidor, hoje, é um dia de muita luta para derrotar a PEC 32, que é a PEC da rachadinha, a PEC de uma tal reforma administrativa que desmonta o Estado brasileiro. Portanto, os servidores públicos do Brasil merecem do Plenário desta Casa que enterremos de vez a PEC 32. Esse é o melhor presente que nós podemos dar aos servidores públicos do Brasil.

Serviço público é para chegar à população. A população brasileira precisa do professor e da professora, do médico e da médica e de demais serviços sociais, como inclusive os plantões do INSS à disposição da população. Por isso, Sra. Presidente, o dia de hoje, o Dia do Servidor Público, é dia de dizer "não" à PEC 32 e saudar a força, a energia e a luta de todos os servidores públicos, que estão engajados no Brasil inteiro contra essa reforma administrativa nefasta, que prejudica o serviço público brasileiro.

Viva a luta dos servidores públicos contra a PEC 32!

Documento 74/79

128.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-28/10/2021- 11:20
Publ.: DCD - 10/29/2021 - LUIS MIRANDA-DEM -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Inclusão do irmão do orador Luis Ricardo Fernandes Miranda em programa de proteção a testemunhas, diante de ameaças recebidas pela apresentação de denúncia de corrupção na compra de vacina da Covid-19. Transcurso do Dia do Servidor Público. Homenagem ao funcionalismo brasileiro. Defesa de

rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, relativa à reforma administrativa.

O SR. LUIS MIRANDA (DEM - DF. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Obrigado, Presidente.

Nem sei por que vim aqui hoje, sendo bem sincero. Eu havia feito uma programação totalmente diferente. Vou tirar a máscara para conseguir falar com clareza. Preparei uma placa para homenagear todos os funcionários públicos do nosso País. Quando fiz essa placa - vou aqui ler o que nela consta -, era para entregá-la ao meu irmão. Na minha visão, ele é o representante de vários funcionários públicos deste País que querem fazer o certo e são impedidos porque, às vezes, o sistema é injusto, é corrupto, é mau-caráter, é lesivo.

Se não fossem os bons funcionários públicos deste País, os honestos funcionários públicos deste País, o Brasil estaria numa situação muito pior e a vida dos brasileiros estaria muito pior.

Não é um político que vai resolver a sua vida. Nós lhe representamos, representamos a sua vontade, representamos a vontade de todo cidadão de bem, mas quem está na ponta executando, quem está lutando para poder entregar os serviços, quem está vacinando a população, quem está na rua combatendo a criminalidade é o servidor público, o policial, o médico, o enfermeiro, o professor que está nas escolas educando seus filhos.

Mas por que eu estou emocionado? Porque eu entrei em contato com meu irmão para tentar entregar em mãos esta homenagem - eu queria fazer um vídeo com ele -, e ele não pôde me ver, porque está no programa de proteção a testemunhas, porque tentou ajudar o Presidente da República a não se envolver com algo inacreditável como a corrupção da vacina. Eu não posso ver o meu irmão. Eu não posso mais ter minha família do meu lado, porque ele teve que aderir a um programa de proteção a testemunhas, porque estavam ameaçando a sua vida e a vida da sua família por ter ido ao Presidente levar uma informação que era de suma importância para qualquer líder que leva a vida da sua população a sério. Ao contrário de levar a sério, ele não só se omitiu de falar que nós fomos lá para ajudá-lo, como criou uma onda contra nós, como se nós estivéssemos tentando fazer algo mau. Hoje, a CGU confirma que os documentos foram falsificados. Eram falsas as assinaturas.

Está aí, para todo mundo ver, que, a todo momento, nós só fizemos aquilo que tinha que ser feito, como qualquer Parlamentar honesto faria, como qualquer Parlamentar que foi eleito para defender o direito do povo. Em se sabendo de algo errado, denuncia-se. Denunciou à

Polícia Federal, denunciou para o Presidente da República, deu depoimento ao Ministério Público Federal. Conseguimos impedir o rombo de 1,6 bilhão de reais neste País e talvez tenhamos imobilizado um esquema que já era há muito tempo duradouro, porque não era a primeira vez - e certamente não seria a última - que esse grupo econômico lesava os cofres públicos.

Nós não atacamos o Presidente. Nós tentamos ajudar, mas hoje eu não posso ter meu irmão aqui, recebendo esta homenagem em nome de todos servidores públicos, porque ele está no programa de proteção a testemunhas. É inacreditável como às vezes fazer o certo custa caro.

Eu quero ler para você, servidor público. Nunca baixe a cabeça. Não tenha medo dessas ameaças. Você não é parasita. Parasita é aquele cara que está ganhando dinheiro com o dólar lá fora e desvalorizando a nossa moeda para poder ter ganhos no seu fundo, na sua *offshore* lá fora. Ele é um parasita que está ganhando sem trabalhar. Você trabalha todos os dias duramente, servidor público.

E aqui eu vos digo, a todos os servidores públicos do Brasil, aqui representados pelo Ilmo. Sr. Luis Ricardo Fernandes Miranda, que não pode estar aqui: nossos sinceros agradecimentos, em nome do povo brasileiro, por honrar o cargo de servidor público, por não se calar diante de pressões e salvar o Brasil de pessoas inescrupulosas, além de evitar um prejuízo de 1,6 bilhão de reais. Receba esta justa homenagem.

Parabéns a todos os servidores públicos que, assim como Luis Ricardo Fernandes Miranda, amam e defendem verdadeiramente o Brasil.

28 de outubro de 2021

Dia do Servidor Público

Eu estou como servidor público. Na função de Deputado Federal, eu estou como Deputado Federal, eu estou como servidor público e parablenizo todos vocês, eu, Deputado Luis Miranda.

Parabenizo todos aqueles que estão agora trabalhando nos computadores desta Casa, nas câmeras, nesta Mesa, cuidando da nossa segurança, o servidor que serve o cafezinho, o pessoal que cuida da nossa saúde. São servidores públicos que estão aqui dentro desta Casa e fazem a máquina funcionar. Parablenizo todos os assessores legislativos, todos os policiais deste País, médicos, professores, bombeiros.

Tenho certeza absoluta de que a PEC 32 não vai passar, porque ela não quer corrigir o sistema administrativo deste País. Ela não vai

passar, porque as pessoas honestas já entenderam que ela vai flexibilizar a corrupção e vai achacar ainda mais funcionários de bem que não compactuam com isso.

Então, o meu "não" à PEC 32 não é pela intenção dela, mas pelas consequências dela. Nós não podemos permitir isso no nosso País. Precisamos de um País de pessoas honestas, pessoas trabalhadoras, mas que valorizem quem está na ponta, cuidando do povo brasileiro. Quem está na ponta sempre foi e sempre será o servidor público.

Com todo o respeito às outras profissões, com todo o respeito aos empresários, aos funcionários do setor privado, quando vocês precisam de um título de eleitor, quando vocês precisam de uma certidão, quando vocês precisam de um documento, quando vocês vão ao SUS, quando vocês mandam seus filhos à escola pública, é um funcionário público que está lá cuidando de vocês, podem ter certeza disso.

Então, neste dia, eu quero me colocar aqui como um guerreiro ferrenho em defesa do funcionário público.

Obrigado, Presidente, pela oportunidade.

Documento 75/79

128.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária	-28/10/2021-
	CD	11:28
Publ.: DCD - 10/29/2021 - TALÍRIA PETRONE-PSOL -RJ		
CÂMARA	DOS	PELA ORDEM
DEPUTADOS	ORDEM DO DIA	DISCURSO

Sumário

Transcurso do Dia do Servidor Público. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

A SRA. TALÍRIA PETRONE (PSOL - RJ. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Pode sim, mas me permita 1 minuto, Presidente, rapidamente.

Que neste Dia da Servidora e do Servidor Público esta Casa possa definitivamente enterrar a PEC 32. Eu não consigo imaginar o que é a vida neste Brasil tão desigual sem os serviços públicos brasileiros, sem o SUS, sem o postinho de saúde lá do interior, sem a creche pública. À frente disso, estão as enfermeiras, as técnicas de enfermagem, as professoras, as merendeiras.

Quem usa o serviço público são os trabalhadores e trabalhadoras mais precarizados, Deputada Rosangela. Estamos falando da Baixada, do nosso Estado. Estamos falando do porteiro, da trabalhadora doméstica, da mãe solo que vai precisar da creche pública.

Então, a PEC 32 destrói os serviços públicos, e nós precisamos enterrá-la. Isso é valorizar não só a servidora e o servidor público, mas também fazer o serviço público chegar aos mais precarizados.

Documento 76/79

128.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/10/2021- CD	11:52
Publ.: DCD - 10/29/2021 - SÂMIA BOMFIM-PSOL -SP		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Retorno da oradora à Casa após o período de licença-maternidade. Transcurso do Dia do Servidor Público. Contrariedade à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Apoio à luta dos servidores públicos de São Paulo contra a reforma previdenciária. Anúncio de apresentação, pelo PSOL, de ação judicial contra o reajuste salarial do secretariado municipal de São Paulo.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP. Como Líder. Sem revisão da oradora.) - Obrigada, Presidente. Bom dia a todas e a todos.

Quero cumprimentar a minha Líder Talíria Petrone, pela concessão do tempo, todas as demais Deputadas e todos os Deputados presentes.

Depois de 4 meses de licença-maternidade, retomo os trabalhos aqui na Câmara dos Deputados. Quero cumprimentar todos e também mencionar uma conquista que nós tivemos neste período: o direito de constar "licença-maternidade" no painel da Câmara quando nós, de fato, nela estivermos. Antes, infelizmente, havia um equívoco, constava algo como uma ausência das Parlamentares que tinham acabado de dar à luz, o que desconsiderava a nossa situação de fato, o nosso direito de sermos mães e de prestarmos transparência para a população. Então, mudar isso foi uma conquista importante. Quero agradecer o fato de a Mesa ter aceitado esse pedido e também agradecer à bancada feminina.

Hoje é um dia importante para a sociedade brasileira, porque é o Dia do Servidor Público. Os servidores públicos são fundamentais para o funcionamento do País e para o atendimento da população, em

especial da população mais pobre e mais vulnerável. Quero cumprimentar todos os servidores que trabalham aqui na Câmara dos Deputados, todos os servidores e todas as servidoras do País e registrar, mais uma vez, o nosso compromisso de luta contra a PEC 32.

A PEC 32 é uma atrocidade contra esses trabalhadores quando propõe, por exemplo, acabar com a estabilidade, algo que é fundamental para a transparência, para o bom atendimento dos serviços públicos; também quando visa a substituir esses servidores de carreira, que estudaram, que se dedicam, que têm a memória e a história do serviço público, por indicações; e mesmo quando há a possibilidade de se abrir mão de uma empresa pública, de um cargo, para que seja substituído por aquele que diretamente faria a indicação.

Isso é muito ruim para o funcionamento dos serviços públicos e para aqueles que há tanto tempo dedicam as suas vidas para atender a população, que são os que garantem a qualidade no atendimento, apesar dos desmandos e dos corte orçamentários que os diferentes governos de plantão infelizmente implementam nos serviços públicos, em especial a partir da aprovação da PEC 95 aqui no Congresso Nacional.

Também gostaria de fazer uma menção às servidoras e aos servidores da cidade de São Paulo, que estão numa mobilização muito forte contra o segundo SAMPAPREV, que é uma nova reforma da Previdência.

Em 2018, houve uma luta fundamental. Eu era Vereadora da cidade na época. Nós e os servidores, num primeiro momento, conseguimos barrar o SAMPAPREV, que infelizmente foi aprovado numa segunda rodada. Mas aquela memória, a história de luta, de combatividade e de organização segue no DNA da categoria. E semanalmente, quase que diariamente, os servidores fazem protestos em frente à Câmara e dão um recado para os Vereadores ali presentes, principalmente para aqueles que são da base do Governo.

À época, nós dizíamos: "*O SAMPAPREV não vai sanar eventuais problemas na previdência pública municipal*". Primeiro, nunca apresentam os dados; quando eles os apresentam, não há nenhum tipo de transparência, e as empresas que fazem e apresentam esses dados não são confiáveis, como também acontece desta vez. Mas diziam que a reforma iria solucionar todos os problemas. E agora, 3 anos depois, novamente fazem esse massacre contra os servidores.

Querem confiscar os salários daqueles que ganham muito pouco, inclusive salários de aposentados. Querem instituir um regime de capitalização. E o pior: ainda dizem que o Prefeito, a qualquer momento, pode novamente aumentar a alíquota sem isso sequer

passar pela Câmara de Vereadores. É óbvio que os servidores estão mobilizados e organizados.

Pasmem: há poucos dias, a Câmara aprovou o reajuste dos salários dos Secretários e dos indicados pelo Prefeito Ricardo Nunes. Que contradição! Não há dinheiro para o servidor de carreira, mas há dinheiro para os amigos do Prefeito e para os seus Secretários?

Nós do PSOL vamos judicializar essa atrocidade que foi feita, até porque foi aprovada, infelizmente, neste Congresso, a PEC Emergencial, que impede que se dê reajuste salarial para os servidores neste período da pandemia, e essa regra também vale para amigos, para aqueles que são indicados, para os comissionados. Por isso, nós não vamos permitir que eles sigam adiante. Massacram os servidores de carreira e dão benesses para os seus colegas, para os seus apadrinhados, e isso nós não vamos permitir.

Quero saudar mais uma vez esses servidores que estão em luta e todos aqueles nas diferentes cidades do Estado de São Paulo. Existe o CAMPREV, em Campinas, que infelizmente também está acontecendo, que traz a mesma proposta de massacre, de confisco salarial, de capitalização. Essa é uma luta fundamental.

A pandemia demonstrou a importância dos serviços públicos e dos servidores. Não é possível que, depois de tanta dedicação, seja essa a resposta que os diferentes governos vão dar para os servidores e para o conjunto da população brasileira, em especial para os mais pobres e vulneráveis, que são aqueles que dependem dos serviços públicos, na ponta dos quais estão esses trabalhadores fundamentais e essenciais.

Estamos juntos!

Muito obrigada, Presidente.

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Obrigada, Deputada Sâmia. Seja bem-vinda.

A SRA. SÂMIA BOMFIM (PSOL - SP) - Obrigada, querida.

Documento 77/79

128.2021

Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/10/2021-
CD 13:00

Publ.: DCD - 10/29/2021 - SUBTENENTE GONZAGA-PDT -MG

CÂMARA
DEPUTADOS

DOS
ORDEM DO DIA

DISCUSSÃO
DISCURSO



Sumário

Transcurso do Dia do Servidor Público. Posicionamento do orador contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Discussão do Projeto de Lei nº 11.276, de 2018, sobre a instituição da Política Nacional de Manejo Integrado do Fogo. Agradecimento à Relatora Professora Rosa Neide pelo acatamento de emendas apresentadas à proposição. Anúncio de realização, pela Casa, de sessão solene em homenagem aos bombeiros militares participantes na operação de resgate das vítimas da tragédia socioambiental ocorrida no Município de Brumadinho, Estado de Minas Gerais.

O SR. SUBTENENTE GONZAGA (PDT - MG. Sem revisão do orador.) - Sra. Presidente, Sras. e Srs. Deputados, hoje, dia 28 de outubro, é o Dia do Servidor Público. Portanto, fazemos aqui a nossa homenagem, dizendo que, na minha visão, homenagear os servidores públicos hoje significa já se posicionar contra a PEC 32.

Sobre o PL 11.276/18, nós queremos nesta discussão manifestar nossa posição favorável ao substitutivo construído pela Deputada Professora Rosa Neide.

Ao manifestar a nossa posição favorável, quero agradecer à Deputada Professora Rosa Neide, quero agradecer à Consultora Evelin, que analisou as emendas que fizemos e incorporou os conceitos que colocamos, ainda que regimentalmente as emendas não puderam ser incluídas devido ao texto, mas acolheu a tese que defendemos por meio dessas emendas.

É extremamente importante esse texto na medida em que estabelece responsabilidades - responsabilidades da União, dos Municípios, do IBAMA e dos Ministérios. De fato, trata-se de um projeto necessário, e é necessário que se aprove o texto.

Quero aproveitar ainda a oportunidade para dizer que amanhã haverá uma sessão solene em homenagem aos bombeiros pela atuação lá em Brumadinho.

A Deputada Professora Rosa Neide, na minha visão, ao acolher as teses que colocamos nas nossas emendas, também presta uma homenagem ao reconhecer o papel dos Corpos de Bombeiros Militares do Brasil, tanto na elaboração das políticas quanto na execução e no manejo.

Portanto, consideramos importante que S.Exa. tenha acolhido as emendas e as tenha reconhecido, e fazemos aqui esse agradecimento de público. O Corpo de Bombeiros inicialmente estava fora do contexto desse projeto e foi incluído, reconhecido pela Relatora. É óbvio que

defendíamos atuação mais abrangente. Defendíamos também o papel do Corpo de Bombeiros em todos os espaços nas terras quilombolas e indígenas, nas reservas, mas foi o limite que a Deputada Relatora conseguiu avançar, reconhecendo a importância e o papel dos Corpos de Bombeiros, admitindo que eles têm um papel central - e não periférico - nesta Política Nacional do Manejo Integrado do Fogo.

Portanto, deixo aqui registrado o meu reconhecimento à Relatora.

Sra. Presidente, o PDT encaminha favoravelmente a esse projeto. Vamos aprová-lo, reconhecendo que atingimos o limite do que poderia ser feito, mas sem perder a dimensão da importância do papel dos Corpos de Bombeiros Militares, na fiscalização, na execução, no planejamento, inclusive na normatização dessa Política Nacional do Manejo Integrado do Fogo, conforme cabe a eles,

Documento 78/79

128.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária - 28/10/2021- CD	13:56
Publ.: DCD - 10/29/2021 - AFONSO FLORENCE-PT -BA		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	COMO LÍDER DISCURSO

Sumário

Encerramento dos trabalhos da CPI da Covid. Indiciamento, pelo órgão, do Presidente da República, Parlamentares, gestores e empresários. Vinculação entre milhares de mortes por coronavírus e a estratégia de imunidade de rebanho implementada pelo Presidente Jair Bolsonaro. Obstrução pelo Presidente da República da compra de vacinas da Covid-19. Necessidade de prosseguimento, pela Procuradoria-Geral da República, das investigações da CPI da Covid. Imediata inclusão na pauta, pelo Presidente Arthur Lira, de pedido de impeachment contra o mandatário do País. Elevação da taxa básica de juros, a Taxa Selic, pelo Comitê de Política Monetária - COPOM do Banco Central. Manutenção pelo Ministro da Economia, Paulo Guedes, de aplicações financeiras em paraísos fiscais. Equívoco da indexação dos preços de combustíveis à moeda norte-americana. Prática, pelo Presidente Jair Bolsonaro, de crimes contra a economia popular e a saúde pública dentre outros. Posicionamento contrário à Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa.

O SR. AFONSO FLORENCE (PT - BA. Como Líder. Sem revisão do orador.) - Presidenta, quero saudar todas as Parlamentares, todos os Parlamentares e o povo brasileiro que nos assiste e agradecer ao Líder Bohn Gass por me ceder o tempo de Liderança.



Quero destacar que esta é uma semana que entra para a história do Brasil, para a história da República. Todos nós acompanhamos a votação, no Senado, do relatório da CPI da COVID. Inúmeros Parlamentares, gestores, empresários e o Presidente Bolsonaro foram indiciados. O Presidente Bolsonaro foi indiciado por nove crimes.

O Presidente agora está em pânico, contando com a possibilidade de que a PGR postergue sua análise e as investigações não sejam levadas adiante. A sua culpa é inconteste. Ele é um réu contumaz. Ele persevera no cometimento dos crimes, em particular contra a saúde do povo brasileiro, ao liderar uma estratégia genocida construída em seu gabinete paralelo. A investigação da CPI arrolou provas incontestes - testemunhos, provas documentais, vídeos - de que esse gabinete paralelo, sob a liderança do Presidente Bolsonaro, optou pela estratégia da imunidade de rebanho e a implementou.

A estratégia chamada de imunidade de rebanho teve a liderança pública de Bolsonaro, que fez propaganda, primeiramente, contra o isolamento social. Quanto à estratégia de garantir condições sociais para evitar a disseminação do vírus, o Presidente foi contra e tentou impedir Governadores, Governadoras, Prefeitos e Prefeitas de fazer esse isolamento, quando a sua obrigação era liderar esse processo de esforço dos entes governamentais e também da sociedade civil organizada para evitar a expansão da disseminação da COVID-19.

No segundo momento, o Presidente Bolsonaro criou dificuldades para o financiamento da estruturação do SUS. Foi esta Casa que aprovou um orçamento chamado "orçamento de guerra", abrindo espaço fiscal para os investimentos no Sistema Único de Saúde, desde a atenção básica até a alta complexidade, para combater a COVID-19.

Posteriormente, o Presidente Bolsonaro, com seu Governo e seu Ministro da Saúde, obstruiu as negociações para a aquisição da vacina da Pfizer, que ficou apresentando sistematicamente a proposta de negociação, a proposta de venda da vacina para o Governo brasileiro.

Depois, causou algo pior ainda: a crise em Manaus. Não houve, em tempo hábil, providências para o suprimento de insumos hospitalares fundamentais para o combate à COVID, entre eles o oxigênio. Centenas de pessoas faleceram, milhares de pessoas ficaram sem o atendimento necessário na rede de Manaus, e o Presidente continuou insistindo na sua estratégia genocida.

Posteriormente, a CPI revelou que houve negociações com prepostos do Governo que estavam no gabinete ao lado do Presidente falando em seu nome com falsários, estelionatários, vendedores de vacina que não existia.

Havia contratos de compra de vacina a serem faturados de valores inadmissíveis, estratosféricos, superfaturados, com empresas que nós vimos que não entregaram em outros países.

Então, a CPI indicia o Presidente com provas robustas, e agora a Procuradoria-Geral da República terá que dar prosseguimento às investigações.

Na semana que antecedeu a aprovação pela CPI do relatório com nove indiciamentos do Presidente da República, ele teve o desplante, a pouca vergonha de associar o uso da vacina à contaminação com o vírus da AIDS. Então, é um criminoso contumaz, um mitômano, alguém sem medidas, que precisa ser impedido.

Por isso, reitero aqui - e cito os partidos de Oposição - a nossa insistente e perseverante cobrança para que o Presidente Arthur Lira acate um dos pedidos de investigação desses inúmeros crimes do Presidente da República, a fim de que possamos constituir a Comissão Especial e submeter à investigação da Casa os crimes cometidos, inclusive o relatório aprovado na CPI do Senado.

Por último, destaco também dessa conjuntura o aumento da taxa de juros, ontem, pelo Comitê de Política Monetária - COPOM. Semana passada, vários colaboradores do Ministro Guedes, aquele tem conta em paraíso fiscal e que lucra com o aumento da taxa de juros, lucra com essa depreciação do câmbio, essa supervalorização do dólar... O Presidente Bolsonaro tem o Ministro da Economia que merece. O povo brasileiro é que não merece esse Presidente e esse Ministro da Economia, um Ministro da Economia que tem dinheiro em paraísos fiscais e lucra com a pobreza, com a miséria crescente do povo brasileiro, em decorrência da política macroeconômica. Ele teria que ser investigado também por esta Casa, mas está lá na lista da CPI.

O Presidente insiste na política de aumentar a taxa de juros, mas não tem uma política para a produção de alimentos pela agricultura familiar, não tem uma política de controle de preços. Nos Governos anteriores, nos Governos do PT, os preços do *diesel*, da gasolina e do botijão de gás eram administrados. E houve Promotor do Ministério Público entrando na Justiça contra o Ministro Guido Mantega porque os preços eram administrados.

Agora, a moda aqui na Casa é retirar tributos estaduais e municipais e majorar tributos federais. A tributação do Governo Central sobre os combustíveis é de quase 10%. A tributação dos Estados é prerrogativa estadual. Mas o Presidente, em vez de retirar a Política de Paridade Internacional - PPI, que dolarizou os preços dos combustíveis, resolve que os Estados é que têm que tirar seus tributos.

Só que os Estados têm que manter os serviços de alta complexidade, os Estados têm que manter a educação.

O Presidente continua fazendo a política rasteira, a política baixa, a política menor; continua jogando com a economia, o povo brasileiro, a pobreza, a miséria e o aumento da fome, fazendo disputa eleitoral contra Governadora e Governador. Portanto, este Presidente também comete crimes contra a economia popular, além dos crimes contra a política sanitária no combate à COVID.

Por isso, cresce na população a expectativa de um processo de *impeachment* e todas as pesquisas apontam a vitória do ex-Presidente Lula, aquele Presidente que, quando seu nome aparece, faz com que o povo brasileiro tenha expectativa de prosperidade, de melhoria da qualidade de vida.

Apelo ao Presidente Arthur Lira para que acate um dos pedidos de investigação de Bolsonaro. Vamos continuar nas ruas, com servidores e servidoras, contra a PEC 32, contra a PEC 23.

Fora, Bolsonaro!

Obrigado, Sra. Presidenta.

Documento 79/79

128.2021	Sessão Deliberativa Extraordinária CD	-28/10/2021- 16:08
Publ.: DCD - 10/29/2021 - ERIKA KOKAY-PT -DF		
CÂMARA DEPUTADOS	DOS ORDEM DO DIA	PELA ORDEM DISCURSO

Sumário

Coesão entre os discursos proferidos em defesa dos servidores públicos e a rejeição da Proposta de Emenda à Constituição nº 32, de 2020, sobre a reforma administrativa. Orientação de bancada na votação do requerimento de destaque para supressão do inciso I, § 1º, do art. 32, do Substitutivo oferecido ao Projeto de Lei Complementar nº 134, de 2019, e, por decorrência, do § 2º, do art. 32; do inciso IV, do art. 33; e da alínea b, inciso III, do art. 35.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Peço a palavra pela Minoria, Presidenta.

Reafirmo duas coisas. Em primeiro lugar: nós temos que encerrar a votação.



Em segundo lugar, quem defende servidor público e servidora pública tem que se posicionar contra a PEC 32 e votar contra ela. Senão, é pura hipocrisia e cinismo dizer que defende servidor público e apunhalar o servidor e o serviço público neste País.

Mas eu queria dizer o que está em jogo nesta votação. O que está em jogo nesta votação é a história de muita gente que lutou pelo direito de ser respeitado como gente; é o rompimento de uma coisificação - quando pessoas não são consideradas pessoas, mas são tratadas como se fossem objetos; é a observação de que há comunidades que, em grande medida, nem têm assistência à saúde e trabalham com o suplício do corpo, com o sofrimento, com a tortura. Isso está no relatório do CFP - Conselho Federal de Psicologia e do Mecanismo de Combate à Tortura.

Nós diversas vezes fizemos diligências em comunidades em que as pessoas são impedidas de ter a sua existência considerada. É o manicômio de volta, e o manicômio promovia um holocausto neste País. Manicômio era o lugar de se impedir que as pessoas vivessem uma vida conforme a dignidade humana. Elas eram consideradas coisas - coisas!

Por isso, o movimento antimanicomial e as pessoas que passaram pelo manicômio, que hoje constroem a Rede de Atenção Psicossocial - RAPS, se mobilizam de forma tão profunda todas as vezes em que se sentem ameaçados; todas as vezes em que, como agora, o Governo financia choque elétrico no País de Nise da Silveira; todas as vezes em que o Governo quer voltar aos leitos psiquiátricos; todas as vezes em que o Governo não investe na Rede de Atenção Psicossocial e não a apoia.

Por isso, ainda que a Minoria libere, a minha posição é "não" aos manicômios.

A SRA. PRESIDENTE (Rosangela Gomes. REPUBLICANOS - RJ) - Concedo a palavra ao Deputado e Líder Júlio Delgado.

O SR. JÚLIO DELGADO (PSB - MG. Pela ordem. Sem revisão do orador.) - Deputada Erika Kokay, eu estou com autorização da bancada para falar. V.Exa. fez a defesa do voto "não" e pode fazer essa mesma orientação pela Minoria. Não precisa mais liberar a bancada, está bem? Eu conversei com a Liderança aqui, agora. Se V.Exa. quiser, em nome da Minoria, orientar "não", pode fazê-lo.

Passo publicamente a palavra para V.Exa.

A SRA. ERIKA KOKAY (PT - DF. Pela ordem. Sem revisão da oradora.) - Como o PSB era o partido que estava divergindo dos que

compõem a base da Minoria e o Líder que o representa nesta sessão, o Deputado Júlio Delgado, autoriza, a Minoria vota "não".
